DIÁRIO OFICIAL
DO DISTRITO FEDERAL

BRASILIA, sexta- feira, 2 de dezembro de 1977 — ANO II - Nº. 229

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETOS

DECRETO Nº 3.944 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberta à Secretaria do Governo, o crédito suplementar no valor de Cr$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

03090212.010 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo.
3.1.1.1. - 02 - Despesas Variáveis... 50.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, parágrafo 1º, Item III, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue da própria Secretaria do Governo:

03090212.010 - Manutenção das Atividades da Secretaria do Governo.
4.1.3.0 - Equipamentos e Instalações... 50.000,00

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas aos grupos de despesa de Pessoal e Encargos Sociais e Capital na forma dos artigos anteriores.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de novembro de 1977

90º da República e 18º de Brasília.

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº. 3.945 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977

Altera o Orçamento da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Art. 107, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o Art. 20, Item I, do Decreto Nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, e o que consta no Processo Nº. 031.406/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado, na forma dos quadros anexos, o Orçamento da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de novembro de 1977

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 3.945 DE 30 DE 11 DE 1.977

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL — Cr$ 1,00

R E C E I T A		D E S P E S A	
CATEGORIA ECONÔMICA - FONTE		FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE - PROJETO	
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	41.060.300	FUNÇÃO 15 - Assistência e Previdência	55.431.376
1200.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL.....	180.000	PROGRAMA 81 - Assistência.....	55.431.376
1400.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	37.120.300	SUBPROGRAMA 21 - Administração Geral.....	41.753.568
		2.808 - Manutenção das Atidades da Fundação de Serviços Sociais.....	38.153.568
		1.09 - Plano Especial de Aplicação dos Recursos do Serviço Público de Parqueamento.....	3.600.000
1500.00.00 - RECEITAS DIVERSAS.....	3.760.000	SUBPROGRAMA 15 - Edificações Públicas.....	13.677.808
2000.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	14.371.076	1.807 - Construção e Ampliação de Unidades de Atendimento ao Menor e Desenvolvimento Comunitário.....	13.677.808
2200.00.00 - OPERAÇÃO DE CRÉDITOS.....	8.000.000		
2300.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS.....	251.268		
2400.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	10.000		
2500.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
- Governo do Distrito Federal	6.109.808		
T O T A L	55.431.376	T O T A L.....	55.431.376

MATERIAS PARA PUBLICAÇÃO

A entrega de matérias para publicação no "Diário Oficial" será feita na Divisão de Divulgação da SEA, 6º andar do Anexo I do Palácio do Buriti, de 08:00 às 15:00 horas sem interrupção.

ASSINATURAS

As assinaturas para fora da Capital da República somente serão anuais.

- As assinaturas vencidas serão suspensas sem prévio aviso.
- Para evitar interrupção na remessa do órgão oficial, a renovação de assinatura deve ser solicitada com 30 (trinta) dias de antecedência.
- As assinaturas dos órgãos públicos serão anuais e deverão ser renovadas até 31 de março de cada ano.
- Os suplementos às edições só serão remetidos aos assinantes que solicitarem no ato da assinatura.
- Os pedidos de assinaturas de servidores devem ser encaminhados com comprovante de sua situação funcional.

REMESSA DE VALORES

- A remessa de valores deverá ser feita mediante Ordem de Pagamento por cheque visado a favor do Governo do Distrito Federal, acompanhada de esclarecimentos quanto a sua aplicação.

GDF
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL
do Distrito Federal

Orgão Oficial de Divulgação do Governo do Distrito Federal
Editado pela Divisão de Divulgação da SEA

EXPEDIENTE

DIRETOR
ANTONIO CASTELO BRANCO

Redação e Administração:
Anexo I do Palácio do Buriti - 6º Andar

Telefones: Direto: 225.7803 - PABX - 225.6830 Ramal 312

ASSINATURAS
REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Anual	Cr$ 168,00
Semestral	Cr$ 84,00
FUNCIONÁRIOS	
Anual	Cr$ 132,00
Semestral	Cr$ 66,00

OBSERVAÇÃO

Para remessa através da ECT, o valor da assinatura será acrescido de Cr$ 60,00 anuais.

NUMERO AVULSO

- O preço do número avulso figura na última página de cada exemplar.
- O preço do exemplar atrasado será acrescido de 50% do valor fixado.

DA MATÉRIA

-Os originais, para publicação, devidamente autenticados, deverão ser datilografados em um só lado do papel, tamanho ofício, em espaço dois sem rasuras nem emendas.

Texto datilografado, em tinta preta, em original e 1 (uma) só via, admitindo-se em caráter excepcional, cópia xerográfica, com impressão nítida em cor preta e garantida sua indelebilidade.

Quadros, tabelas, balanços, balancetes, demonstrativos, e outras matérias que, pela sua natureza, tenham que ser reproduzidas em fotofilme, deverão ser encaminhadas ao "Diário Oficial" em original de boa qualidade, na forma prevista acima.

Os contratos, convênios, e termos de transação deverão conter em seu texto, cláusula expressa determinando a responsabilidade do custeio de sua publicação no "Diário Oficial", cujo pagamento será sempre antecipado, no caso de pessoa física, órgão ou entidade estranha ao Complexo Administrativo do Distrito Federal.

-(Decreto nº 3.282 de 15.06.76 - "DO" de 16.06.76) e Portaria Nº 199/SEA (Publicada no "DO" Nº 06 de 24/06/76).

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 3945 DE 30 DE 11 DE 1.977

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL — CR$ 1,00

CÓDIGO	ELEMENTOS														
	3.1.1.1	3.1.2.0	3.1.3.2	3.1.4.0	3.1.5.0	3.2.3.0	3.2.4.2	3.2.5.0	3.2.7.6	3.2.7.9	4.1.1.0	4.1.2.0	4.1.3.0	4.1.4.0	TOTAL
2.808	19.031.000	3.920.000	2.907.000	573.000	330.000	227.300	432.000	2.466.000	3.166.000	4.500.000			551.268	50.000	38.153.568
1.807											13.677.808				13.677.808
1.09												3.600.000			3.600.000
TOTAL	19.031.000	3.920.000	2.907.000	573.000	330.000	227.300	432.000	2.466.000	3.166.000	4.500.000	13.677.808	3.600.000	551.268	50.000	55.431.376

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº 3945 DE 30 DE 11 DE 1.977

FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

CR$ 1,00

CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS		TOTAL
		PRÓPRIOS	G.D.F.	
2.808	Manutenção das Atividades do Serviço Social do Distrito Federal;.....	1.033.268	37.120.300	38.153.568
1.807	Construção e Ampliação de Unidade e Desenvolvimento Comunitário.....	7.568.000	6.109.808	13.677.808
1.09	Plano Especial de Aplicação dos Recursos do Serviço Público de Parqueamento.....	3.600.000	-	3.600.000
TOTAL	TOTAL	12.201.268	43.230.108	55.431.376

DECRETO Nº. 3.946 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1.977

Altera valores de Atividades da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Item II, do Art. 20, da Lei Nº. 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta no Processo Nº. 137.764/77,

D E C R E T A :

Art. 1º. - Ficam alterados na forma do quadro anexo, os valores das Atividades 2.012 - Manutenção das Atividades da Administração da Cidade - Satélite do Núcleo Bandeirante e 2.064 - Manutenção da Patrulha Motomecanizada da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante.

Parágrafo Único - A alteração de que trata o presente Decreto, refere- se ao Elemento de Despesa 3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros.

Art. 2º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 4º trimestre, na forma do artigo anterior.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de novembro de 1977

90º. da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

QUADRO A QUE SE REFERE O DECRETO Nº3.946 DE 30 DE 11 DE 1.977

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE

FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - ATIVIDADE	SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO NOVA
03070212.012 - Manutenção das Atividades da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante.....	5.965.000,00	6.065.000,00
03070212.064 - Manutenção da Patrulha Motomecanizada da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante.....	100.000,00	-
T O T A L	6.065.000,00	6.065.000,00

DECRETO Nº 3.947 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977

abre crédito suplementar no valor de Cr$ 30.100,00 (trinta mil e cem cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei nº 6.396 de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº. 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº. 055.015/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Procuradoria Geral, o crédito suplementar no valor de Cr$ 30.100,00 (trinta mil e cem cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

0307 0212.009 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral
4.2.3.0. - Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento..... 30.100,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, parágrafo 1º, Item III, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial em igual valor da dotação orçamentária que se segue da própria Procuradoria Geral:

0307 0212.009 - Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral
4.2.1.0. - Aquisição de Imóveis.....30.100,00

Art. 3º - Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de novembro de 1977

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO Nº 3.948 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de Cr$ 226.427,00 (duzentos e vinte e seis mil e quatrocentos e vinte e sete cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 030.354/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, o crédito suplementar no valor de Cr$ 226.427,00 (duzentos e vinte e seis mil e quatrocentos e vinte e sete cruzeiros), nas seguintes dotações orçamentárias:

0307 0212.034 - Manutenção das Atividades do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros..... 25.000,00
3.1.4.0 - Encargos Diversos.....201.427,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, parágrafo 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação:

Art. 3º - Os valores a que se refere o presente Decreto, integrarão o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de Novembro de 1.977

90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.949 **DE** 01 **DE** dezembro **DE 19** 77

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Saúde, o crédito suplementar no valor de CR$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

13754282.807 - Manutenção das Atividades da Fundação Hospitalar do Distrito Federal
3.2.7.5 - Fundações Instituídas pelo Poder Público
03 - Outros Custeios..... 40.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 01 de Dezembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.950 **DE** 01 **DE** dezembro **DE 19** 77

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 056.913/77,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Finanças, o crédito suplementar no valor de CR$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

03080212.035 - Administração e Controle Fazendário
3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores.. 5.500.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto, integrará o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 01 de Dezembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.951 DE 01 DE dezembro DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 21.910.334,76 (vinte e hum milhões, novecentos e dez mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros e setenta e seis centavos), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 054.998/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de CR$ 21.910.334,76 (vinte e hum milhões, novecentos e dez mil, trezentos e trinta e quatro cruzeiros e setenta e seis centavos), nas dotações orçamentárias das seguintes Unidades:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
08070212.036 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação e Cultura
3.2.4.2 - Juros de Empréstimos
01 - Empréstimos Internos..... 1.953.218,43
4.3.1.2 - Amortização de Empréstimos
01 - Empréstimos Internos..... 2.483.800,00

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
10070212.048 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Viação e Obras

3.2.4.2 - Juros de Empréstimos
01 - Empréstimos Internos..... 7.908.283,96
4.3.1.2 - Amortização de Empréstimos
01 - Empréstimos Internos..... 3.016.200,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
03070212.051 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Serviços Públicos
3.2.4.2 - Juros de Empréstimos
01 - Empréstimos Internos..... 5.554.222,15
4.3.1.2 - Amortização de Empréstimos
01 - Empréstimos Internos..... 994.610,22

Art. 2º - O crédito de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação:

Art. 3º - Os valores a que se refere o presente Decreto, integrarão o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 01 de Dezembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.952 DE 01 DE dezembro DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 1.223.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e três mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Artigo 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 028.314/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de CR$ 1.223.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e três mil cruzeiros), nas seguintes dotações orçamentárias:

01020022.001 - Fiscalização do Controle da Arrecadação e Aplicação dos Recursos Públicos
3.1.2.0 - Material de Consumo..... 300.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros..... 853.000,00
3.1.5.0 - Despesas de Exercícios Anteriores..... 70.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Os valores a que se refere o Artigo 1º, integrarão o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa do exercício vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 01 de Dezembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.953 DE 01 DE dezembro DE 1977

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 023.958 / 77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras, o crédito suplementar no valor de CR$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

03080332.814 - Amortização de Empréstimos
4.3.1.2 - Amortização de Empréstimos
01 - Empréstimos Internos..... 7.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto, integrará o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 01 de Dezembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.954 DE 01 DE dezembro DE 19 77

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 020.841/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Serviços Públicos, o crédito suplementar no valor de CR$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

10603272.052 - Custeio do Sistema de Iluminação Pública do Plano Piloto e Setores
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros..... 11.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto, integrará o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 01 de Dezembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.955 DE 30 DE novembro DE 19 77

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 3.890.000,00 (três milhões oitocentos e noventa mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 031.085/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto ao Gabinete do Governador, o crédito suplementar no valor de CR$ 3.890.000,00 (três milhões oitocentos e noventa mil cruzeiros), nas seguintes dotações orçamentárias:

03070202.003 - Assessoramento Superior
3.1.2.0 - Material de Consumo..... 100.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços de Terceiros..... 2.710.000,00
3.1.4.0 - Encargos Diversos..... 1.080.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Os valores de que trata o presente Decreto integrarão o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de Novembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.956 DE 30 DE novembro DE 19 77

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 3.206.440,00 (três milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 72, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto às unidades orçamentárias abaixo, o crédito suplementar no valor de CR$ 3.206.440,00 (três milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), conforme se segue:

ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE
16915321.013 - Conclusão do Terminal de Ônibus da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante
4.1.1.0 - Obras Públicas..... 160.000,00

REGIÃO ADMINISTRATIVA III- TAGUATINGA
10585751.029 - Urbanização da Região Administrativa de Taguatinga
4.1.1.0 - Obras Públicas..... 3.046.440,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o Art. 1º, deste Decreto, será financiado da seguinte forma:

I - CR$ 3.206.440,00 (três milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), pelo Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos (FUNDO NACIONAL DE APOIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO), de acordo com o Art. 72, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de Novembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.957 DE 30 DE novembro DE 19 77

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o crédito suplementar no valor de CR$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), na seguinte dotação orçamentária:

15824952.062 - Encargos com Inativos e Pensionistas
3.2.3.2 - Pensionistas..... 14.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - O valor de que trata o presente Decreto, integrará o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de Novembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DECRETO N.o 3.958 DE 30 DE novembro DE 19 77

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezmebro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 032.471/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras, o crédito suplementar no valor de CR$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros), nas seguintes dotações orçamentárias:

13764471.821 - Sistema Produtor Rio Descoberto
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas..... 70.000.000,00
13764471.822 - Sistema Distribuidor de Brasília e Áreas Adjacentes
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas..... 7.500.000,00
13764471.823 - Sistema Distribuidor das Cidades Satélites
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas..... 12.500.000,00
13764491.824 - Sistema Coletor de Brasília e Áreas Adjacentes
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas..... 6.000.000,00
13764491.825 - Sistema Coletor das Cidades Satélites
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas..... 4.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Os valores a que se refere o presente Decreto, integrarão o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de Novembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

DECRETO N.o 3.959 DE 30 DE novembro DE 19 77

Abre crédito suplementar no valor de CR$ 7.240.000,00 (sete milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 8º, da Lei Nº 6.396, de 09 de dezembro de 1.976, combinado com o Art. 41, Item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, e tendo em vista o que consta no Processo Nº 417.366/77,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras, o crédito suplementar no valor de CR$ 7.240.000,00 (sete milhões, duzentos e quarenta mil cruzeiros), nas seguintes dotações orçamentárias:

16880212.809 - Manutenção das Atividades do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal
3.2.7.3 - Entidades Estaduais
01 - Pessoal..... 500.000,00
03 - Outros Custeios..... 1.672.000,00
16885311.811 - Execução do Plano Rodoviário do Distrito Federal
4.3.3.0 - Auxílios para Obras Públicas..... 5.068.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do Art. 43, § 1º, Item II, da Lei Nº 4.320, de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 3º - Os valores a que se refere o presente Decreto, integrarão o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de Novembro de 1.977
90º da República e 18º de Brasília

ELMO SEREJO FARIAS

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

Secretaria do Governo

DECRETO DE 28 DE NOVEMBRO DE 1977

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso VII do Artigo 20 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960,

RESOLVE::

Designar RAIMUNDO NONATO BRANDÃO FILHO, para exercer a Função em Comissão símbolo FC-03 de Assistente Técnico, da Administração Regional de Taguatinga, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Distrito Federal, 28 de novembro de 1977
ELMO SEREJO FARIAS
IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA,

SECRETARIA DO GOVERNO
ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 13, item I, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Designar SÉRGIO FROSSARD DE ALMEIDA, Assessor, Código DAS - 102.1, matrícula nº 18.271, da Coordenação do Sistema de Modernização Administrativa, Executor do Convênio celebrado em 29/07/77, entre o Distrito Federal e a Comissão de Coordenação das Atividades de Processamento Eletrônico - CAPRE, com a interveniência da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP.

Brasília, 29 de novembro de 1977

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo inciso VI do artigo 1º do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Designar nos termos da alínea "a" do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, MARIA DE JESUS SANTOS SARAIVA, Telefonista, nível 7 - B, matrícula nº 13.879, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Transporte, símbolo FC - 6, da Divisão de Administração Geral da Secretaria do Governo do Distrito Federal, no período de 02.12 a 31.12.77, por motivo de férias do titular.

Brasília, 29 de novembro de 1977

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

PORTARIA DE 1º. DE DEZEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência estabelecida pelo inciso VI do art. 1º do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Designar nos termos da alínea "a" do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, CLAUDIO MOTA DE ALMEIDA - Assessor - Código DAS - 102.1, Matrícula nº 18.450, para substituir o Coordenador do Sistema de Orçamento da Secretaria do Governo, no período de 02 a 31.12.77, por motivos de férias do titular.

Brasília, 1º de dezembro de 1977

IVAN GUANAIS DE OLIVEIRA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL
Atos do Chefe

CONCESSÃO DA VANTAGEM DO SALÁRIO FAMÍLIA
Servidor: MANOEL ALVES XIMENES
Matrícula: 10.858
Despacho: CONCEDO a vantagem do salário família pelo dependente FRANCISCO TELMO FEIJÓ, filho, nascido em 21.10.77, conforme documentação apresentada. AUTORIZO o pagamento a partir de outubro de 1977, inclusive.
Servidor: ONÉSIO FERNANDES RIBAS
Matrícula: 11.673
Despacho: CONCEDO a vantagem do salário família pelo dependente ANDRÉ FERNANDES RIBAS, filho, nascido em 03.11.77, conforme documentação apresentada. AUTORIZO o pagamento a partir de novembro de 1977, inclusive.
Servidor: BALTAZAR DE DEUS ANGELO
Matrícula: 15.747
Despacho: CONCEDO a vantagem do salário família pela dependente MARIA APARECIDA ANGELO, filha, nascida em 14.10.77, conforme documentação apresentada. autorizo o pagamento a partir de outubro de 1977, inclusive.
Servidor: CÍCERO DE PAULA BEZERRA
Matrícula: 16.257
Despacho: CONCEDO a vantagem do salário família pelo dependente AILTON DE PAULA BEZERRA, filho, nascido em 25.09.77, conforme documentação apresentada. AUTORIZO o pagamento a partir de setembro de 1977, inclusive.

Em 24.11.77
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA
FRANCISCO DE OLIVEIRA TORRES
Chefe da Seção de Pessoal

Interessado: Carmelita Vieira de Lima
Matrícula: 13420
Despacho: CONCEDO salário família pelo dependente RICARDO LIMA ARAGÃO, filho, nascido em 21.08.77, a partir de agosto 77, inclusive. Certidão de Nascimento nº 12992 - Livro A - 21 fls. 092, Cartório do 1º Ofício - Brasília - DF.
Interessado: Vicente Pereira dos Santos
Matrícula: 13759
Despacho: CONCEDO salário - família pela dependente ALINE COSTA DOS SANTOS, filha, nascida em 27.07.77, a partir de julho/77, inclusive, Certidão de Nascimento nº 8752 - Livro A - 08 fls. 95, Cartório do 2º Ofício - Brasília - DF.
Interessado: José Luiz Valadares de Carvalho
Matrícula: 19278
Despacho: CONCEDO salário - família pelos dependentes CLAUDIA STRAUCH DE CARVALHO, esposa nascida em 13.06.54; SALVADOR VALADARES DE CARVALHO, filho, nascido em 19.05.76 e SOL STRANCH DE CARVALHO, filho, nascido em 17.03.77, a partir de novembro/77, todos, inclusive, Cert. de Casamento nº 7106, Livro 35 - B, fls. 142 de Macapá - T. do Amapá; C. de Nasc. nº/Livro 371, fls. 212v - Rio de Janeiro - RJ e Cert. de Nasc. Livro 375, fls. 18v do Rio de Janeiro - RJ.
Brasília, 28 de novembro de 1977
APARECIDO FRANCISCO BORGES
Chefe da Seção de Pessoal/SEG

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº. 2.951, de 22 de julho de 1975, LOURIVAL CARLOS PEREIRA, Trabalhador, nível 01, matrícula nº. 529, do Quadro Suplementar de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Limpeza, Símbolo FC- 6, da Divisão de Vigilância e Limpeza da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria, no período de 26.12.77 a 24.01.78, em razão de se achar o titular da referida função em gozo de férias, no período citado.

Brasília, 29 de novembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos da alínec "a", do artigo 21, do Decreto nº. 2.951, de 22 de julho de 1975, RAIMUNDO FLURINDO DE BARROS, Agente de Portaria, Classe "A", Código TP- 602.1 matrícula nº. 15.635, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Controle de Manutenção de Veículos, da Divisão de Manutenção, da Coordenação do Sistema de Transportes Internos desta Secretaria, no período de 17 a 30 de novembro de 1977, por motivo de licença para tratamento de saúde de seu titular.

Brasília, 29 de novembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o Inciso XXXI, do artigo 91, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978, de 14 de agosto de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº. 007.919/75,

RESOLVE:

Repreender, com base no inciso I, do artigo 201, da Lei nº. 1.711, de 28 de outubro de 1952, o funcionário ESTANISLAU BATISTA DE OLIVEIRA, Servente, nível 05, matrícula nº. 17.161, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, por infringência às disposições contidas no inciso VI, do art. 194, da mencionada lei.

Brasília, 29 de novembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXI, do artigo 91, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 7.921/75,

RESOLVE:

Repreender, com base no inciso I, do artigo 201 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, o funcionário ARTIDONIO ROMÃO, Pedreiro, nível 9 - B, matrícula nº 16.340, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, por infringência às disposições contidas nos incisos VI e IX, do art. 194, da mencionada Lei.

Brasília, 29 de novembro de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, ANTONIO PEREIRA DA SILVA, Artífice de Maquinista, nível 06, matrícula nº 10.150, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Encarregado de Turma, símbolo FC - 11, da Divisão de Vigilância e Limpeza da Coordenação do Sistema de Administração de Próprios desta Secretaria, no período de 22.12.77 a 20.01.78, por motivo de férias do titular da referida função.

Brasília, 29 de novembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Designar nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, JOSEFA RAMOS DE OLIVEIRA SILVA, Telefonista, nível 07 - B, matrícula nº 15.639, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, para substituir a Encarregada de Telefonia, Símbolo FC - 10, da Coordenação do Sistema de Administração, de Próprios desta Secretaria, no período de 02.01 a 31.01.78, por motivo de férias da titular da referida função.

Brasília, 29 de novembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, EURI DE CASTRO ABREU, Agente Administrativo, Classe "C", Código SA - 401.4, matrícula nº 13.549, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir a Diretora da Divisão de Controle de Pessoal Regido pela CLT, SUZANA MARIA VIEIRA CHAVES, Código DAS - 101.1, no período de 5 de dezembro de 1977 a 3 de janeiro de 1978, por motivo de férias de seu titular.

Brasília, 30 de novembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, ANTONIO LOPES CORREIA, Agente Administrativo, Classe "B", Código SA - 401.3, matrícula nº 1.968, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir GERALDO COSTA, Chefe da Seção de Cadastro Funcional da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal da Coordenação do Sistema de Pessoal desta Secretaria, no período de 1º a 30 de dezembro de 1977, por motivo de férias de seu titular.

Brasília, 30 de novembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXXI, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2978, de 14 de agosto de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 18.539/74,

RESOLVE:

Suspender por 02 (dois) dias, convertidos em multa na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de seus vencimentos, o servidor FRANCISCO SANTOS, Motorista Oficial, Código TP - 601.3, matrícula nº 12.301, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com base no inciso III, do artigo 201, combinado com o parágrafo único do artigo 205, da Lei nº 1.711/52, por infringência ao disposto no inciso VI do artigo 194, da citada Lei.

Brasília, 30 de novembro de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º inciso I, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar o servidor JORGE CAETANO, Chefe do Gabinete, Código DAS - 101.2, matrícula nº 18.357, a viajar à cidade do Rio de Janeiro - RJ, no período de 5 a 9 de dezembro de 1977, a serviço desta Secretaria.

Brasília, 30 de novembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PORTARIA DE 01 DE DEZEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso XXX, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos da alínea "a" do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, JOSÉ DA COSTA BRITO, Agente de Portaria, Código TP - 602.2, Classe "B", matrícula nº 12.184, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Documentação, Símbolo FC - 6, da Divisão de Administração Geral, desta Secretaria, no período de 01/12/77 a 13/01/78, por motivo de licença para tratamento de saúde de seu titular.

Brasília, 01 de dezembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração do Distrito Federal

DESPACHOS

PROCESSO Nº.: 007.919/75
INTERESSADO: ESTANISLAU BATISTA DE OLIVEIRA
ASSUNTO: Processo Administrativo
DECISÃO

A Comissão de Processo Administrativo designada para apurar a notícia veiculada no Processo nº 007.919/76, conforme Portaria de 08 de abril de 1976, publicada no "Distrito Federal" nº 58, do dia 24 do mesmo mês e ano, concluiu os seus trabalhos no entendimento de que o servidor ESTANISLAU BATISTA DE OLIVEIRA, Servente, nível 05, matrícula nº 17.161, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, no dia 16 de abril de 1975, por volta das 14:00 horas, ao dirigir negligentemente a viatura oficial marca Volkswagen, tipo sedan, Placa DF - OF - 4814, de propriedade do Governo do Distrito Federal, pela Avenida L - 2 Sul, nas imediações da SQS 409, frente ao Colégio Marista, deu causa ao acidente de tráfego, no qual foi envolvida, além da viatura oficial descrita, o veículo marca Ford, Tipo Corcel, Placa DF - TX - 1383, de propriedade particular.

Entendeu, ainda, a Comissão, que o aludido servidor, com a conduta culposa descrita, infringiu as disposições contidas no inciso VI, do art. 194, da Lei nº 1.711/52, combinadas com as do inciso I, do art. 175, do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, aprovado pelo Decreto nº 62.127/68, estando, assim, passível de sofrer sanções cabíveis.

Diante dos elementos reunidos nos autos, e tendo em vista que ao indiciado foi oferecida ampla defesa sem que, contudo, conseguisse descaracterizar a ilicitude, dos fatos que lhe foram arguidos na peça instrutória, acolho as conclusões da Comissão, e aplico ao servidor ESTANISLAU BATISTA DE OLIVEIRA, já qualificado a pena de repreensão, prevista no inciso I do art. 201, da Lei nº 1.711/52, e, com base no art. 125, da citada Lei, determino seja descontado de seus vencimentos a importância de Cr$ 407,53 (quatrocentos e sete cruzeiros e cinquenta e três centavos), correspondente ao valor das avarias sofridas pelo veículo oficial, à razão de 1/20 (um vinte avos) de seus vencimentos mensais.

Determino, ainda, após as anotações de praxe pela Coordenação do Sistema de Pessoal, seja os autos encaminhados à Procuradoria Geral do Distrito Federal, com vistas à apreciação do pedido de ressarcimento de CARLOS ERNANI VIDAL, veiculado na inicial.

Brasília, 22 de novembro de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 007.921/75
INTERESSADO: ARTIDONIO ROMÃO
ASSUNTO: Processo Administrativo
DECISÃO

A Comissão de Processo Administrativo designada para apurar os fatos noticiados no Processo número 007.921/75, conforme Portaria de 8 de abril de 1976, publicada no "Distrito Federal" nº 58, do dia 20 do mesmo mês e ano, concluiu os seus trabalhos no entendimento de que o servidor ARTIDONIO ROMÃO, Pedreiro, nível 9 - B, matrícula nº 16.340, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, ao dar causa culposamente, ao acidente de tráfego ocorrido por volta das 13:20 horas, do dia 14 de abril de 1975, na Estrada BR - 20, nas imediações do Córrego Sobradinho, no qual foi envolvida a viatura oficial marca Volkswagen, tipo Kombi, placa DF - OF - 2517, de propriedade do Governo do Distrito Federal, infringiu as disposições contidas nos incisos VI e IX, do art. 194, da Lei nº 1.711/52, combinados com os incisos I, III e XXIII, letra "d", do artigo 175, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 62.127/68.

A Comissão de Avaliação da Coordenação do Sistema de Transportes desta Secretaria, considera anti - econômica a recuperação da viatura sinistrada, tendo chegado ao valor dos danos por estimativa, através de comparação do valor do veículo antes e depois do acidente, obtendo como resultante o valor de Cr$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros).

Novos elementos coligidos pela Supervisão de Processos Administrativos demonstram que embora o veículo, após o acidente tivesse sido avaliado em Cr$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), ao ser leiloado alcançou o valor de Cr$ 4.410,00 (quatro mil, quatrocentos e dez cruzeiros), resultando, daí uma diferença de Cr$ 1.910,00 (hum mil, novecentos e dez cruzeiros) a ser deduzida do valor das avarias estimado pela Coordenação do Sistema de Transportes Internos.

Considerando que as normas procedimentais foram fielmente observadas e que ao indiciado foi oferecida ampla oportunidade de defesa, sem que, contudo, conseguisse descaracterizar a conduta ilícita arguida na peça instrutória, aplico ao servidor ARTIDONIO ROMÃO, já qualificado, a pena de repreensão prevista no inciso I, do art. 201, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Considerando ainda, a condição econômica do aludido servidor, determino o desconto em folha de pagamento, da importância de Cr$ 5.090,00 (cinco mil e noventa cruzeiros), à razão de 1/20 (um vinte avos) dos vencimentos do servidor, com base nas disposições contidas no artigo 125, combinado com os do parágrafo 1º, do art. 197, todos da Lei nº 1.711/52.

Publique - se e encaminhe - se os autos à Coordenação do Sistema de Pessoal para as providências complementares.

Brasília, 29 de novembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 018.539/74
INTERESSADO: FRANCISCO SANTOS
ASSUNTO: Processo Administrativo

DECISÃO

A Comissão de Processo Administrativo, designada por Portaria de 08 de abril de 1976, para apurar a notícia veiculada no Processo nº. 018.539/74, concluiu os seus trabalhos no entendimento de que o servidor FRANCISCO SANTOS, Motorista Oficial, Código TP- 601.3, matrícula nº. 12.301, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, ao dar causa ao acidente de tráfego ocorrido por volta das 14:40 horas, do dia 18 de junho de 1974, na Pista do Eixo Monumental, nas imediações da Torre de Televisão, no qual foram envolvidos o Dodge Dart, tipo Sedan, placa DF- 0F-0449, por ele conduzido, e o Volkswagen, tipo Sedan, placa DF- OF-4940, conduzido por NELSON DOS SANTOS BITTENCOURT, infringiu o inciso I, do art. 175, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº. 62.127, de 16 de janeiro de 1969, combinado com o inciso VI, do art. 194, da Lei nº. 1711/52.

Consta dos autos que, em decorrência do acidente, as viaturas envolvidas sofreram danos avaliados em Cr$ 289,00 (duzentos e oitenta e nove cruzeiros).

Considerando que os trâmites legais aplicáveis à espécie foram observados na condução das apurações e que o indiciado, tendo ampla oportunidade de defesa, não conseguiu descaracterizar os fatos que lhe foram arguidos na peça instrutória, acolho as conclusões da Comissão processante e, com base no inciso III, do art. 201, combinado com o artigo 205, parágrafo único, ambos da Lei nº. 1.711/52, aplico ao servidor FRANCISCO SANTOS, já qualificado, a pena de suspensão por dois dias, convertida em multa.

Determino, ainda, com base nos arts. 125 e 197, da Lei nº. 1.711/52, o desconto em seus vencimentos mensais da importância de Cr$ 289,00 (duzentos e oitenta e nove cruzeiros), correspondente ao valor das avarias sofridas pelos veículos descritos em consequência do acidente.

Encaminhem- se os autos à Coordenação do Sistema de Pessoal para as providências complementares.

Brasília, 30 de novembro de 1977

JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

PROCESSO Nº: 33.188/77
INTERESSADO: ELVIRA PEREIRA LIMA - Mat. nº. 6.724 - SEA
ASSUNTO: LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSE PARTICULAR

CONCEDO, nos termos da delegação de competência estabelecida pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº. 339/67, e artigo 91, inciso XIV, do Regimento aprovado pelo Decreto nº. 2.978/75, licença para trato de interesse particular, pelo período de 2 (dois) anos, de acordo com o artigo 110 da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 01 de dezembro de 1977
JOSÉ AFFONSO MONTEIRO DE BARROS MENUSIER
Secretário de Administração

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

CONCESSÃO E CANCELAMENTO DE SALARIO - FAMILIA

Matrícula: 05888
Servidor: Israel Alves de Lima
Processo: 027727/77
Despacho: CANCELO Salário - Família da dependente TANIA DE JESUS CAMPOS, por ter completado maioridade e a partir de fevereiro/77.

Matrícula: 09980
Servidor: Pedro Serafim de Souza
Processo: 031845/77
Despacho: CANCELO Salário - Família da dependente MARINETE SERAFIM DE SOUZA, por ter contraído matrimônio e a partir de outubro/77.

Matrícula: 15944
Servidor: José Francisco P. da Silva
Processo: 03279/77
Despacho: CANCELO Salário - Família do dependente JOSÉ CLEUMAR OLIVEIRA SILVA, por ter rendimentos próprios e a partir de abril/77.

RETIFICAÇÃO

Matrícula: 15054
Servidor: Raimundo Cardoso Guimarães
Despacho: CONCEDO Salário - Família a partir de junho/77, pelo dependente ROBERTO CARVALHO GUIMARAES, filho, nascido em 3/6/77 e não como constou no BOF., nº. 41/77 - SP/SEA.

Brasília, 29 de novembro de 1977

ELIAS XAVIER DE LIMA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG - SEA
Substituto

DIVISÃO DE CADASTRO FINANCEIRO

SEÇÃO DE PROCESSAMENTO DE VANTAGENS

Atos do Chefe

AUXILIOS - DOENÇA - INDEFERIDOS

Proc.: 032071/77
Nome: JOSÉ FRANCISCO DE MENDONÇA
Mat.: 17.346
Lot.: DID/SEA
Assunto: AUXILIO - DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "INDEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118 - V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, não foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104 da referida Lei.

Proc.: 030468/77
Nome: ERNESTINA VIEIRA DA SILVA
Mat.: 06.263
Cargo: Costureira
Lot.: DID/SEA
Assunto: AUXILIO - DOENÇA
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item II, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, "INDEFIRO", o pedido com base nos Artigos 118 - V e 143, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952, por constatar que as licenças concedidas ao funcionário, não foram recomendadas em consequência de doença prevista no Artigo 104 da referida Lei.

Publique - se e arquive - se
Em, 24/11/1977

ALONSO FERREIRA DA SILVA
Seção de Processamento de Vantagens - DCFI - CSP
Chefe

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA - GDF

PROR. DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EX. OFFICIO

Nome: LUIZ VIEIRA ROCHA
Mat.: 12.375
Cargo: Motorista Oficial, Cód. TP 601.3
Lt.: SEF
Assunto: PLTS. EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX. OFFICIO", prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 19/11/77, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95, Parágrafo Único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: MALVINA NOGUEIRA DA COSTA DE SOUZA
Mat.: 05.208
Cargo: Cozinheira, Nível 05
Lot.: RA - V - SEG
Assunto: PLTS. EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX. OFFICIO", prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 19/11/77, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95, Parágrafo Único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Nome: ROMUALDO MIRANDA FREITAS
Mat.: 10.785
Cargo: Mecânico de Mot. à Combustão, Nível - 08 - A
Lot.: SEA
Assunto: PLTS. EX. OFFICIO
Despacho: No uso das atribuições conferidas pelo Item I, Artigo 8º, Anexo I, do Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, CONCEDO "EX. OFFICIO", prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 18/11/77, até a publicação do ato concessório da Aposentadoria, nos termos dos Artigos 95, Parágrafo Único e 97, da Lei 1711, de 28 de outubro de 1952.

Brasília, 24 de novembro de 1977

ALONSO FERREIRA DA SILVA
Seção de Processamento de Vantagens - DCFI - CSP
Chefe

ARTUR SALVIANO FILHO
Diretor da Divisão de Cadastro Financeiro
CSP - SEA - GDF

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

Atos do Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 494/77- IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso VIII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122 de 31/12/75, e de acordo com a alínea "b" do Artigo 25 do Decreto nº 2.951, de 22/07/75,

RESOLVE:

Designar o servidor DORIVAL LOURENÇO DA CUNHA, Advogado, Símbolo EP- 26, mat. 023/IDR, para responder pela Assessoria da Superintendência, Símbolo DAS-102.1, até a designação do Titular, a partir de 01/11/77.
Brasília, DF., 10 de novembro de 1977
JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº 503/77- IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso XXI, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122 de 31/12/75,

RESOLVE:

Arbitrar 06 (seis) diárias no valor unitário e total com fundamentos nos Artigos 135 e 136 da Lei 1.711, de 20 de outubro de 1952, na forma do disposto no item I do Artigo 3º do Decreto nº 1.735, de 06 de julho de 1971, conforme discriminação abaixo:

Nome: MAURA DE FARIA
Símbolo: EC- 03
Unitário: 829,80
Total: 4.978,80
Nº Diárias: 06 (seis)

Nome: WALNICE MARIA DE ALMEIDA SAFE CARNEIRO
Símbolo: EC- 04
Unitário: 829,80
Total: 4.978,80
Nº Diárias: 06 (seis)

Determinar a Seção de Contabilidade que promova o pagamento das referidas diárias, mediante prévio empenho, os funcionários acima relacionadas.
Brasília, DF. 23 de novembro de 1977
WANDA DE MELLO LÔBO ROCHA
Superintendente- Substituta

ORDEM DE SERVIÇO Nº 506/77- IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS- IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso XXI, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122 de 31 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

Arbitrar 04 (quatro) diárias no valor unitário e total, com fundamentos nos Artigos 135 e 136 da Lei 1.711, de 20/10/52, na forma do disposto no item I do Artigo 3º do Decreto nº 1.735, de 06/07/71, conforme discriminação abaixo:

Nome: DIÓGENES SEGUNDO DE CARVALHO
Símbolo: EC- 03
Unitário: 829,80
Total: 3.319,20
Nº diária - 04 (quatro)

Determinar a Seção de Contabilidade que promova o pagamento das referidas diárias, mediante prévio empenho, ao funcionário acima mencionado.
Brasília, DF, 23 de novembro de 1977
WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente- Substituta

ORDEM DE SERVIÇO Nº 508/77- IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso XXXIV, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122, de 31/12/75,

RESOLVE:

Autorizar os servidores AGUINALDO DE CAMPOS NETTO, Assessor, DAS-102.1, mat. 005/IDR e ROBERTO DE SOUZA CREMA, Chefe do Núcleo de Estudos e Pesquisa, mat. 034/IDR, Símbolo EC- 03, viajarem à cidade de São Paulo- SP, em objeto de serviço, no período de 28/11 a 01/12/77.
Brasília, DF, 23 de novembro de 1977
WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente - Substituta

ORDEM DE SERVIÇO Nº 509/77- IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS- IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso XXI, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 3.122 de 31 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

ARBITRAR 08 (oito) diárias no valor unitário e total com fundamentos nos Artigos 135 e 136 da Lei 1.711, de 20/10/52, na forma do disposto no item I do Artigo 3º do Decreto nº 1.735, de 06/07/71, conforme discriminação abaixo:
Nome: AGUINALDO DE CAMPOS NETTO
Símbolo: DAS- 102.1
Unitário: 829,80
Total: 3.319,20
nº diárias - 04 (quatro)

Nome: ROBERTO DE SOUZA CREMA
Símbolo: EC- 03
Unitário: 829,80
Total: 3.319,20
nº diárias: 04 - (quatro)

Determinar a Seção de Contabilidade que promova o pagamento das referidas diárias, mediante prévio empenho, aos servidores acima mencionados.
Brasília, DF, 23 de novembro de 1977
WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Superintendente- Substituta

ORDEM DE SERVIÇO 513/77 - IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Arrtigo 22, Inciso VII, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº. 3.122, de 31/12/75,

RESOLVE:

Designar a servidora MARIA NAZARE DA MOTA VILELA, mat. 031/IDR, para exercer o Emprego em Comissão, Símbolo EC - 04, de Assistente do Núcleo de Prognose da TEC/IDR
WANDA DE MELLO LOBO ROCHA
Brasília - DF, 23 de novembro de 1977

P/JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 514/77 - IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso XXI do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº. 3.122 de 31/12/75,

RESOLVE:

Arbitrar 02 (duas) diárias no valor unitário e total com fundamentos nos Artigos 135 e 136 da Lei 1.711, de 20 de outubro de 1952, na forma do disposto no Item I do Artigo 3º. do Decreto nº. 1.735, de 06 de julho de 1971, conforme discriminação abaixo:

Nome: JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Símbolo - DAS - 101.2
Unitário: 829,80
-Total: 1.659,60
Nº. diárias , 02 (duas)

Determinar a Seção de Contabilidade que promova o pagamento das referidas diárias, mediante prévio empenho, ao servidor acima relacionado.

Brasília - DF, 22 de novembro de 1977
WANDA DE MELLO LOBO ROCHA, P/JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 515/77 - IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso XXXIV, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº. 3.122 de 31/12/75,

RESOLVE:

Autorizar o servidor, SILVIO ROBERTO FERIGATO, Assistente do Núcleo de Multimeios, Símbolo EC - 04, mat. 075/IDR, viajar em objeto de serviço, no período de 21/11 a 25/11 à cidade de São Paulo - SP, a fim de participar do Curso de "Recursos Audiovisuais no Treinamento" a ser realizado pela IMAGEM - Desenvolvimento de Recursos Humanos LTDA.

Brasília - DF, 18 de novembro de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

ORDEM DE SERVIÇO Nº. 316/77 - IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 22, Inciso , do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº. 3.122 de 31/12/75,

RESOLVE:

Arbitrar 05 (cinco) diárias no valor unitário e total com fundamentos nos Artigos 135 e 136 da Lei 1.711, de 20 de outubro de 1952, na forma do disposto no item I do Artigo 3º. do Decreto nº. 1.735, de 06 de julho de 1971, conforme discriminação abaixo:

Nome: SILVIO ROBERTO FERIGATO
Símbolo, EC - 04
Unitário: 829,80
Total: 4.149,00

Determinar a Seção de Contabilidade que promova o pagamento das referidas diárias, mediante prévio empenho, ao funcionário acima relacionado.

Brasília - DF, 18 de novembro de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE PESSOAL
DIVISÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL
SEÇÃO DE CADASTRO FUNCIONAL

LICENÇA ESPECIAL - INDEFERIDA

Proc.: 218879/77
Nome: Antonio do Bomfim
Matrícula: 2.368 - RA - V
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 031247/77
Nome: Rita Mendes de Almeida
Matrícula: 5.516 - SEA
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) Art. 2º - Dec. 649 de 31.8.67, do artigo 4º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 057301/77
Nome: Agricula José Ribeiro
Matrícula: 4.602 - SEF
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 057031/77
Nome: Gilvanira Duarte Lima
Matrícula: 7.212 - SEF
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) III "a", do artigo 4º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 433099/77
Nome: Yeda Junqueira Tarquinio
Matrícula: 6.971 - SEC
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 057256/77
Nome: Antônio Lourival Maciel
Matrícula: 9.474 - SEF
Despacho: INDEFIRO, de acordo com

o (s) item (ns) II, do artigo 4º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

Proc.: 031496/77
Nome: Hugo Cristiano Costa
Matrícula: 15.457 - SEA
Despacho: INDEFIRO, de acordo com o (s) item (ns) II, do artigo 4º, do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967.

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro e Movimentação de Pessoal
CSP.SEA/DF

Em, 23 de novembro de 1977

GERALDO COSTA
Seção de Cadastro Funcional - DRM-P/CSP
Chefe

LICENÇA ESPECIAL - DEFERIDA

Despacho: - CONCEDO, nos termos do artigo 2º., combinado com o artigo 5º., do Decreto "N" nº. 649, de 31 de agosto de 1967, LICENÇA ESPECIAL, de seis meses aos funcionários abaixo qualificados.

Proc:: 123701/77
Nome: Carmilton Pereira dos Santos
Matrícula: 32.511 - SEP
Cargo: Agente de Polícia - Classe "A"
Nível/Cód.: PC - 205.1
Relativo ao decênio de: 01.11.67 a 28.10.77

Proc.: 396925/77
Nome: Alberto Ferreira da Silva
Matrícula: 33.528 - SEP
Cargo: Pedreiro
Nível: 10 - C
Relativo ao decênio de: 01.06.67 a 30.05.77

Proc.: 070939/75
Nome: Clarita Curado de Carvalho
Matrícula: 8.104 - SEC
Cargo: Professor de Ensino Elementar
Nível: 13 - B
Relativo ao decênio de: 21.10.66 a 29.10.76

Proc.: 267431/77
Nome: Edivaldo Rodrigues da Silva
Matrícula: 17.147 - RA - III
Cargo: Servente
Nível: 05
Relativo ao decênio de: 01.10.67 a 02.10.77

Proc.: 031068/77
Nome: Libanio Fernandes da Silva
Matrícula: 14.161 - SEA
Cargo: Auxiliar Rural
Nível: 03
Relativo ao decênio de: 01.06.67 a 30.05.77

Proc.: 031240/77
Nome: Maria Zilda Barbosa Gualberto
Matrícula: 12.609 - SEA
Cargo: Telefonista - Classe "B"
Nível/Cód. NM - 818.3
Relativo ao decênio de: 01.10.67 a 02.10.77

Proc.: 030807/77
Nome: José Laginestra
Matrícula: 11.055 - GAG
Cargo: Agente Administrativo - Classe "C"
Nível/Cód. SA - 401.4
Relativo ao decênio de: 02.09.67 a 28.10.77 - (2º. Decênio)

Proc.: 123757/77
Nome: Antonio Vasconcelos dos Santos
Matrícula: 32.077 - SEP
Cargo: Agente de Polícia - Classe "B"
Nível/Cód. PC - 205.2
Relativo ao decênio de: 10.11.67 a 06.11.77

Proc.: 123888/77
Nome: Antonio de Souza Santos
Matrícula: 32.601 - SEP
Cargo: Delegado de Polícia - Classe "A"
Nível/Cód. PC - 201.6
Relativo ao decênio de: 30.10.67 a 26.10.77

Proc.: 397565/77
Nome: Milte Ribeiro da Costa
Matrícula: 32.337 - SEP
Cargo: Agente Administrativo - Classe "C"
Nível/Cód. SA - 401.4
Relativo ao decênio de: 01.06.67 a 14.09.77

CLAYR ROCHEFORT DE ALMEIDA
Diretor da Divisão de Registro Movimentação de Pessoal
CSP - SEA/DF

Brasília, 28 de novembro de 1977

GEALDO COSTA
Seção de Cadastro Funcional DRMP/-SEA DF

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE MATERIAL

PROCESSO Nº: 029.998/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - RA - II
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 09, diretamente da firma INDAIÁ - ÁGUAS MINERAIS S.A. no valor de Cr$ 19.800,00 (dezenove mil, e oitocentos cruzeiros).

Em, 17 de novembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 029.995/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E TRANSPORTE - PRG
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 08, diretamente da firma RIACHUELO OTHON S. A. COMÉRCIO IMPORTAÇÃO, no valor de Cr$ 3.564,00 (três mil, quinhentos e sessenta e quatro cruzeiros).

Em, 17 de novembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 030.475/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - GAG
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 09, diretamente da firma XEROX DO BRASIL S.A. no valor de Cr$ 8.184,01 (oito mil, cento e oitenta e quatro cruzeiros e um centavo).

Em, 17 de novembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 030.002/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - SES
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 07, diretamente da firma SOCIEDADE GUANABARA LTDA., no valor de Cr$ 360,00 (trezentos e sessenta cruzeiros).

Em, 17 de novembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 030.001/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - SEF.
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 23, diretamente da firma NASHUA DO BRASIL S.A. SISTEMAS REPROGRÁFICOS, no valor de Cr$ 60.913,80 (sessenta mil, novecentos e treze cruzeiros e oitenta centavos), e da firma XEROX DO BRASIL S.A. no valor de Cr$ 1.346,08 (um mil, trezentos e quarenta e seis cruzeiros e oito centavos).

Em, 18 de novembro de 1977

FRANCISCO DE FREITAS
Coordenador do Sistema de Material

PROCESSO Nº: 029.992/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - SSS
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 15, diretamente da firma XEROX DO BRASIL S.A., no valor de Cr$ 1.131,00 (um mil, cento e trinta e um cruzeiros), e da firma CARVALHO DE MORAES e CIA. LTDA, no valor de Cr$ 389,00 (trezentos e oitenta e nove cruzeiros).

Em, 21 de novembro de 1977

TIBAGY DE CASTILHO
Coordenador do Sistema de Material Substituto

PROCESSO Nº: 030.856/77
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMONIO - RA - V.
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL

DESPACHO: Nos termos do artigo 3º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, combinado com o artigo 30, parágrafo 3º, inciso II, do Decreto nº 3.537, de 30 de dezembro de 1976, dispenso a licitação para compra do material especificado às fls. 07, diretamente da firma SOCIEDADE GUANABARA LTDA, no valor de Cr$ 736,00 (setecentos e trinta e seis cruzeiros).

Em, 22 de novembro de 1977

TIBAGY DE CASTILHO
Coordenador do Sistema de Material Substituto

DIVISÃO DE COMPRAS

Atos do Diretor

PROCESSO Nº: 31.195/77
INTERESSADO: CASA LOPES DE FERRAGENS LTDA.
ASSUNTO: PAGAMENTO DE FATURA.

DESPACHO DO DIRETOR DA DIVISÃO DE COMPRAS: Face ao pronunciamento da Seção de Preparo de Liquidação e de acordo com o disposto no art. 57, do Decreto nº 1.703, de 31 de maio de 1971, e ainda, no uso das atribuições que me são conferidas pelo art. 102, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.978, de 14 de agosto de 1975, aplico à firma CASA LOPES DE FERRAGENS LTDA, a multa de Cr$ 651,30 (seiscentos e cinquenta e um cruzeiros e trinta centavos), pelo atraso ocorrido na entrega do material, cujo fornecimento lhe foi adjudicado através da Nota de Empenho nº 792/77 - SEA, de acordo com as condições estabelecidas para realização do (a) Tomada de Preços nº 44/77 - SEA de que participou.

Publique - se, dê - se ciência ao interessado e, em seguida, encaminhe - se à Divisão de Liquidação.

Em, 18 de novembro de 1977.

TIBAGY DE CASTILHO
Diretor da Divisão de Compras
DC - CSM - SEA.

PROCESSO Nº: 30.591/77
INTERESSADA: SEÇÃO DE ACOMPANHAMENTO
ASSUNTO: APLICAÇÃO DE PENALIDADE EM FORNECEDOR INADIMPLENTE

DESPACHO DA DIRETORIA DA DIVISÃO DE COMPRAS: A vista da informação inicial, do Chefe da Seção de Acompanhamento desta Divisão, e no uso das atribuições a mim conferidas pelo art. 102, inciso III, do Regimento aprovado pelo Decreto 2978, de 14 de agosto de 1975, combinado com o art. 59, inciso I do Decreto 1.703, de 31 de maio de 1971.

RESOLVO:

Aplicar à firma CASA DOS PARAFUSOS LTDA, a pena de suspensão por três meses do direito de licitar com o Governo do Distrito Federal e seus órgãos descentralizados, a partir da publicação deste despacho no Distrito Federal", por ter incidido duas vezes em atraso na entrega de material que lhe foi adjudicado através do Convite nº 68/77 - SPC- DC e Edital de Tomada de Preços nº 20/77 - CL - SEA, originando as Notas de Empenho nºs 427 e 451/77 - DPC, com o prazo de vencimento para o mesmo trimestre do ano civil.

Publique - se e Encaminhe - se à Seção de Acompanhamento.
Em, 21 de novembro de 1977
ENI PRATA DE CARVALHO
Diretora da Divisão de Compras Substituta

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo atigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.863, de 21 de março de 1975 e tendo em vista o disposto na alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 27 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar SERGIO COSTA, Chefe da Seção de Comunicação Administrativa, Símbolo FC- 6, matrícula nº 8.426, para substituir o Diretor da Divisão de Administração Geral, Código DAS- 101.1, desta Secretaria, no período de 2 a 31- 12- 77, por motivo de férias regulamentares. Distrito Federal, 25 de novembro de 1977

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.863, de 21 de março de 1975, tendo em vista o disposto na alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975 e o que consta do processo nº 057.450/77,

RESOLVE:

Designar RONALDO PARENTE CORREIA, Fiscal de Tributos, Código TAF- 303.3, Classe "B", matrícula nº 11.389, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Fiscalização Tributária da Divisão da Receita de Sobradinho, Símbolo FC- 3, do Departamento da Receita, desta Secretaria, no período e 02 a 31- 12- 77, por motivo de férias regulamentares. Distrito Federal, 25 de novembro de 1977.

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PORTARIA DE 25 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 81, item XII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.863, de 21 de março de 1975 e tendo em vista o disposto na alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 27 de julho de 1975,

RESOLVE:

Designar JOÃO FURTADO BARBOSA FILHO, Agente Administrativo, Código SA- 401.3, Classe "B", matrícula nº 14.917, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Comunicação Administrativa, Símbolo FC- 6, da Divisão de Administração Geral, desta Secretaria, no período de 2 a 31.12.77, em virtude de o respectivo titular estar exercendo o cargo de Diretor da mesma Divisão, por motivo de férias regulamentares.
Distrito Federal, 25 de novembro de 1977

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL SEÇÃO DO PESSOAL

Atos do Chefe

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE NOVEMBRO DE 1977

O CHEFE DA SEÇÃO DE PESSOAL da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "A" do artigo 27, do Decreto "N" número 428 de 28.07.65.

RESOLVE:

Lotar, a partir desta data a Servidora MARLY OLIVEIRA DA SILVA, Secretaria- Datilógrafa, inscrição nº 89.141, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, no Departamento de Auditoria desta Secretaria.
RAIMUNDO RODRIGUES COSTA
Chefe da Seção de Pessoal - DAG. SEF

JUNTA DE RECURSOS FISCAIS

Recurso Voluntário nº. 357/77
Recorrente: Gilberto Amado Pereira Alves Filho
Recorrido: Secretaria de Saúde

Gilberto Amado Pereira Alves Filho, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal nº. 10834/77, pertinente ao auto de infração nº. 1705 ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 19 de outubro de 1977 (Registro do Protocolo Geral de fls 10).

Recurso temspestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 29 de setembro de 1977 (recibo de fls. 09), evidenciando- se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº

4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua- se e Publique- se.

Brasília- DF, em 11 de novembro de 1.977

JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente

Recurso Voluntário nº 358/77
Recorrente: José Mendes Brandão
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

José Mendes Brandão, irresignado com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal nº 337154/77, pertinente ao auto de infração nº 10126 ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 1º de novembro de 1977 (Registro do Protocolo Geral de fls. 10).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 17 de outubro de 1977 (Recibo de fls. 8), evidenciando - se assim, a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua - se e Publique - se.

Brasília - DF, em 23 de novembro de 1977.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente

Recurso "ex officio" nº 356/77
Recorrente: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Recorrido: B.M. Silva Terraplanagem

A autoridade julgadora de Primeira Instância proferindo decisão contrária aos interesses da Fazenda, no processo fiscal nº 335.446/77, pertinente ao auto de infração nº 07411/77 recorreu de ofício nos termos do disposto no art. 262 da Lei nº 4.191/62.

Sigam os trâmites.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua - se e Publique - se.

Brasília - DF, em 21 de novembro de 1977.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente

Recurso Voluntário nº 359/77
Recorrente: Moviterra Engenharia e Comércio Ltda.
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

Moviterra Engenharia e Comércio Ltda., irresignada com a sentença de primeira instância prolatada no processo fiscal nº 337324/77, pertinente ao auto de infração nº 06808 ofereceu recurso a esta egrégia Junta em 9 de novembro de 1977 (Registro do Protocolo Geral de fls. 14).

Recurso tempestivo, eis que a intimação da decisão condenatória ocorreu em 21 de outubro de 1977 (Recibo de fls. 12), evidenciando - se assim a observância do prazo previsto no art. 257 da Lei nº 4.191/62, combinado com os arts. 34 e 35 do Regimento Interno deste Tribunal.

Recebo, pois, o recurso.
Audiência prévia da douta Representação da Fazenda.
Distribua - se e Publique - se.
Brasília, DF, em 23 de novembro de 1977.

JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente

Recurso Voluntário nº. 238/77
Recorrente: Paulo Cesar Bernardes e Cia. Ltda
Recorrido: Serviço Autônomo de Limpeza Urbana
Relator: Conselheiro Nelson Fernandes Eustáquio

ACÓRDÃO Nº. 134/77 (1.764)

EMENTA: PROVAS - AUSÊNCIA - Meras alegações do autuado, não bastam para ilidir a ação fiscal, que se respalda na fé pública que goza o agente do Estado.

MULTA - REINCIDÊNCIA -Verificando- se reincidência, a multa será aplicada em dobro (parágrafo único do art. 3º. do Decreto "N" nº. 671/67).

Vistos, relatados e discutidos os autos do recurso Voluntário nº. 238/77, em que é recorrente Paulo Cesar Bernardes e Cia. Ltda. e recorrido Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Em gozo de férias o Conselheiro Adolfo Dias Lopes, substituído pelo Conselheiro Suplente Joaquim Reginaldo Dias da Mata.

Sala das Sessões - Brasília - DF, em 14 de novembro de 1977

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR
Presidente

NELSON FERNANDES EUSTÁQUIO
Redator

Recurso Voluntário nº. 240/77
Recorrente: João Sebastião de Faria
Recorrido: Secretaria de Saúde
Relator: Conselheiro Waldir Leoncio Cordeiro Lopes

ACÓRDÃO Nº. 135/77 (1.765)

EMENTA: ASSENTIMENTO SANITÁRIO - INESIGÊNCIA RELATIVA A PERÍODO ANTERIOR AO INÍCIO DA ATIVIDADE - IMPROCEDÊNCIA DO AUTO - Improcedente é o auto de infração lavrado por falta de Assentimento Sanitário relativo a período em que, comprovadamente, o sujeito passivo ainda não se estabelecera com sua atividade.

Vistos, relatados e discutidos os autos do Recurso Voluntário nº. 240/77, em que é recorrente João Sebastião de Faria e recorrida Secretaria de Saúde, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à unanimidade, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos das notas taquigráficas. Em gozo de férias o Conselheiro Adolfo Dias Lopes, substituído pelo Conselheiro Suplente Joaquim Reginaldo Dias da Mata. Ausente à votação os Conselheiros Newton Egydio Rossi, justificadamente, substituído pelo Conselheiro Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida e Nelson Fernandes Eustáquio.

Sala das Sessões - Brasília - DF, em 10 de novembro de 1977

JOÃO BISPO DOS SANTOS JUNIOR

Presidente

WALDIR LEONCIO CORDEIRO LOPES
Redator

Recurso Voluntário nº. 177/77
Recorrente: Confeitaria Aparecida Reis Ltda
Recorrida: Secretaria de Saúde
Relator: Conselheiro Suplente Joaquim Reinaldo Dias da Mata

ACÓRDÃO Nº. 136/77 (1.766)

EMENTA: ASSENTIMENTO SANITÁRIO - FALTA DE REVALIDAÇÃO - Constitui infração tipificada no art. 157, do Regulamento do Código Sanitário do Distrito Federal, sujeitando- se o infrator às penalidades previstas no art. 243, do citado Regulamento, baixado pelo Decreto nº. 3.403/76.

CONFISSÃO - Configurada a infração e confessada sua autoria, alegações sobre fatos circunstanciais, não eximem o infrator das penalidades legais.

MULTA - NATUREZA DO ILÍCTO - ATIVIDADE DO SUJEITO PASSIVO- LOCAL DA OCORRÊNCIA - CAPACIDADE ECONOMICA - ANTECEDENTES - Na fixação da multa deve- se considerar esses fatores, entre outros, como circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Vistos, relatados e discutidos os autos do recurso Voluntário nº. 177/77, em que é recorrente Confeitaria Aparecida Reis Ltda, e recorrida Secretaria de Saúde, acorda a Junta de Recursos Fiscais, à maioria de votos, conhecer do recurso para lhe dar provimento parcial, no sentido de reduzir a penalidade aplicada para a correspondente a meio valor do coeficiente de atualização monetária, nos termos das notas taquigráficas. Foi voto parcialmente vencido o do Conselheiro Suplente Relator Joaquim Reginaldo Dias da Mata que conhecia do recurso para lhe negar provimento "in totum". Em gozo de férias o Conselheiro Adolfo Dias Lopes, substituído pelo Conselheiro Suplente Joaquim Reginaldo Dias da Mata. Ausentes à votação os Conselheiros Newton Egydio Rossi, justificadamente, substituído pelo Conselheiro Suplente Lourival Abadia Juvenal de Almeida e Nelson Fernandes Eustáquio.

Sala das Sessões - Brasília - DF, em 14 de novembro de 1977

JOÃO BISPO DOS SANTOS JÚNIOR
Presidente

LUIZ GONZAGA THEODORO
Redator

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONSELHO DE EDUCAÇÃO

Processo nº. 020752/77 - GDF
Parecer nº. 64/77 - CEDF

Aprova o Plano de Aplicação do "Projeto de Assistência Técnica e Financeira aos Sistemas Estaduais de Ensino" - Área da Educação Especial/DEE/DGP/FEDF.

INTEGRA DO PARECER

I - HISTÓRICO - Pelo OI 531/77 - SEC, de 14 de julho de 1977, o Exmº. Sr. Secretário de Educação e Cultura submete à aprovação deste Colegiado, o plano de aplicação referente ao "Projeto de Assitência Técnica e Financeira aos Sistemas Estaduais de Ensino - Área de Educação Especial", no valor de Cr$ 350.000,00.

II - ANÁLISE - O projeto se refere ao convênio firmado pelo MEC/-CENESP/SEC/FEDF e foi elaborado pela Direção de Ensino Especial da DAP/FEDF e assim se sumariza:

Sumário	Resumo do		
I - Justificativa	necessidade de recursos humanos - necessidade de equipamento e instalações		
II- Distribuição dos Recursos (quadro demonstrativo)	Despesas Correntes:	Cr$	220.000,00
	3.1.2.0	Cr$	80.000,00
	3.1.3.1	Cr$	50.000,00
	3.1.3.3	Cr$	70.000,00
	3.1.4.0	Cr$	20.000,00
	Despesa de Capital:	Cr$	130.000,00
	4.1.3.0	Cr$	80.000,00
	4.1.4.0	Cr$	50.000,00
III-Detalhamento Financeiro	metas: a) Atender a demanda de alunos que necessitam de Ensino Especial Cr$ ..... 240.546,00 b) implementar as oficinas pedagógicas dos 3 Centros de Ensino Especial Cr$ 109.454,00		

Sumário	Resumo do
IV - Detalhamento Técnico	meta: a) a.a) - Manutenção dos serviços. a.b) - Aperfeiçoamento de recursos humanos a.c) - Divulgação de levantamento das características do aluno super -dotado a.d) - Expansão do atendimento ao deficiente visual. meta: b) - b.a) complementação do equipamento necessário ao funcionamento pleno das oficinas. b.b) Fornecimento de material pedagógico. b.c) Aperfeiçoamento de recursos humanos.

III - PARECER - Há um evidente esforço do Sistema de Ensino do Distrito Federal, no sentido de desenvolver, qualitativa e quantitativamente, suas atividades na área de Ensino Especial. Já contamos com 1.145 alunos, na sua maior parte oriundos das cidades satélites, 383 professores, 3 centros de ensino, 3 escolas especializadas, 35 classes especiais e observações e acompanhamento de 162 alunos superdotados, entre outros dados mais significativos.

O alto custo dos investimentos necessários torna imprescindível a assistência técnica e financeira do Governo Federal, através do MEC/-CENESP, a fim de assegurar a continuidade dos trabalhos e promover a manutenção dos serviços.

A programação apresentada é válida, devendo ser aprovada.

Sala "Helena Reis", Brasília, 10 de agosto de 1977.

ECILDA RAMOS DE SOUZA
Relatora

Aprovado na CP em Plenário em 10.08.77.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

Parecer nº. 089/77 - CEDF
Processo nº.: 026867/77

Aprova a Alteração do Plano de Aplicação dos recursos do Salário Educação - Quota Estadual - 1977.

I. HISTORICO - O Exmº. Sr. Secretário da Educação e Cultura do Distrito Federal, através do O.I. Nº. 667/77, de 16.09.77, encaminha a este Conselho, para aprovação, a alteração da Meta Caracterizada 03.04 - Pagamento de Monitores que atuam em Unidades do Ensino Supletivo, constante do Plano de Aplicação os recursos do Salário Educação - Quota Estadual, exercício de 1977, aprovado pelo parecer nº. 99/76 - CEDF.

Justifica a alteração em virtude do Convênio entre o Governo e a Fundação Educacional do Distrito Federal somente ter sido firmado em maio do corrente ano e os pagamentos dos monitores, previstos pelo cronograma, para os meses de fevereiro, março e abril, não poderem ser efetuados, posteriormente, em face das normas legais em vigor.

II. ANALISE - As alterações referem - se:

a) Ao período de realização;
b) A distribuição dos custos, mantendo, porém, o total geral de Cr$ 1.202.640,00 (um milhão, duzentos e dois mil e seiscentos e quarenta cruzeiros), apresentando apenas modificações em três códigos da meta caracterizada 03.04, a saber:

CODIGOS

03.04.01
03.04.04
03.04.06

de ALTERAÇAO

144.000,00
132.000,00
409.200,00

para

64.600,00
136.400,00
484.200,00

..III . PARECER O parecer é no sentido que aprove a alteração pretendida no Plano de Aplicação de recursos dos Salários Educação, Quota Estadual - 1977.

Sala "Helena Reis" Brasília, 05 de outubro de 1977

FLAVIO QUIXADÁ LINHARES
Relator

Aprovado na CP e em Plenário em 05.10.77.

CONSELHO DE EDUCAÇAO DO DISTRITO FEDERAL

ANNA BERNARDO DA S. ROCHA
Presidente

Parecer nº 94/77 - CEDF
Processo nº.: 043005/77 - GDF

Pela aprovação de funcionamento do Centro Educacional 01 Cruzeiro.

Senhor Presidente,

HISTÓRICO - 1.0. O Senhor Secretário da Educação e Cultura encaminha com vistas a aprovação por este Colegiado o Plano de Funcionamento do Centro Educacional 01 do Cruzeiro (ex - Ginásio do Cruzeiro).

ANÁLISE - 2.0. O exame do plano de funcionamento apresentado nos conduz a análise de que o mesmo segue em suas linhas gerais os padrões de tais planos elaborados pela FEDF, embora com os necessários detalhamentos dos aspectos específicos do Centro Educacional. São enfocados itens referentes a:

a) justificativas;
b) identificação e localização;
c) instalações físicas e Estrutura;
d) regime de funcionamento;
e) objetivos;
f) metas;
g) currículo;
h) recursos humanos;
i) materiais.

2.1. O Centro Educacional 01 do Cruzeiro atende um total de 1.557 (hum mil quinhentos e cinquenta e sete) alunos, sendo 408 (quatrocentos e oito) do 1º Grau e 1.149 (hum mil cento e quarenta e nove) do 2º grau, distribuídos nos 3 (três) turnos, matutino, vespertino e noturno e em 42 (quarenta e duas) turmas.

No 1º Grau são atendidos alunos da 5ª a 8ª série e no 2º Grau do 1º e 2º ano Básicos e do 3º ano para habilitações de: Auxiliar de Escritório e de Redator auxiliar e a habilitação básica em Administração; todos os Cursos tem seus currículos aprovados por este Colegiado.

Observamos ainda que, no plano de funcionamento, apresentado, há informação de que os recursos humanos e materiais disponíveis - pelo Centro Educacional 01 Cruzeiro lhe dão condições para a plena execução do plano em análise.

PARECER - 3.0. O parecer é pela aprovação do Plano de Funciona-

mento do "Centro Educacional 01 do Cruzeiro" (ex - Ginásio do Cruzeiro).

Sala "Helena Reis" Brasília, 19 de outubro de 1977.

JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH
Relator

Aprovado na C.E. e em Plenário em 19/10/77.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

Parecer nº 97/77- CEDF.
Processo nº: 028747/77- GDF

Pela aprovação do Calendário Escolar de 1978, para as Escolas da Rede Oficial do Distrito Federal.

1.0 - HISTÓRICO - Pelo O.I. nº 719/77- SEC, de 11 de outubro de 1977, o Exmº. Sr. Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal encaminha a este Colegiado, para aprovação, a proposta do Calendário Escolar de 1978 para as Escolas da Rede Oficial do Distrito Federal, nos termos do Art. 7º da Resolução nº 01/74- CEDF.

2.0 - ANÁLISE - Do exame da matéria verifica- se que do Calendário destacam- se:
- dias letivos: 180
- início das aulas: 1º de março
- recesso escolar em julho: de 15 a 31
- reinício das aulas: 1º de agosto
- término do ano letivo: 07 de dezembro

Atende também ao Art. 11 - Parágrafo 1º e ao Art. 14, Parágrafo 3º, item "c", da Lei 5.692/71, no que diz respeito à recuperação final dos alunos no período de 11 a 20 de dezembro.

Informa, outrossim, que à exceção do Pré- Escolar Imediato e do Pré- Escolar Comunitário os demais tipos e modalidades de ensino da Rede Oficial do Distrito Federal desenvolverão a programação de suas atividades dentro do Calendário. Este, entretanto, poderá sofrer pequenas alterações, respeitadas as exigências legais, de acordo com as peculiaridades ou necessidades regionais.

3.0 - PARECER - Face aos elementos de instrução contidas no processo, o parecer é pela aprovação do Calendário Escolar de 1978, em anexo, para as Escolas da Rede Oficial do Distrito Federal, recomendando- se a ampliação do período de recuperação de acordo com as condições de cada unidade escolar.
Sala "Helena Reis", Brasília, 09 de novembro de 1977
FLÁVIO QUIXADÁ LINHARES
Relator

Aprovado no C.P.
E em Plenário em 09.11.77

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

ANNA BERNARDES DA S. ROCHA
Presidente

COMISSÃO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS

MAPA DE FREQUÊNCIA Mês de NOVEMBRO?..... de 1977.

MEMBROS	ENTIDADE	ORDEM DAS SESSÕES E DATA DE REALIZAÇÃO										TOTAL
		196ª dia 27/10	197ª dia 04/11	198ª dia 8/11	199ª dia 10/11	200ª dia 17/11	201ª dia 25/11					
AYRTON PINHEIRO DE ALMEIDA	UNAF	C	C	C	C	C	C					6
EUDALDO SILVA LIMA	PRESIDENTE	-	C	C	-	-	-					2
JOSÉ DURVAL DE ARAUJO LIMA	D.I.E.	C	C	C	C	C	C					6
JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH	AEPE	C	C	C	C	C	C					6
LORIVAL VIEIRA FERNANDES	SUNAB	C	C	C	C	C	C					6
PAULO GALANTE	CNTEEC	C	C	C	C	C	-					5
ISIS DE MARIA L.G. FERREIRA	D.I.E.	-	-	-	-	-	C					2
DILVA BERTOLLO	A.E.P.E.	C	-	C	C	C	-					5

OBSERVAÇÕES: C = Comparecimento
- = ausência justificada

Elaborado em ..... Visto em .....

Conselho de Educação do D.F.
Cadd Gurgel Pires
Secretária Geral

FREQUÊNCIA DOS CONSELHEIROS E MEMBROS DA COMISSÃO DE ENCARGOS EDUCACIONAIS

Mês de .NOVEMBRO.. de 1977.

ENTIDADE		COMP.	V. BRUTO	I. RENDA	V.LÍQUIDO
UNAF	AYRTON PINHEIRO DE ALMEIDA	6			
PRESIDENTE	EUDALDO SILVA LIMA	2			
D.I.E.	JOSÉ DURVAL DE ARAÚJO LIMA	6			
AEPE	JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH	6			
SUNAB	LORIVAL VIEIRA FERNANDES	6			
CNTEEC	PAULO GALANTE	5			
D.I.E.	ISIS DE MARIA L. G. FERREIRA	2			
AEPE	DILVA BERTOLLO	4			

OBSERVAÇÕES C = Comparecimento
- = ausência justificada.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Mapa de Frequência dos Conselheiros

Mês de NOVEMBRO de 1977.

	ORDEM DAS SESSÕES E DATA DA REALIZAÇÃO												TOTAL
	MATRÍCULA	C.E. 3/11	S.O. 3/11	C.P. 9/11	C.E. 9/11	S.O. 9/11	C.P. 16/11	C.E. 16/11	S.O. 16/11	S.O. 21/11	S.O. 21/11		
ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA	6539	-	C	-	-	-	-	C	C	C	C		05
CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA		C	C	-	C	C	-	C	C	C	C		08
ECILDA RAMOS DE SOUZA	3846	-	-	C	C	C	-	-	-	C-	C		05
EUDALDO SILVA LIMA	83303	C	C	C	C	C	C	C	C	C	C		10
FLÁVIO QUIXADÁ LINHARES		C	C	C	C	C	C	C	C	C	C		10
GILDO WILLADINO	3946	C	C	C	C	C	-	-	-	C	C		07
JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI		-	-	-	C	C	-	-	-	C	C		04
JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH		C	C	C	C	C	C	C	C	C	C		10
JÚLIO CÉSAR SANTOS		C	C	-	C	C	-	C	C	C	C		08
NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA		C	C	-	C	C	-	C	C	C	C		08
PAULO VICENTE GUIMARÃES		C	C	C	C	C	C	C	C	C	C		10
SERGIO FARIA		-	-	-	-	-	-	-	-	C	C		02
T O T A L		08	09	06	10	10	04	08	08	12	12		

Conselho de Educação do D.F.

OBSERVAÇÕES:

Leda Gurgel Pires
Secretária Geral

MAPA DE FREQUÊNCIA DOS CONSELHEIROS

Mês de NOVEMBRO de 1977.

MAT.		COMP.	V. BRUTO	I. RENDA	V. LÍQUIDO
6539	ANNA BERNARDES DA SILVEIRA ROCHA Presidente	05			
	CARLOS FERNANDO MATHIAS DE SOUZA Vice-Presidente	08			
3846	ECILDA RAMOS DE SOUZA	05			
83303	EUDALDO SILVA LIMA	10			
	FLÁVIO QUIXADÁ LINHARES	10			
3946	GILDO WILLADINO	07			
	JOSEPHINA DESOUNET BAIOCCHI	04			
	JOSÉ TEIXEIRA DA COSTA NAZARETH	10			
	JÚLIO CÉSAR SANTOS	08			
	NELSON BRAGA OCTAVIANO FERREIRA	08			
	PAULO VICENTE GUIMARÃES	10			
	SERGIO FARIA	02			
	T O T A L				

Conselho de Educação do D.F.

Leda Gurgel Pires
Secretária Geral

OBSERVAÇÕES:

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇAO Nº. 243/77 - CD

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, em sua 283ª. Reunião Ordinária, realizada em 1º. de novembro de 1977, e tendo em vista o que consta do processo nº. 433740/77 - FEDF.

RESOLVE:

Aprovar o contrato especial de trabalho a ser firmado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e o Senhor EDUARDO TELLES OLIVEIRA, pelo prazo de 04 (quatro) meses, a partir da data de assinatura do contrato, com uma jornada de 48 (quarenta e oito) horas semanais e salário mensal de Cr$ 6.200,00 (seis mil e duzentos cruzeiros).

Brasília - DF, 10 de novembro de 1977.

WLADIMIR MURTINHO
Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional

CONSELHEIROS:
DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS

ABEL RAFAEL PINTO

MANOEL TEIXEIRA DE CARVALHO NETO
GUIDO MONDIN

RESOLUÇAO Nº. 244/77 - CD

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições estatutárias, em sua 283ª. Reunião Ordinária, realizada em 10 de novembro de 1977, e tendo em vista o que consta do processo nº. 433738/77 - FEDF,

RESOLVE:

Aprovar o contrato especial de trabalho a ser firmado entre a FUNDAÇAO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL e o Senhor PAULO LOPES, pelo prazo de 04 (quatro) meses, a partir da data de assinatura do contrato, com uma jornada de 48 (quarenta e oito) horas semanais e salário mensal de Cr$ 6.200,00 (seis mil e duzentos cruzeiros).

Brasília - DF, 10 de novembro de 1977.

WLADIMIR MURTINHO

Presidente do Conselho Diretor da Fundação Educacional

CONSELHEIROS:

DIRCE ARAUJO JORGE DE ASSIS

ABEL RAFAEL PINTO

MANOEL TEIXEIRA DE CARVALHO NETO

GUIDO MONDIN

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 318 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 027.704/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por LUZIA MARTINS DOS SANTOS, ao jazigo nº 67, Quadra 613, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultado seu esposo JERONIMO CALADO DOS SANTOS, já que cumpridas as formalidades previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 23 de novembro de 1977.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA nº 319 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 027.180/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por ANTONIO JOSÉ MONTEIRO, ao jazigo nº 328, Quadra 107, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua companheira ANNA DE SOUZA BRAGA, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 23 de novembro de 1977.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 320 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 027.511/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por MARIA TEODOLINA DE FARIAS, ao jazigo nº 91, Quadra 613, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultado JOÃO NASIOSENO DE FARIAS já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 23 de novembro de 1977.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 321 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 029.320/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por NELSON PECEGUEIRO DO AMARAL, ao jazido nº 180, Quadra 211 do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultado seu filho FERNANDO PECEGUEIRO DO AMARAL, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 23 de novembro de 1977.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 322 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 041.021/76,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por MARIA HELENA ROSA, ao jazigo nº 107, Quadra 107, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultado seu esposo DUARTE ROSA, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 23 de novembro de 1977

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 323 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº 024.923/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por RENÉE SALLES DE AZEVEDO MACEDO, ao jazigo nº 205, Quadra 107, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultado seu pai BENEDITO CARLOS DE AZEVEDO, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 23 de novembro de 1977.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA nº 324 DE 23 DE NOVEMBRO DE 1977.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IX do artigo 1º e IV do artigo 30 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº. 2.933, de 27 de junho de 1975, e tendo em vista o que consta do processo nº. 023.906/77,

RESOLVE:

Conceder o título de perpetuidade requerido por JOAQUIM DE SOUZA, ao jazigo nº 03, Quadra 612, do Cemitério "Campo da Esperança", situado no Plano Piloto desta Capital, onde se encontra sepultada sua esposa TOMÁZIA SEBASTIÃO DE SOUZA, já que cumpridas as formalidades legais previstas no artigo 15 do Regulamento Geral dos Cemitérios do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto nº 263, de 02 de dezembro de 1963.

Distrito Federal, 23 de novembro de 1977.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 325 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, ítem V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975,

RESOLVE:

Designar o servidor IVALDO DINIZ, Diretor da Divisão de Administração Geral - Cód. EC-5, matrícula 406; HEGLER MACHADO GUIMARÃES, Diretor da Divisão de Conservação, cód. EC-5, matrícula nº 419; ODMAR PAULO VIEIRA, chefe da Seção de Reparos, código EC-7, matrícula nº 164; ELIZABETH MARIA ABREU FERNANDES, cód. EC - 10, matrícula 336, para, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, constituirem a Comissão incumbida de realizar licitação mediante Convite, para a execução dos serviços de montagem e fornecimentos-BT, um Quadro Geral de serviço e três painéis com vinte e dois (22) medidores tripolares cada um, a Estação Rodoviária de Brasília.

Distrito Federal, 25 de novembro de 1977

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 326 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, ítem V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975,

RESOLVE:

Designar o Arquiteto JOSÉ DE ASSIS LIMA FILHO, Diretor da Divisão de Cadastro Central - Cód. DAS 101.1, matrícula nº 18.967, MARIO DE CASTRO SOBRINHO, Assessor Auxiliar, Símbolo FC-3 matrícula nº 5.381, MARCOS AUGUSTO FALCI GARZON, Assessor Auxiliar, Símbolo FC-3, matrícula 19.096, TEREZINHA MENDES DO NASCIMENTO, Secretário-Datilógrafo, matrícula nº 19.239, para, sob a presidência do primeiro e Secretariado pelo último, constituirem a Comissão incumbida de realizar licitação mediante Convite, para a construção de Abrigos de passageiros de ônibus na Cidade Satélite do GUARÁ II.

Distrito Federal, 25 de novembro de 1977.

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA Nº 327 DE 25 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, ítem V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975,

RESOLVE:

Designar o Engenheiro LUMAR GOTTI, Diretor da Divisão de Serviços Públicos, cód. DAS.101.1, matrícual nº. 18.966; MARCOS AUGUSTO FALCI GARZON, Assessor Auxiliar, Símbolo FC - 3, matrícula nº. 19.096; ALNIO LUCAS MARQUES DE BRITO, Chefe da Seção de Controle de Contratos e Convênios, Símbolo FC - 5, matrícula 19.086 e TEREZINHA MENDES DO NASCIMENTO, Secretário - Datilógrafo, Símbolo FC - 8, para, sob a presidência do primeiro e Secretariado pelo último, consitituirem a Comissão incumbida de realizar licitação mediante Convite, para a construção de Abrigos de passageiros de ônibus no Plano Piloto.

Distrito Federal, 25 de novembro de 1977

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA DE 23 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuída pelo artigo 1º, inciso I, do Decreto "E" nº 340, de 12 de dezembro de 1967,

RESOLVE:

Autorizar o servidor MAURÍLIO MAX DE ARAÚJO CUNHA, Chefe do Gabinete desta Secretaria, matrícula nº 18.404, a viajar com destino à cidade do Rio de Janeiro-RJ, em objeto de serviço, no período de 24 a 27 de novembro do corrente ano.

Distrito Federal, 23 de novembro de 1977

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

PORTARIA DE 30 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso V, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.933, de 27 de junho de 1975,

RESOLVE:

Designar, nos termos da alínea "a", do artigo 21, do Decreto nº 2.951, de 22 de julho de 1975, o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS ALVES MARTINS, Agente de Telecomunicações e Eletricidade, Classe "C", código NM- 812.5, matrícula nº 13.547, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir, no período de 02 a 31.12.77, o Chefe da Seção de Comunicação Administrativa da Divisão de Administração Geral desta Secretaria, símbolo FC-06, por motivo de férias regulamentares de seu titular.

Distrito Federal, 30 de novembro de 1977

JOSÉ GERALDO MACIEL
Secretário de Serviços Públicos

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977.

O SECRETARIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º. do Decreto nº 3.466, de dezembro de 1976 e tendo em vista Decisão da Comissão de Classificação e Acumulação de Cargos e utorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarado no Processo nº 054.110/76,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 3º. do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976, a Gratificação pela Representação de Gabinete a GERALDO MOREIRA, Agente de Portaria Classe "A" - Código TP - 602.1, matrícula nº 11.830, pelo encargo de Auxiliar "A" do Gabinete desta Secretaria.

Distrito Federal, 29 de novembro de 1977.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Secretário

PORTARIA DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETARIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe é atribuida pelo artigo 3º., do Decreto nº 3.466, de 07 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

Mandar cessar a Gratificação de Representação de Gabinete, no valor de Cr$ 800,00 (oitocentos cruzeiros) concedida pela Portaria de 19 de janeiro de 1977, ao servidor JESULINDO NERY DE SOUZA, matrícula nº. 11.968, no encargo de Auxiliar "A", do Gabinete desta Secretaria, a partir de 01 de dezembro de 1977.

Distrito Federal, 29 de novembro de 1977

PEDRO DO CARMO DANTAS
Secretário

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. "p" 140 DE 22 DE NOVEMBRO DE 1977

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o item V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Designar o servidor LUIS JOSÉ FERNANDEZ RUBIN, Médico Veterinário, matrícula nº. 90.276- FZ, para substituir, em seu período de férias, de 01 a 30.12.77, o Titular do Serviço de

Pesquisa e Experimentação Animal, do Departamento de Pesquisas e Experimentação.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. "p" 141 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1977

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, o uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Designar o servidor JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA, Auxiliar de Administração, matrícula nº. 90.092-FZ, para substituir, em seu período de férias, de 01 a 30.12.77, o Titular da Seção de Patrimônio, da Divisão de Material e Patrimônio do Departamento Administrativo.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº. "p" 142 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1977

O DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o ítem V, do Artigo 22, do Estatuto da Entidade,

RESOLVE:

Designar a servidora ROSA MARIA FERRAZ AIELLO, Auxiliar Técnico de Administração, matrícula 90.297- FZ, para substituir o Chefe da Seção de Expediente do Departamento de Terras Rurais, em seu período de férias, de 1º. a 30.12.77.

PEDRO DO CARMO DANTAS
Diretor Presidente

PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

DIRETORIA

ATA DA VIGÉSIMA NONA (29ª.) REUNIÃO DA DIRETORIA DA PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO

AOS TRINTA DIAS DO MES DE MARÇO DE 1977. NA SALA DE REUNIÃO DA PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, REUNIU - SE A DIRETORIA EM SUA 29ª. SESSÃO, PRESENTES OS SENHORES ENGENHEIRO FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA, DIRETOR PRESIDENTE, ECONOMISTA RENATO ARAUJO SAMPAIO, DIRETOR ADMINISTRATIVO, E ENGENHEIRO FLORESTAL OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES, DIRETOR TÉCNICO. Iniciados os trabalhos o Senhor Presidente indagou da Diretoria Técnica sobre o andamento do Projeto PROFLORA III. Com a palavra o Engenheiro OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES declarou que tendo sido cumpridas as exigências do IBDF, relativas à renovação anual do cadastro da Empresa, conforme estabelece o parágrafo 2º. do art. 64 da Portaria Normativa 08 - DR, pôde ser encaminhado o pedido de vistoria previa para o Projeto PROFLORA III, cujo laudo já se encontra em nosso poder. Continuando com a palavra o Diretor Técnico informou que, em conjunto com o Diretor Administrativo, emitiu a Ordem de Serviço em favor da Fundação Zoobotânica para que o serviço de mecanização realize o desmatamento, aração etc. da área do Projeto. Com a palavra o Diretor Administrativo, Dr. RENATO ARAUJO SAMPAIO declarou que emitiu Nota de Empenho por estimativa, no valor de Cr$ 2.500.000,00, (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), em favor da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal - Serviço de Mecanização Agrícola. Informou ainda o Diretor Administrativo haver recebido comunicação do FISET para que a PROFLORA emitisse o Certificado de Participação no valor de Cr$ 2.123.454,00. correspondente a 50% do Projeto PROFLORA I e II, cujo crédito será efetuado, oportunamente, em nossa conta no Banco do Brasil. O Dr. RENATO ARAUJO SAMPAIO, Diretor Administrativo, informou que concluiu o esboço do trabalho sobre a "Area Prioritária para Florestamento de Brasília", com base nos estudos da CODEPLAN, "Diagnóstico do Espaço Natural do Distrito Federal", o qual será enviado ao IBDF pela Secretaria de Agricultura e Produção do Governo do Distrito Federal, atendendo solicitação das empresas florestadoras, através da ARBRA - Associação Brasileiro das Empresas Reflorestamento, esclarecendo também, que já submetera o trabalho à apreciação do Excelentissimo Senhor Secretário de Agricultura e Produção, Dr. PEDRO DO CARMO DANTAS, que o aprovou em suas linhas gerais. O trabalho em apreço será impresso em edição reduzida, de 50 exemplares, pela Editora Gráfica Brasiliana, na qual ofereceu melhores preços e prazo mais curto na coleta feita. Esclareceu, finalmente, que do valor total do serviço, no valor de Cr$ 69.500,00, receberemos uma colaboração de Cr$ 15.000,00 de cada uma das seguintes empresas: Incra - Rebrace, Floreste e Sul - Brasil, totalizando Cr$ 45.000,00, solicitando por isso aprovação da Diretoria para a realização desta despesa, na ordem de Cr$ 24.500,00 (vinte quatro mil e quinhentos cruzeiros). Essa proposta foi aprovada. A seguir o Sr. RENATO ARAUJO SAMPAIO declarou que já tendo sido entregue o galpão do viveiro, a Diretoria Técnica solicitou fosse feita a cimentação do piso do escritório e do depósito. Esclareceu, porém o Diretor Administrativo que não tendo sido possível a contratação pura e simples da mão - de - obra, conforme previsto, tivemos que optar pela sub - empreitada, nos termos do processo nº. 048/77 de 17.02.1977, o Dr. OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES comunicou que contratou o assentamento dos tubos de água para o viveiro pelo preço liquido de Cr$ 7,00 por metro, estimando o total de Cr$ 11.900,00, solicitando aprovação da Diretoria. A diretoria aprovou a contratação, autorizando a Diretoria Administrativa a tomar as providências que se fizerem necessárias. Ainda com a palavra o Diretor Técnico informou que a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal pretende ceder o viveiro de Taguatinga à PROFLORA, solicitando autorização da Diretoria para aceitar esta cessão. A Diretoria autorizou o recebimento. O Sr. Diretor Administrativo apresentou o Relatório sobre a posição de alguns sub - elementos que estão a merecer suplementação, conforme consta do Processo 104/77 da Divisão Financeira, cuja proposta é no sentido de transferir do Elemento 3.2.5.0 - Reserva de Contigência, Cr$ 2.400.000,00 para os seguintes sub - elementos: 3.2.5.0 - Contribuição de Previdência Social - Cr$ 800.000,00; 3.2.7.0 - Diversões Transferências Correntes - Cr$ 300.000,00; 4.1.1.0. Obras Públicas - Cr$ 500.000,00; 4.1.2.0 - Equipamentos e Instalações Cr$ 500.000,00; 4.1.3.0 - Material Permanente Cr$ 300.000,00. A Diretoria aprovou a transferência. Como ninguém mais fez uso da palavra o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu RENATO ARAUJO SAMPAIO, servindo de Secretário, lavrei a presente ATA que vai por todos assinada.

FRANCISCO DE SALLES BAPTISTA FERREIRA - Diretor Presidente, RENATO ARAUJO SAMPAIO; Diretor Administrativo, OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES; Diretor Técnico.

ATA DA TRIGÉSIMA (30ª.) SESSÃO DA DIRETORIA DA PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, REALIZADA EM 25 DE JULHO DE 1977

Aos vinte e cinco dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e sete, realizou - se, na Sede Social da Empresa a trigésima Sessão da Diretoria da PROFLORA S/A. Inicialmente foi esclarecido que por imposição legal teriamos que justificar o novo endereço da empresa, agora localizado na SCLN 302, Bloco "A", Entrada 45, para atender a exigências do Assentimento Sanitário, "Declaração de Localização" do GDF e atualização na Junta Comercial do Distrito Federal. Dando prosseguimento aos trabalhos o Sr. Presidente CARLOS NEVES GALLUF justificando o motivo de retardamento das reuniões, esclareceu que o Diretor Técnico estava envolvido na elaboração dos Projetos PROFLORA III e IV, com prazos improrrogáveis, enquanto ele próprio cumpria extenso programa de viagem ao Sul do País, em busca dos recursos para dar suporte ao Capital Social da Empresa, agora mais revigorada com valioso apoio da CAIXA ECONOMICA FEDERAL que se dispôs a subscrever até dez milhões de ações, o mesmo acontecendo com o Banco do Brasil. Informou ainda, que relativamente às Empresas: PETROBRÁS, ELETROBRAS, e BNH a sua participação terá que ser através de convênios. Para elaboração de tais convênios a Diretoria estabeleceu um debate na busca de sugestões. No caso particular da ELETROBRAS foi acolhida a sugestão do Diretor Administrativo RENATO ARAUJO SAMPAIO, no sentido de que as gestões fossem encaminhadas inicialmente através da Companhia de Eletricidade de Brasília. Disse, ainda, o Sr. Presidente CARLOS NEVES GALLUF que em sua última viagem a São Paulo, mantivera contacto com os grupos KRUPP, CIBA GEIGY, VW e MONTEIRO ARANHA para obter a adesão dos mesmos para os projetos PROFLORA IV e V, resultando dai boas perspectivas embora a concretização de tais investimentos não se apresentem com muita facilidade, pois dependem necessáriamente, de manifestação favorável da procuradoria Geral do GDF, para que a PROFLORA possa assinar o Contrato de Recompra de Quotas de Participação que as duas primeiras empresas exigem como condições para investir em nossos projetos. Continuando com a palavra o Sr. Presidente informou que recebera a visita dos representantes da Universidade de Viçosa para declarar que não mais aquela Entidade poderia realizar os serviços solicitados para elaboração do Plano Diretor da PROFLORA no prazo previsto e pelo preço ajustado. Assim, face a elevação do custo de vida resolvera reajustar de Cr$ 560.000,00 (Quinhentos e sessenta mil cruzeiros) para Cr$. 1.200.000,00 (Hum milhão e duzentos mil cruzeiros), o valor do trabalho, conforme carta de 25 de julho de 1977. Em face do ocorrido, o Sr, Presidente propôs encerrar o dialogo com a Universidade de Viçosa e considerando o alto interesse do Plano Diretor para a Proflora e, ainda, tendo em vista a proposta apresentada pela firma IMPLANTADORA FLORESTAL LTDA, empresa de alto gabarito com inúmeros trabalhos realizados, propunha à Diretoria examinar a possibilidade de contratação dos serviços profissionais dessa Empresa com dispensa de licitação, levando- se em conta a especialização do trabalho e o preço inferior ao das propostas apresentadas e ainda a urgência para execução do trabalho. Por unanimidade a Diretoria aprovou a proposta. Ainda com a palavra o Diretor Administrativo sugeriu que face a carencia de recursos do FISET para cobrir as necessidades dos projetos PROFLORA III e IV, fosse estudada a possibilidade de ser executado o projeto PROFLORA III, com recursos oriundos de incentivos fiscais, e, se necessário complementado com recursos próprios e que a PROFLORA IV fosse executado exclusivamente com recursos próprios, proposta que mereceu aprovação integral da Diretoria. Por sugestão do Diretor Técnico, foi alterada o nome do Projeto Proflora IV para Projeto Paranoá, reservando - se a numeração cronológica somente para aqueles projetos que receberem recursos do FISET. A proposta foi unanimente aprovada. Ainda com a palavra o Diretor Técnico, solicitou fosse autorizada a elevação do número de trabalhadores de campo até o limite de 200, face ao excessivo número de faltas ao trabalho cobertas por atestados medicos as quais, conforme documentação arquivada no Serviço de Pessoal atingiram, no último mês, 8% A Diretoria aprovou a solicitação do Diretor Técnico considerando não só o problema das altas constantes como a natureza do serviço de campo que impõe essa rotatividade, dai a maior necessidade de vagas. O Sr. Presidente solicitou ao Diretor Administrativo esclarecimentos com referência ao pagamento a titulo de idenização de transporte individual. Com a palavra o Diretor RENATO ARAUJO SAMPAIO informou que a Diretoria decidira em sua 25ª. Reunião, realizada em 29.10.76, aprovar a tabela do reembolso de despesas com transporte individual, a qual foi reajustada em 30%, tendo em vista os últimos aumentos de combustiveis. As tabelas utilizadas pela PROFLORA foram as mesmas adotadas por outros orgãos do Governo e que mereceram a aprovação do Excelentissimo Senhor Governador, como no caso da CAESB. A Diretoria homologou a decisão anterior. Continuando com a palavra o Diretor Administrativo, fez ampla exposição do apóio dispensado pela Fundação Zoobotânica, especialmente pelo seu Presidente o Secretário PEDRO DO CARMO DANTAS que colocara à disposição da Proflora cinco áreas especiais às margens das rodovias DF - 10 e DF - 15, Núcleo Rural Stanislau, totalizando 1.970,60 héctares e que servirá de base aos futuros projetos da PROFLORA. Decidiu a Diretoria encaminhar pedido de arrendamento das referidas áreas à FZDF e bem assim de outras que venham a ser colocadas à sua disposição para elaboração de futuros projetos. Continuando com a palavra o Diretor Administrativo deu conhecimento das providências adotadas por sua Diretoria, relativamente à licitação para execução do Projeto PROFLORA IV, tais como: Edital de Tomada de Preços, Cadastramento de Empresas. A subvenção de parte do preço do almoço aos Servidores da PROFLORA, deles cobrando - se um valor simbolico de Cr$ 5,00 (cinco cruzeiros), por refeição, foi justificado pelo Diretor Administrativo que, afirmou ser a medida capaz de produzir satisfação do Empregado, além de assegurar sua presença mais constante, evitando - se inclusive sem o onus de transporte. A Diretoria aprovou a proposta por unanimidade. Os processos relativos a admissão de Pessoal foram submetidos a exame conforme solicitação do Sr. Presidente, estão: DERMEVAL VIEIRA, Auxiliar Administrativo, admitido em 04.04.77, salário Cr$ 3.250,00; NORTON BEZERRA DE FIGUEIREDO, Chefe de Gabinete, admitido em 26.04.77, salário Cr$ 19.500,00; HELIO JAIME MOLINA SILVEIRA, Auxiliar Técnico Agricola, salário Cr$ 5.200,00; WALTER LUIZ ALMEIDA LOPES RODA, Vigilante, admitido em 16.05.77, salário Cr$ 2.300,00; MARIA DAS GRAÇAS SOUZA SILVA, Auxiliar Técnico de Administração, admitida em 16.05.77, salário Cr$ 4.550,00; AUGUSTO SOLDA, Auxiliar Administrativo, Admitido em 16.05.77, salário Cr$ 2.470,00; MARIA HELENA RODRIGUES DE OLIVEIRA, Recepcionista, admitida em 20.06.77, salário Cr$ 2.470,00; CARLOS ANTONIO CARDOSO SOUZA, Motorista, admitido em 23.06.77, salário Cr$ 2.470,00; ZELIA MARIA NUNES DOS SANTOS, Auxiliar Administrativo, admitida em 01.07.77, salário Cr$ 3.640,00; ANNA LUCIA SILVA CALDAS, Secretária Executiva, admitida em 05.07.77, salário Cr$ 7.800,00; LOURIVAL HYPOLITO DA SILVA, Tecnico de Contabilidade, admitido em 01.07.77, salário Cr$ 6.500,00; JOÃO BARRETO FERREIRA NETO, Assistente da Diretoria Administrativa, admitido em 10.05.77, salário Cr$ 19.500,00. Aos servidores a seguir relacionados a Diretoria autorizou o pagamento das seguintes vantagens: Reembolso de despesa efetivadas com transporte individual e ajuda de custo e transporte, NORTON BEZERRA DE FIGUEIREDO Cr$ 3.437,00; JOÃO BARRETO FERREIRA NETO Cr$ 3.437,00; NELSON FERREIRA PRAÇA Cr$: 3.090,00; ARISTOTELES DE SENA TAPIOCA Cr$ 3.090,00; ANNA LUCIA SILVA CALDAS Cr$ 2.377,00 e LOURIVAL HYPOLITO DA SILVA Cr$: 500,00. Nesses vencimentos estão incluidos: salário, gratificação e ajuda de custo. Antes de encerrar a sessão o Sr. Presidente solicitou informações do Diretor Técnico a respeito do andamento do Projeto PROFLORA III. O Engenheiro OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES esclareceu que depois de uma fase de ajustamento os trabalhos estão transcorrendo em ritmo normal, quer no viveiro, onde encerraremos o mês de julho com cerca de dois milhões de sacos prontos para receber mudas de Eucalyptos e Pinus, quer no campo onde a mecanização já se encontra em sua fase final de eleiramento e gradeação. Ainda com a palavra e respondendo a indagação sobre se julgava necessário a adoção de providências para aquisição de mudas prontas o Diretor Técnico declarou de forma incisiva que teriamos prontas cinco milhões de mudas de pinus e eucalyptos em tempo hábil de plantio. A PROFLORA vai precisar contratar apenas o plantio com empresas especializadas, esclareceu OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES. Encerrando os trabalhos o Sr. Presidente declarou que exigira da firma Implantadora Florestal Ltda, a documentação sobre sua idoneidade financeira e técnica, a fim de habilitá - la a normas de contrato com a Proflora. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu RENATO ARAUJO SAMPAIO, Secretário "Ad hoc", lavrei a presente ATA que vai assinada por todos.

Brasília, 25 de julho de 1977. CARLOS NEVES GALLUF; Diretor - Presidente. RENATO ARAUJO SAMPAIO; Diretor Administrativo, OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES; Diretor Técnico.

ATA DA TRIGÉSIMA PRIMEIRA (31ª) REUNIÃO DA DIRETORIA DA PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 1977.

Aos vinte e um dias do mês de setembro de 1977, realizou-se na Sede Social da Empresa a trigésima primeira (31ª) Reunião da Diretoria da PROFLORA S/A. Iniciando os trabalhos o Sr. Presidente CARLOS NEVES GALLUF, atendendo solicitação contida no DF, nº 18-77/DF

de 05/09/77 da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental-ABES, presidida pelo Dr. francisco salles baptista ferreira, submeteu à apreciação da Diretoria o ingresso da PROFLORA comp sócio mantenedor da entidade, proposta que foi aprovada ficando decidido contribuição anual de Cr$ 5.000,00(cinco mil cruzeiros).Continuando com a palavra o Sr. Presidente esclareceu que a Comissão Especial, designada pela Portaria nº 002/77, para realizar a licitação de obras e serviços dos Projetos Proflora III e IV, após cumprir as diversas etapas em que se dividiram as duas Licitações, encaminhou à Presidencia as ATAS, com respectivos resumos e resultados: a) Projetos Proflora IV, com área de 1.500 hectares, implantação total. Somente duas firmas concorreram com documentação completa. PLANTA 7 e AGRIPEC - Agricultura, Paisagismo, Urbanização e Construção Ltda, a primeira apresentou proposta de Cr$ 12.574.093,70 (doze milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, noventa e três cruzeiros e setenta centavos) e a segunda de Cr$ 8.057.284,95 (oito milhões, cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro cruzeiros e noventa e cinco centavos) e b) Projeto PROFLORA III, com área de 2.449,35 hectares, para plantio, replantio e combate a pragas. Concorreram três firmas sendo uma eliminada por falta de documentação. As duas, INCA REBRACE e AGRIPEC, apresentaram, respectivamente, os seguintes preços: Cr$ 4.356.805.00 (Quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e cinco cruzeiros) e Cr$ 3.297.944,00 (Três milhões, duzentos e noventa e sete mil, novecentos e quarenta e quatro cruzeiros). Em ambas Licitações, como se observa a AGRIPEC ganhou por larga margem. Dada a urgência e o alto interesse da PROFLORA em resolver o assunto, poderiamos ter decidido em nível de Diretoria, afirmou o Sr. Presidente. Ocorre, porém, que, por questão mais de escrúpulo, do que de suspeição, julguei prudente encaminhar o assunto à alta apreciação do Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, uma vez que, anteriormente, embora por curto período estive ligado à AGRIPEC. Como disse, somente o fato da Empresa oferecer condições mais vantajosas, já eliminaria qualquer dúvida. Nosso objetivo ao encaminhar ao Chefe do Governo, foi o de dar maior respaldo à deliberação da PROFLORA. Tenho a satisfação de comunicar aos Srs. Diretores que sua Excelência o Sr. Governador, aceitando nossas ponderações encaminhou o Processo à NOVACAP para apreciação técnica. Nessas condições antes de conhecermos o parecer daquela Entidade, permito-me propor seja dado voto de confiança e desde já assumamos o compromisso de ratificar o seu parecer. Com a palavra o Diretor Administrativo, sugeriu fosse aprovado a instituição de dois fundos rotativos fixos no valor de Cr$ 5.000.00 (Cinco mil cruzeiros) cada, para cobrir eventuais necessidades com a realização de despesas de carater urgente ou de pronto pagamento, devendo esses recursos ficarem alocados nas Diretorias Administrativa e Técnica, respectivamente. A proposta foi aprovada. O Sr. Presidente deu conhecimento da entrega do Relatório parcial encaminhado pela Implantadora Florestal Ltda, sobre o Plano Diretor da PROFLORA processo 362/77 de 28.07.77. Foi feita a distribuição dos exemplares e cada um dos Diretores, para análise e discução posterior. Informou ainda o Sr. Presidente, que autorizou o pagamento dos 25% (vinte e cinco por cento) na forma do Contrato, conforme a fatura apresentada de nº 99/77, no valor de Cr$ 147.000.00 (Cento e quarenta e sete mil cruzeiros). Continuando com a palavra o Sr. Presidente deu conhecimento das providências adotadas no sentido da aquisição de adubo, necessário ao Projeto PROFLORA III, junto à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, conforme autorização do Sr. Presidente, esclarecendo que pelo processo nº 469/77 de 19/09/77, foram adqueridos 450 (quatrocentos e cinquenta) toneladas de adubo N-P-K (6-15-3) ao preço de Cr$ 2.142.00 (Dois mil, cento e quarenta e dois cruzeiros) por toneladas, mais Cr$ 440,00 (Quatrocentos e quarenta cruzeiros) de frete, e, 22 (vinte e duas) toneladas de Aldrin, a Cr$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos cruzeiros) a tonelada, a um total de Cr$ 1.276.300.00 (Hum milhão duzentos e setenta e seis mil, trezentos cruzeiros), a Diretoria aprovou essa compra. Ainda com a palavra, o Diretor Administrativo esclareceu que tendo sido absorvido o empenho 110/77 de Cr$ 2.500.000.00 (Dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) emitido a favor da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, para atender os serviços de mecanização agricola do Projeto Proflora III foi emitido em 02/08/77 proc. 366/77, o empenho nº 364/77 no valor de Cr$ 1.000.000.00 (Hum milhão de cruzeiros) para suplementar o primeiro, a fim de que pudessem ser concluidos os trabalhos de mecanização agricola daquele Projeto. O Diretor Administrativo esclareceu ainda que era necessário autorização da Diretoria para que pudesse a Empresa receber da Caixa Economica Federal, mediante operação de crédito, Cr$ 5.000.000.00 (cinco milhões de cruzeiros) a título de adiantamento, por conta da subscrição do nosso Capital, que irá fazer na próxima Assembléia Geral Extraordinária. A Diretoria examinando a proposta aprovou por unanimidade, ficando assim a Diretoria da PROFLORA autorizada a contrair empréstimo com a Caixa Econômica Federal e inclusive com o Banco do Brasil, se for o necessário, nas mesmas condições. A liquidação do emprestimo contraido com o Banco Regional de Brasília em 13/08/76 foi comunicado pelo Sr. Presidente. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu, RENATO ARAUJO SAMPAIO, Secretário "ad-hoc", lavrei a presente ATA que vai assinada por todos.

Brasília, 21 de Setembro de 1977. CARLOS NEVES GALLUF- Diretor-Presidente - RENATO ARAUJO SAMPAIO-Diretor-Administrativo - OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES - Diretor-Técnico.

ATA DA TRIGÉSIMA SEGUNDA (32ª) SESSÃO DA DIRETORIA DA PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1977.

Aos dezenove dias do mês de outubro de 1977, realizou-se a trigésima segunda sessão da Diretoria da PROFLORA S/A. Sob a Presidência do Dr. CARLOS NEVES GALLUF e presentes os Srs. Diretores RENATO ARAUJO SAMPAIO e OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES. Inicialmente o Sr. Presidente deu conhecimento do Parecer da NOVACAP a respeito das licitações realizadas pela PROFLORA e relativas aos Projetos III e Paranoá decidindo em favor da AGRIPEC, cujas propostas apresentaram diferenças para menos de Cr$ 4.516.808,75 e de Cr$ 1.058.861,80, respectivamente, sobre o segundo colocado as firmas PLANTA 7 e INCA - REBRACE. Concluindo o Sr. Presidente informou que tendo em vista homologação do Excelentíssimo Senhor Governador e face à manifestação dos Srs. Diretores na sessão de 21 de setembro de 1977, assegurando todo apoio a acatamento às conclusões da NOVACAP, já emitira as indispensáveis Ordens de Serviço, podendo a esta altura informar que no Projeto Paranoá, diariamente, cerca de 150 has. estão sendo desmatados o que leva a crer que estará o mesmo concluido dentro do cronograma. No particular do Projeto Proflora III, porém, solicitava informações à Diretoria Técnica a respeito do andamento dos trabalhos, especialmente a situação das mudas produzidas. Com a palavra o Sr. Diretor Técnico OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES esclareceu que com referência à produção de mudas de eucaliptos e de pinos nada há o que temer, pois conforme fora anunciado na 30ª sessão da Diretoria o comportamento das nossas mudas tem sido excelente e, portanto, o número necessário ao plantio do Projeto Proflora III vai ser atendido plenamente pelo nosso viveiro. Continuando com a palavra o Sr. Presidente informou que fora surpreendido com o ofício 075/77 da Diretoria Técnica, acompanhado de Parecer do Consultor Técnico, o que deu origem ao Processo 438/77, manifestando apreensão daquela Diretoria sobre a implantação do Projeto Paranoá, notadamente na época chuvosa, pois devido "o adiantado do ano agrícola, em relaçao as diversas etapas de execução do projeto da reflorestamento", aumenta em muito os riscos de erosão. O parecer do Prof. Ezechias Paulo Heringer conclui: 1º - Há propabilidade de redução em escala não previsivel do volume de água, por não dispormos, ainda, de estudos de evapo- transpiração das essênciais a serem usadas no Projeto acima citado; 2º - Temos que considerar o tipo de solo, o qual é friável, bem como a topografia, além da época em que serão realizados os trabalhos. Ainda, com a palavra, o Sr. Presidente esclareceu que esse pronunciamento sobre o Projeto Paranoá, antigo Proflora IV ou "Parque do Torto" não pode redundar na paralizaçao dos serviços ja iniciados, pois o referido projeto já estava programado e em fase de elaboração quando fôra convidado para integrar a administração da PROFLORA. Ademais disso, a Diretoria Técnica mandara proceder aos levantamentos topográficos, colaborou inclusive os estudos finais para a composição do Projeto e acompanhou todas as fases da licitação.Sustar agora a execuçao do projeto, nesta altura dos acontecimentos, seria levar a Empresa a uma situação desmoralizante, razão pela qual entendia que a Diretoria Técnica deverá elaborar estudo ou até um projeto de contenção para evitar os riscos aludidos no parecer do Consultor Técnico. Dai porque, tomara a iniciativa de encaminhar o oficio e parecer à Implantadora Florestal. empresa encarregada de alaborar o Plano Diretor da PROFLORA, para que esta, de comum acordo com a Diretoria Técnica, apresente solução para o problema levantado e, ainda, indique quais as providências a serem tomadas através da Empresa contratante para a execução do Projeto. O Sr. Presidente comunicou que recebeu ofício Nº 579/77 do Tribunal de Contas do Distrito Federal através do qual o Sr. Presidente Conselheiro Heraclio Salles dando ciência haver aquela Corte, em sessão do 19/7/77, relevado a multa imposta à PROFLORA no Processo 1662/77. Ainda com a palavra o Sr. Presidente comunicou que no dia 6 do corrente mês baixara a instrução de serviço nº 1 com a participação dos outros dois Diretores,fixando normas para a abertura e andamento de processos relativos à aquisição de material ou contratação de serviços, emissão de nota de empenho e respectivo pagamento, inclusive estabelecendo as competências eárea de atuação de cada um dos Diretores. A instrução do serviço a seguir transcrita e já em vigor torna sem efeito atos anteriores que cuidam de qualquer aspecto por ela abordado, inclusive os que instituem alterações no organograma da empresa criando novos setores. Enquanto não for aprovado pela Diretoria, a estrutura organizacional ora em aleboração pela Implantadora Florestal e que integrará o Plano Diretor da PROFLORA, além dos Diretores e seus assessores haverá, apenas, divisões ou serviços. A instrução de Serviço referida tem o seguinte teor: A Diretoria da Proflora S/A - Florestamento e Reflorestamento, com fundamento no Estatuto da Empresa e visando a racionalizar os serviços dos seus diversos setores. RESOLVE: I - Os atos administrativos da Proflora S/A que impliquem em qualquer responsabilidade para a Empresa, obedecerão os seguintes princípios e normas a seguir descritos: a) qualquer despesa será necessária e proviamente autorizada pelo Diretor Presidente e na sua ausencia, em casos excepcionais e urgente, pelo seu substituto e neste caso sujeito a posterior homologação pela Presidência. b) É indispensável o organização de um Processo, em cada caso, observando- se uma sequencia de documentos, todos numerados e rubricados, obedecendo as seguintes normas: 1º) O que justificou ou deu causa ao pedido; 2º) Atestado do recebimento do material ou da execução do serviço; 3º) Nota de Empenho assinada por um Diretor para receber assinatura do Presidente; 4º) Despacho do Presidente autorizando o pagamento; 5º) Emissão do cheque com assinatura de um Diretor e o Presidente. II - Dependerá de prévia e expressa autorização da Presidência qualquer pedido para aquisição de material ou contratação de serviços os quais serão sempre encaminhados através do Diretor da área, mediante pedido escrito e devidamente justificado em Processo regular. III - Os pedidos de aquisição de material ou a contratação de serviços serão encaminhados à Presidencia que em despacho com o Diretor Administrativo autorizará a licitação ou sua dispensa, se for o caso. IV - Somente depois de regularmente processado e após à realização da licitação, a Comissão permanente de Compras anexará ao Processo a ata e o respectivo parecer para homologação da Diretoria, após o que será a Divisão do Material autorizada a emitir a Nota de Empenho, a qual deverá ser assinada pelo Diretor e o Presidente. V - Cabera sempre aos Diretores autorizar a abertura de Processos em documentos encaminhados à Proflora. VI - Caberá à Diretoria Administrativa a iniciativa de providenciar junto aos setores de pessoal, material, patrimonio e contabilidade da Empresa ou deles receber todas as solicitações e processos para apreciação e despacho com a Presidência. VII - A Diretoria Técnica, igualmente, compete o exame prévio e encaminhamento de todos os problemas referentes à sua área. A Instrução entra em vigor a partir de 06 de Outubro de 1977. Com a palavra o Diretor Administrativo Economista Renato Araujo Sampaio, esclareceu que era necessário a Diretoria dispensar o pedido de licitação feito no processo Nº 313/77, relativo à aquisição diretamente do fabricante de dez máquinas de encher sacos para produção de mudas no viveiro. A Diretoria homologou a dispensa de licitação. Continuando com a palavra o Sr. Diretor Administrativo informou que era necessário a Diretoria autorizar a contratação de um caminhão para substituir aquele que fora posto à disposição da PROFLORA pelo Departamento de Estradas e Rodagem do G.D.F. e cuja devolução fora solicitada com urgência. Posta em discussão, foi aprovada a contratação do caminhão. Continuando o Diretor RENATO ARAUJO SAMPAIO esclareceu que a Coordenação do Orçamento da Secretaria de Governo aprovàra a proposta orçamentária da PROFLORA para o exercício de 1978 cujos quantitativos podem ser assim resumidos: Receita - total Cr$ 137.686.640,00, sendo Capital com Recursos Próprios - Cr$ 98.802.742; do FISET - Cr$ 23.883.898 e do G.D.F. - 15.000.000; As Despesas totalizaram Cr$ 137.686.640,00, sendo Despesas Correntes: PESSOAL - Cr$ 4.518.000,00; MATERIAL DE CONSUMO - Cr$ 1.000.000,00; SERVIÇOS DE TERCEIROS - Cr$ 1.200.000,00; ENCARGOS DIVERSOS- Cr$100.000,00. Transferências Correntes: JUROS - Cr$500.000,00; CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDÊNCIA SOCIAL - Cr$1.807.200,00; RESERVA DE CONTIGÊNCIA - Cr$ 1.500.000,00; DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - Cr$ 4.861.440,00. Despesas de Capital: OBRAS PUBLICAS - Cr$ 200.000,00; SERVIÇOS EM REGIME DE PROGRAMAÇÃO ESPECIAL - Cr$ 120.000.000,00; EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES - Cr$ 1.500.000,00; MATERIAL PERMANETE - Cr$ 500.000,00. Usando da palavra o Diretor RENATO ARAUJO SAMPAIO enfantizou que para atender às necessidade mínimas da administração da Empresa tornava- se indispensável e inadiável a aquisiçao dos seguintes materiais permanentes adquiridos das seguintes formas: FACIT S/A - MÁQUINAS DE ESCRITO - 3 (três) máquinas marca FACIT, 1 (um) MOD. 1730/4921 tabulação Dupla Decimal, Cilindro de 49 cms com 228 espaços e 2 (duas) MOD. 1730/3511 com 130 espaços, destinadas a Diretorias Técnicas, Divisão de Pessoal e Assessoria Financeiras, aquisição autorizada com dispensa licitação na forma da letra "a" alinea II do Artº 3º do Doc. 1703/71, a fim de manter a padronização e facilidade na manutenção das referidas máquinas manuais - OSAI - ORGANIZAÇÃO BRASILEIRA DE MÁQUINAS LTDA aquisição de 2 (duas) calculadoras Eletrônicas marca C.ITOH sendo 1 (uma) MOD. CI - 12 - PD com visor e 1 (uma) MOD. CI- 10- PD sem visor, destinadas a Divisão De Material e Assessorias Financeira, com dispensa de licitação na forma da letra "a" alinea II do Artª 3º Dec. 1703/71 a fim de manter a padronização e facilidade de manutenção das máquinas - ITALMA S/A - INDUSTRIA DO MOBILIARIO - aquisição de móveis com as seguintes caracteristicas: 02 mesa em madeira Louro Preto, medindo 140x70x74 cm, com 01 gaveteiro de 03 gavetas, estrutura em aço cromado. 01 Mesa em madeira Louro Preto, medindo 160x80x74 cm, com 02 gaveteiros de 03 gavetas cada. Estrutura em aço cromado. 01 Poltrona, fixa, de 05 patas, em aluminio polido com apoios estufados. Estufada em espuma e revestida em vinil.02 Poltronas fixa, de 04 pés em aluminio polido. Sem braços, Estufada em espuma e revestida em vinil. 03 Poltronas, fixa, de 5 patas, em aluminio polido, sem braços, estufada em espuma e revestida em vinil. 02 Volantes para máquina, em madeira Louro Preto, medindo 50x45x67 cm, em uma gaveta estrutura em aço cromado, com rodizio, 01 volante para telefone, em madeira Louro Preto medindo 50x45x67 cm, Estrutura em aço cromado, com rodizios. 03 Cestos para lixo, em madeira Louro Preto, medindo 35x21x30 cm, 03 Estantes para livro, em madeira Louro Preto, medindo 117x45x171 cm. Bas em aço cromado, com dispensa de Licitação na forma da letra "a" alinea II do Art. 3º do Decreto 1703/71 a fim de manter a padronização do mobiliário da PROFLORA S/A. Informamos que os referidos móveis destinam- se a secretaria da Diretoria Administrativa, Departamento Juridico e a Divisão de Pessoal. Na oportunidade o Diretor da PROFLORA S/A aprovou os preços bàsicos dos serviços de fiscalização para os Projetos PROFLORA III e PARANOÁ, apresentados pela Diretoria Técnica para efeito de Licitação, os quais foram fixados em 6% (seis por cento). Finalmente, o Sr. Diretor Administrativo submeteu à apreciação a minuta do Projeto de Estatuto que, uma vez aprovada, será encaminhada ao Procurador Geral a fim de que seja fixada a data da AGE, em principio estabelecida para 23 de novembro próximo. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão da qual eu RENATO ARUJO SAMPAIO, secretário "ad- hoc" lavrei a presente ATA que vai assinada por todos. CARLOS NEVES GALLUF - Diretor Presidente; RENATO ARAUJO SAMPAIO - Diretor Administrativo; OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES - Diretor Técnico.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

ATOS DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 480 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1977

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no artigo 7º, do Decreto número 3.537, de 30 de dezembro de 1976, e o advento do Decreto nº 3.934, de 10.11.77, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal de 14.11.77, que alterou as Cotas Trimestrais de Despesa das Unidades Orçamentárias para o 4º (quarto) trimestre, do presente exercício.

RESOLVE:

Autorizar o Departamento de Administração Geral- Divisão Financeira, desta Secretaria a movimentar os valores correspondentes aos grupos de despesas constantes do Quadro anexo.

Brasília- DF, 18 de novembro de 1977

AIMÉ ALCIBÍADES SILVEIRA LAMAISON, Cel.
Secretário de Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DIVISÃO FINANCEIRA - SEÇÃO DE ORÇAMENTO

QUADRO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 480 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1 977

ATIVIDADE	DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO ANTERIOR	ALTERAÇÃO P/MAIS	ALTERAÇÃO P/MENOS	SITUAÇÃO ATUAL
SEP/ 2.058	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEP				
	- Pessoal e Encargos Sociais	564.805,16	11.360.000,00	-	11.924.805,16
	- Outras Despesas Correntes	2.589.544,84	10.000,00	-	2.599.544,84
SEP/ 2.059	- ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
	- Encargos Sociais	44.168,30	225.000,00	-	269.168,30

Brasília/DF, de novembro de 1 977

LUIZ DE OLIVEIRA
Chefe da Seção de Orçamento

SILVINO FERNANDES DE SOUZA
Diretor da Divisão Financeira

HERALD TABB DE MORAES, Bel.
Diretor do DAG/SEP

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIA Nº. 198, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1977

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do concurso público para provimento de cargos vagos na classe inicial da Categoria Funcional de Auxiliar de Controle Externo, homologado em 06 de julho do corrente ano, e de conformidade com o decidido pelo Tribunal em sua 1 539a. Sessão Ordinária, realizada a 17 de fevereiro último, conforme consta do Processo nº. 232/77,

RESOLVE:

NOMEAR, em caráter efetivo, em virtude de habilitação em concurso público, para o Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, de acordo com o artigo 12, item II, da Lei nº. 1711, de 28 de outubro de 1952, combinado com os artigos 51 e 63 do Decreto - Lei Nº. 274, de 28 de fevereiro de 1967, em vagas decorrentes de progressões e exoneração na Categoria Funcional de Auxiliar de Controle Externo, para exercerem o cargo de Auxiliar de Controle Externo "A", código TC-DF - CE - 012, Referência 29:

1) DARCI TAVARES BARRIONUEVO, classificado em 9º. lugar no referido concurso público;

2) RAULINA GUERRA AMORIM, classificada em 10º. lugar no referido concurso público;

3) NILDES MAIA VIEIRA, classificada em 12º lugar no referido concurso público.

Brasília - DF, 29 de novembro de 1977.

HERACLIO ASSIS DE SALLES
Presidente

ATA DA 243ª. SESSÃO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.

Aos 11 dias do mês de novembro de 1977, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros José Wamberto, Geraldo Ferraz e Raul Soares da Silveira, o Conselheiro - Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor Raimundo Vieira e o Procurador - Geral em exercício Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro Heraclio Salles, declarou aberta a Sessão, especialmente convocada para o fim de o Tribunal tratar assuntos de natureza administrativa.

Inicialmente, o Senhor Presidente submeteu à consideração do Plenário os seguintes expedientes:

PROCESSO Nº. 427/76, contendo Representação da Inspetoria - Geral de Controle Externo, a que se juntou parecer da Seção de Regime Jurídico do Pessoal, sobre elevação ao nível 2, do Grupo DAS, dos cargos em comissão de Inspetor Seccional e Chefes dos Serviços de Pessoal e de Administração, tendo em vista a relevância, complexidade, volume de atribuições e grau de responsabilidade dos referidos cargos. - O Tribunal decidiu aprovar a redação final da minuta de Resolução que acompanha a Representação, estabelecendo que os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Resolução vigoram a partir de 1º. de novembro do ano em curso. O Conselheiro José Wamberto, ausente quando da votação da matéria, absteve - se de participar da discussão e aprovação da redação final.

PROCESSO Nº. 2782/77 - Representação nº. 67/77 - DAG, em que a Diretoria - Geral de Administração propõe a criação de um emprego de Estofador na Tabela de Empregos Temporários da Corte. - O Tribunal aprovou a proposta.

PROCESSO Nº. 2439/77 - Requerimento da fucionária Elza da Silva Guimarães, Técnica de Controle Externo "B", do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Corte, em que solicita exoneração do cargo em comissão de Chefe da 1ª. Inspetoria Seccional de Controle Externo, e a que se juntou Representação do Inspetor - Geral de Controle Externo propondo remanejamento de ocupantes de algumas chefias daquela Inspetoria - Geral.

O Senhor Presidente comunicou ao Plenário que deferia com pena o requerimento da servidora Elza da Silva Guimarães, dado o alto nível de seu trabalho e considerando também o elevado senso de responsabilidade e lealdade com que desempenhou a chefia de que se afastava, na qual prestou serviço verdadeiramente relevante ao Tribunal; e, a seguir, acolhendo a proposta do Inspetor - Geral, indicou, na forma do artigo 13 do Regimento Interno, os nomes dos servidores Elza da Silva Guimarães para a função de Assistente - Técnico do Inspetor - Geral; Marli Vinhadeli Papadópolis para o cargo em comissão de Inspetor Seccional da 1ª. Inspetoria Seccional de Controle Externo; Enes de Almeida para Chefe da Divisão de Controle Orçamentário da 1ª. Inspetoria Seccional de Controle Externo; Deusimar Leite Rolim para Chefe da Divisão de Controle de Autarquias e Fundações da 2ª. Inspetoria Seccional de Controle Externo ; Deusdete Manoel das Chagas para Chefe da Divisão de Inspeções da 3ª. Inspetoria Seccional de Controle Externo. - O Plenário aprovou as indicações.

O Conselheiro Raul Soares da Silveira, no encaminhamento da votação, manifestou sua satisfação em ver que a Dra. Elza da Silva Guimarães, indicada para a função de Assistente Técnico do Inspetor - Geral, continuará prestando seus valiosos serviços a esta Casa, pois já se habituara à excelência dos seus trabalhos, que revelam zelo, inteligência, critério e capacidade no desempenho de suas funções.

Em continuação, e ainda na forma do citado artigo 13 do Regimento Interno, o Senhor Presidente, após considerações sobre a conveniência do remanejamento, indicou os nomes dos Drs. Jomar Maciel Pires e Alberto Xavier de Almeida para exercerem, respectivamente, os cargos de Diretor - Geral de Administração e Secretário das Sessões. - O Tribunal aprovou as indicações.

PROCESSO Nº. 2331/77 - Requerimento do Conselheiro Heraclio Salles, acompanhado de atestado firmado pelo Chefe do Núcleo de Assistência Médica da Corte, em que solicita, de acordo com o art. 31 do Regimento Interno, seja considerado como de licença para tratamento de saúde, seu afastamento por motivo de acidente, no período de 18 a 30/08/77. - O Tribunal deferiu o pedido

PROCESSO Nº 2334/77 contendo Representação do Serviço de Pessoal sobre os estudos a que procedeu por determinação da Diretoria - Geral de Administração, com base na Resolução nº. 10, de 16 de agosto de 1977, do Tribunal de Contas da União, tendo em vista atribuir - se aos atuais ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares os valores de vencimentos pertinentes às Referências previstas no Decreto - lei nº. 1.467/76, a exemplo de semelhante procedimento adotado naquele Tribunal e noutros órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário. Acompanha a Representação um anteprojeto de Resolução, tendo como paradígma a Resolução Administrativa nº. 10/77, de 16 de agosto último, do TCU, publicada no D.O. do dia 19 subsequente. O servidor Afonso Ladislau Satas, Chefe do Serviço de Pessoal, a convite da Presidência, nos termos do artigo 43 e seu parágrafo único do Regimento Interno, fez uma exposição do critério adotado na elabo-

ração do estudo apresentado e elucidou os pontos sobre os quais os membros do Plenário houveram por bem inquiri- lo. - O Tribunal aprovou a minuta da Resolução apresentada pelo Serviço de Pessoal, determinando fosse nela acrescentado, com as necessárias adaptações, o art. 3º. e seu parágrafo único da Portaria nº. 152, de 21 de outubro do ano em curso, do Supremo Tribunal Federal. Decidiu, mais, que os efeitos financeiros decorrentes da aplicação desta Resolução vigoram a partir de 1º. de novembro do corrente ano.

Por fim, o Senhor Presidente concedeu a palavra, sucessivamente, ao Conselheiro Raul Soares da Silveira, ao Conselheiro - Substituto Jesus da Paixão Reis e Auditor Raimundo de Menezes Vieira para que relatassem os processos que lhes haviam sido distribuídos.

RELATADO PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº. 2741/77 - Representação do Serviço de pessoal, acompanhada de minuta de Ordem de Serviço Interna, sobre controle de frequência de servidores ocupantes de encargos previstos na Resolução nº. 3/76. - O Tribunal aprovou a minuta.

RELATADO PELO CONSELHEIRO - SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº. 2132/77 - Requerimento da servidora Nildes Maia Vieira, Datilógrafa "A,", código TCDF - SA - 802.1, Referência 16, solicitando, pelas razões que alega, sua progressão da classe "A" para a classe "B" da categoria de Datilógrafo. - O Tribunal deferiu o pedido, com fundamento no parágrafo único, art. 58, do Regulamento de Progressão e Ascensão Funcionais do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Corte, a partir de 1º. de novembro do ano em curso.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO VIEIRA

PROCESSO Nº. 2028/77 - Requerimento em que Afonso Ladislau Satas e outros solicitam alteração do parágrafo único, art. 58, do Regulamento de Progressão e Ascensão Funcionais, para o fim de ser modificado o prazo de validade dos concursos internos. - O Tribunal, acolhendo o parecer do Relator, decidiu: a) indeferir o pedido; b) determinar à Diretoria - Geral de Administração que proceda a estudos, com vistas a uma revisão geral do Regulamento, para apreciação do Plenário.

PROCESSO Nº 2241/77 - Requerimento de Thereza da Rocha Domingos, Técnica de Controle Externo "A", do Quadro de Pessoal da Corte, pelo qual manifesta o propósito de concorrer às progressões funcionais futuras para preenchimento de vagas na classe "B" da Categoria Funcional a que pertence. - O Tribunal, em face da decisão proferida no processo nº. 2028/77, apreciado nesta Sessão, considerou prejudicado o pedido.

PROCESSO Nº. 2193/77 - Requerimento em que Juares Ferreira Maximino e João Amorim de Paula, Auxiliares de Controle Externo "A", código TCDF - CE - 012.1, aprovados no último concurso interno, pedem progressão da classe "A" para a classe "B" da sua Categoria Funcional. - O Tribunal deferiu os pedidos, com fundamento no parágrafo único do art. 58, do Regulamento de Progressão e Ascensão Funcionais do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Corte, a partir de 1º. do corrente mês.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, JOMAR MACIEL PIRES, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador - Geral em exercício.

HERACLIO SALLES, JOSÉ WAMBERTO, GERALDO FERRAZ, RAUL SOARES DA SILVEIRA, JESUS DA PAIXÃO REIS, LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ.

ATA DA 1609ª. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.

Aos 08 dias do mês de novembro de 1977, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros José Wamberto, Geraldo Ferraz e Raul Soares da Silveira, os Auditores Jesus da Paixão Reis e Raimundo Vieira e o Procurador- Geral em exercício Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro Heraclio Salles, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1608ª. Sessão Ordinária.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 57/71- STC, Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), regulando a administração, pela segunda, das obras de construção, adaptação e ampliação de postos de saúde nas cidades satélites do Guará e Planaltina, contendo representação da Inspetoria- Geral em que sugere seja reiteirado o Ofício GP nº 223/77;

PROCESSO Nº 1048/74- STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), tendo por objeto a construção da Ponte Costa e Silva, em que se contem expediente da Inspetoria- Geral sugerindo seja reiterado o Of. GP nº 295/77;

PROCESSO Nº 104/75- STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), disciplinando a administração das obras de construção da primeira etapa da Feira Modelo do Núcleo Bandeirante, a que se juntou representação da Inspetoria- Geral sugerindo reiteiração dos termos do Of. GP nº 117/77;

PROCESSO Nº 328/75- STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Fundação Educacional do Distrito Federal, tendo por objeto a aquisição de equipamento e material permanente para a Secretaria de Educação e Cultura, e a que se juntou representação da Inspetoria- Geral sugerindo seja reiteirado o Of. GP 119/77.

- O Tribunal decidiu fossem reiterados os termos dos citados expedientes, concedendo o, prazo de 15 (quinze) dias para resposta, findo o qual estarão os responsáveis automaticamente multados, na forma do art. 54 do Ato Regimental nº 7/74.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ.

PROCESSO Nº 66/72- STC - Termo de alteração e aditamento ao contrato de locação celebrado a 12/02/74 entre o Distrito Federal e as firmas Sagres Seguradora das Américas S/A, Sul Brasileiro Seguros Gerais S/A e Companhia de Seguros Cruzeiros do Sul, objetivando o locação, para o primeiro, de salas, lojas e sobrelojas do Edifício Seguradoras, em que se contém representação da Inspetoria- Geral sugerindo seja reiteirado o Ofício GP-507/77;

PROCESSO Nº 1556/76 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, regulando a execução dos serviços de implantação do Parque de Recreação Rogério Pithon Farias, a que se juntou representação da Inspetoria- Geral em que sugere sejam reiterados os termos do Of. GP 532/77.

- O Tribunal decidiu fossem reiterados os termos dos ofícios de nºs 507 e 532/77, citados, concedendo os prazos de 30 e 15 dias, respectivamente, para atendimento do quanto solicitado.

PROCESSO Nº 371/73- STC- Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administraçao das obras de construção de diversas unidades para o Corpo de Bombeiros, a que se juntou representação da Inspetoria- Geral sugerindo seja reiterada diligência determinada pela Corte;

PROCESSO Nº 991/76 - Convênio firmado em 12/04/76 entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), regulando a administração, pela segunda, da execução de obras de urbanização na Região Administrativa do Gama, cotendo representação da Inspetoria- Geral.

- O Tribunal decidiu fossem reiterados os termos dos ofícios GP de nºs 533 e 307/77, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para resposta, findo o qual estarão os responsáveis automaticamente multados, na forma do artigo 54 do Ato 7/74.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA.

PROCESSO Nº 750/72 - STC - Convenio firmado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), objetivando a execução de obras e serviços complementares no Estádio de Brasília;

PROCESSO Nº 343/74- STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil objetivando regular o prosseguimento das obras de construção do Espaço Cultural de Brasília;

PROCESSO Nº 537/77 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, para prestação de serviços mecânicos a viaturas do Corpo de Bombeiros.

- O Tribunal determinou diligência interna para juntada aos respectivos processos dos expedientes reclamados, de cuja chegada deu notícia ao relator.

PROCESSO Nº 1916/77- Nota de empenho nº 17/77- DPC e outras, emitidas pela Secretaria de Agricultura e Produção, contendo representação da Inspetoria- Geral em que sugere seja reiterada diligências determinada pela Corte - O Tribunal decidiu fossem reiterados os termos do Of. GP 524/77, concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para resposta.

RELATADOS PELO AUDITOR JESUS DA PAIXÃO REIS.

PROCESSO Nº 881/74- Tomada de conta do Intendente e Chefe do Almoxarifado- Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, exercício de 1973;

PROCESSO Nº 1614/76 - Prestação de contas do Banco Regional de Brasília S/A, relativa ao exercício de 1975;

PROCESSO Nº 1450/77 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Região Administrativa IV - Brazlândia, exercício de 1976;

PROCESSO Nº 1703/77 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Secretaria de Serviços Sociais, referente ao exercício de 1976;

PROCESSO Nº 1756/77 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Secretaria de Serviços Públicos, exercício de 1976.

- O Tribunal decidiu enviar os processos à Procuradoria- Geral, solicitando pareceres.

PROCESSO Nº 1358/75 - Tomada de contas especial do ex- servidor da Fundação Zoobotânica, Raimundo Dias Oliveira. - O Tribunal decidiu julgar configurado o alcance e fixar provisoriamente o débito em Cr$ 3.518,70, autorizando se faça a notificação do responsável, na forma do art. 52 do Ato Regimental nº 7/74.

PROCESSO Nº 758/77, contendo ofício do Senhor Secretario de Segurança Pública, no qual solicita prorrogação de prazo para remessa à Corte das contas do Centro de Internamento e Reeducação, exercício de 1973 e 1974. - O Tribunal decidiu atender à solicitação, concedendo a prorrogação de 30 (trinta) dias para remessa das contas à Corte.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO VIEIRA.

PROCESSO Nº 1229/75 - Prestação de contas da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, referente ao exercício de 1974;

PROCESSO Nº 1625/77 - Tomada de contas dos ordenadores de despesas da Procuradoria- Geral do Distrito Federal, exercício de 1976;

- O Tribunal decidiu enviar os processos à Procuradoria- Geral, solicitando pareceres.

PROCESSO Nº 2099/77 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Secretaria de Administração, referente ao exercício de 1976. - O Tribunal decidiu preliminarmente requisitar os processos de comprovação de adiantamento arrolados na alínea "a" da informação de fls. 26.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 hora o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, JOMAR MACIEL PIRES, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador- Geral em exercício.

HERACLIO SALLES: JOSÉ WAMBERTO; GERALDO FERRAZ; RAUL SOARES DA SILVEIRA; JESUS DA PAIXÃO REIS; RAIMUNDO VIEIRA; LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ.

ATA DA 1610ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 10 dias do mês de novembro de 1977, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros José Wamberto, Geraldo Ferraz e Raul Soares da Silveira, o Conselheiro - Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor Raimundo Vieira e o Procurador - Geral em exercício Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro Heraclio Salles, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1609ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente comunicou à Casa haver convocado, a 08 do corrente, na forma do art. 17, parágrafo 1º do Regimento Interno, o Auditor Jesus da Paixao Reis para substituir o Conselheiro Parsifal Barroso que se encontra afastado por motivo de doença.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 1999/77 - Aposentadoria do servidor Francisco Pereira dos Santos. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria - Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria - Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2072/77 - Contrato de trabalho por prazo determinado que entre si fazem o Distrito Federal, através do Corpo de Bombeiros, e o Médico Francisco João Machado Peixoto;

PROCESSO Nº 2348/77 - Termo de ocupação do Estádio de Brasília do Centro Desportivo Presidente Médici, firmado entre o Distrito Federal e a Federação Metropolitana de Futebol;

PROCESSO Nº 2702/77 - Convênio que entre si celebram o Distrito Federal e o Banco do Estado do Rio Grande do Norte S/A, objetivando a prestação, pelo segundo para o primeiro, de serviços de arrecadação de receitas.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria - Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2487/77 - Contrato de empréstimo para produção de habitações integrantes do Conjunto Taguatinga "L" e "M" Norte e de refinanciamento para sua comercialização com garantias hipotecária e suplementar, que entre si celebram, como mutuante, o Banco Nacional de Habitação e, como mutuária, a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda, com a interveniência do Distrito Federal. - Cumprida satisfatoriamente a diligência interna ordenada, o Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo a Inspetoria - Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2751/77 - Nota de empenho nº 464/77 - DIFIN e outras, emitidas pela Secretaria de Segurança Pública;

PROCESSO 2752/77 - Nota de empenho nº 320/77 e outras, emitidas por esta Corte de Contas.

- O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 853/77 - Aposentadoria do servidor José Alves de Souza. - O Tribunal decidiu sobrestar o julgamento da matéria.

PROCESSO Nº 2000/77 - Aposentadoria do servidor Graciano Rodrigues da Costa. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria - Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria - Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2124/77 - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma Toalheiro Brasil Ltda., objetivando o fornecimento de toalhas de felpo, sob a forma de locação, para uso da Procuradoria - Geral do Distrito Federal. - O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO Nº 2466/77 - Consulta do Presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal sobre a necessidade ou não de envio à Corte das prestações de contas decorrentes de convênios celebrados entre aquela entidade e órgãos da área federal. - O Tribunal decidiu responder à consulta, de acordo com a manifestação da Inspetoria - Geral, a fls. 36.

PROCESSO Nº 2653/77 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Banco do Estado da Paraíba S/A, objetivando a prestação, pelo segundo para o primeiro, de serviços de arrecadação de receitas;

PROCESSO Nº 2700/77 - Convênio firmado entre o Distrito Federal e o Banco do Estado do Rio de Janeiro, visando à prestação de serviços de Arrecadação de receitas.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria - Geral, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 1814/77 - Contrato para prestação de serviços celebrado entre o Distrito Federal e a firma Leasing - Associada, Locação e Planejamento Ltda., objetivando a entrega de correspondência oficial. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria - Geral, tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO Nº 2070/77 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Fundação Educacional do Distrito Federal, tendo por objeto a construção, ampliação, transformação e adaptação da Rede de Ensino de Segundo Grau. - O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.

PROCESSO Nº 1920/77 - Consulta formulada pelo Senhor Secretário de Finanças, quanto à forma de regularizar a aplicação de recursos oriundos das taxas de ocupação de imóveis pertencentes ao Governo do Distrito Federal, sob a administração da SHIS, a que se juntaram esclarecimentos da SHIS acerca de determinações da Corte comunicadas àquela entidade pelo Of. GP 559/77. - O Tribunal decidiu acolher as sugestões da Inspetoria - Geral, a fls. 41.

PROCESSO Nº 1975/77 - Contrato de empreitada por preço global que entre si celebram o Distrito Federal e a firma URBRAS - Urbanização e Premoldados Ltda., objetivando a execução dos serviços de pavimentação com blocos de concreto intertravados ou articulados em setores de Taguatinga;

PROCESSO Nº 2710/77 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e o Banco de Crédito Sergipense S/A, visando à prestação de serviços de arrecadação de receitas.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria - Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2001/77 - Aposentadoria do servidor Jadiel de Abreu Souza. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria - Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria - Geral o competente registro.

PROCESSO Nº 2767/77 - Nota de empenho nº 366/77 e outras, emitidas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. - O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADO PELO CONSELHEIRO - SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 1348/76 - Prestação de contas da Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), referente ao exercício de 1975. - O Tribunal determinou diligência para que a Inspetoria - Geral, mediante inspeção, colha junto à TERRACAP, a relação das despesas referidas no parecer da Procuradoria - Geral.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO VIEIRA

PROCESSO Nº 1848/76 - Tomada de contas do ordenador de despesa e demais responsaveis do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, exercício de 1975. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria - Geral, decidiu: a) julgar os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, ordenando a expedição das respectivas provisões de quitação; b) determinar a baixa na responsabiliade do servidor Henrique de Aquino, com relação aos suprimentos relacionados à fl. 14.

PROCESSO Nº 1610/76 - Prestação de contas das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal (CEASA - DF), relativa ao exercício de 1975. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria - Geral, decidiu sobrestar, o julgamento da matéria.

PROCESSO Nº 1297/77 - Tomada de contas do agente de material do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, exercício de 1974. - O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria - Geral, solicitando parecer.

PROCESSO Nº 2530/77 - Prestação de contas da Sociedade de Abastecimento de Brasília, referente ao exercício de 1976. - O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria - Geral.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando seus pares para uma sessão especial a realizar - se amanhã, sexta - feira, Ás 15:00 horas, para apreciação de processos de natureza administrativa. E, para constar, eu, JOMAR MACIEL PIRES, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinda pelo Presidente, Conselheiros e Procurador - Geral em exercício.

HERACLIO SALLES; JOSÉ WAMBERTO; GERALDO FERRAZ; RAUL SOARES DA SILVERIA; JESUS DA PAIXÃO REIS; LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

ATA DA 1611ª. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL.

Aos 17 dias do mês de novembro de 1977, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros José Wamberto, Geraldo Ferraz e Raul Soares da Silveira, o Conselheiro- Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor Raimundo Vieira e o Procurador-Geral em exercício Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro Heraclio Salles, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foram aprovadas as atas de 1610ª. Sessão Ordinária e 243ª. Sessão Especial.

O Senhor Presidente submeteu à apreciação do Plenário o processo nº. 2873/77, relativo a proposta do Laboratório de Patologia Clínica Ltda. (LAPAC), para realização de exames de patologia clínica. - O Tribunal autorizou o credenciamento.

O Conselheiro Geraldo Ferraz comunicou ao Plenário que gozará o restante de suas férias relativas a 1976, a partir de 23 do corrente.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº. 2011/77, contendo expedientes do Diretor- Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos quais solicita reconsideração de multas aplicadas por atraso na remessa de balancetes à Corte. - O Tribunal decidiu negar provimento aos pedidos de reconsideração, mantendo as multas aplicadas ao responsável indicado à fl. 28 "in fine."

PROCESSO Nº. 2548/77 - Convênio celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP) e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), com a interveniência do Distrito Federal, objetivando a execução, da segunda para a primeira, de serviços de urbanização no Distrito Federal. - O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria- Geral, para os devidos fins.

RELATADO PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº. 2933/77 - Representação da Inspetoria- Geral sobre atraso na devolução à Corte do processo nº. 1.174/76, enviado à Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS), para cumprimento de determinações da Corte. - O Tribunal decidiu conceder à SHIS mais 30 (trinta) dias de prazo para cumprimento das determinações.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº. 2777/77 - Balancete de Operações da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda (TCB), relativo ao mês de setembro de 1977;

PROCESSO Nº. 2794/77 - Balancetes do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal (DER-DF), referentes ao mês de setembro do corrente ano.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para acompanhamento sistemático das operações das entidades e futura contrasteação com suas contas anuais.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO- SUBSTITUTO JESUS DA PAIXÃO REIS

PROCESSO Nº 996/77, contendo pedidos de reconsideração demultas aplicadas às entidades que, em tempo hábil, deixaram de remeter à Secretaria de Finanças suas prestações de contas relativas ao exercício de 1976. - O Tribunal, tendo em vista as justificativas apresentadas, decidiu reconsiderar sua decisão de 17.05.77, para o efeito de dispensar a aplicação das multas.

PROCESSO Nº. 1697/77 - Prestação de contas da Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. (SHIS), referente ao exercício de 1976. - O Tribunal decidiu enviar o processo à Procuradoria- Geral, solicitando parecer.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO VIEIRA

PROCESSO Nº. 644/74 - Balancete da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal relativo a maio de 1975, a que se juntou o processo nº.259/75 referente à tomada de contas especial do ex- tesoureiro daquela entidade no período de janeiro a julho de 1974.- O Tribunal decidiu acolher as conclusões do parecer da Procuradoria- Geral, às fls. 464/465.

PROCESSO Nº. 1624/77 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Secretaria de Agricultura e Produção, referente ao exercício de 1976;

PROCESSO Nº. 1760/77 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Secretaria de Viação e Obras, correspondente ao exercício de 1976;

PROCESSO Nº. 1962/77 - Tomada de contas dos responsáveis pelo Almoxarifado da Administração da Estação Rodoviária de Brasília (AERB), relativa ao exercício de 1975.

- O Tribunal decidiu enviar os processos à Procuradoria- Geral, solicitando pareceres.

Nada mais havendo a tratar, às 17:30 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, JOMAR MACIEL PIRES, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador- Geral em exercício.

JOSÉ WAMBERTO; GERALDO FERRAZ: PARSIFAL BARROSO: RAUL SOARES DA SILVEIRA: JESUS DA PAIXÃO REIS; LINCONCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ.

ATA DA 1612ª. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 22 dias do mês de novembro de 1977, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros Geraldo Ferraz, Parsifal Barroso e Raul Soares da Silveira, os Auditores Jesus da Paixão Reis e Raimundo Vieira e o Procurador- Geral em exercício Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Vice- Presidente no exercício da Presidência, Conselheiro José Wamberto, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1611ª. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente comunicou ao Plenário que, tendo reassumido suas funções na Corte o Conselheiro Parsifal Barroso, desconvocara seu substituto, o Auditor Jesus da Paixão Reis, a partir desta data.

A seguir, o Senhor Presidente congratulou- se com o Conselheiro Parsifal Barroso por seu restabelecimento e volta aos trabalhos da Casa -motivo de alegria para todos, em vista de sua sempre brilhante atuação e excelente convívio.

O Conselheiro Parsifal Barroso manifestou seu agradecimento pelas generosas palavras do Presidente e por todas as formas de afetiva solidariedade recebidas dos membros da Corte durante sua enfermidade, salientando que, homem de fé, já expressara sua gratidão a todos por meio de orações a Deus.

JULGAMENTOS

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº. 2552/77 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal, através da Polícia Militar, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, com a interveniência da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - (CODEPLAN), objetivando regular a prestação de serviços de análise de sistemas, programação e processamento de dados;

PROCESSO Nº. 2664/77 - Contrato de empreitada por preço global celebrado entre o Distrito Federal, através da administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento, e a firma COCISAN - Agro Comercial, Construção Civil e Sanitária Ltda., visando à execução de serviços de reformas no Centro de Ensino nº. 09 do Guará;

PROCESSO Nº. 2778/77 - Convênio firmado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração de diversas obras em Brasília;

PROCESSO Nº. 2827/77 - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a firma NCR do Brasil S/A, para prestação de serviços de manutenção de máquina de contabilidade instalada na Secretaria de Finanças.

- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº. 2779/77 - Termo de autorização para ocupação de área situada na SQN 113, firmado entre o Distrito Federal e o Senhor José Soares de Jesus;
PROCESSO Nº. 2829/77 - Termo de permissão de uso do Box nº. 3.17, da Estação Rodoviária de Brasília, celebrado entre o Distrito Federal e a firma Samuel Credmann.
- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria, para os devidos fins.

PROCESSO Nº. 2797/77 - Decreto nº. 3897, de 19.10.77, que abre crédito suplementar a favor da Administração Regional de Planaltina, no valor de Cr$ 850.000,00;
PROCESSO Nº. 2798/77 - Decreto nº. 3901, de 19.10.77, que abre crédito suplementar a favor da Secretaria de Saúde, no valor de Cr$ 80,00.
- O Tribunal tomou conhecimento dos créditos.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO PARSIFAL BARROSO

PROCESSO Nº. 572/70- STC - Renovação de termo de autorização para ocupação de área situada na SQS 40[illegible], firmado entre o Distrito Federal e o Senhor José Gomes da Silva;
PROCESSO Nº. 511/77 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), objetivando a execução de obras de urbanização da Região Administrativa de Taguatinga - ao qual se juntaram documentos que comprovam a execução parcial dos serviços e que foram encaminhados à Corte em atendimento à solicitação contida no Ofício GP nº. 500/77;
- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria-Geral, para os devidos fins.
PROCESSO Nº. 381/71- STC - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e a Sociedade Feminina de Instrução e Caridade, tendo por objeto a locação do imóvel situado na Av. L/2 Sul, Q. 601 A/SGAS. - O Tribunal decidiu reiterar ao DEFER o pedido de esclarecimentos expresso no Ofício GP nº. 367/77, concedendo àquele órgão o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento da solicitação - sob pena da aplicação automática da multa prevista no art. 54 do Ato Regimental nº. 7/74.
PROCESSO Nº. 751/75- STC - Termo de renovação de convênio firmado a 29.04.75 entre o Distrito Federal e o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, regulando a execução dos serviços de recuperação e manutenção de estradas no Distrito Federal. - O Tribunal decidiu reiterar à Secretaria de Viação e Obras a solicitação expressa no Ofício GP nº. 531/77 - remessa à Corte de demonstrativo físico- financeiro dos serviços executados até julho último -, concedendo ao órgão 15 (quinze) dias de prazo para atendimento do pedido.
PROCESSO Nº. 1256/75- STC - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB), regulando a execução dos serviços de abertura de poços profundos na Cidade- Satélite de Taguatinga. - Decidiu o Tribunal reiterar às Secretarias de Finanças e Viação e Obras as solicitações contidas nos Ofícios GP de nºs. 492 e 493/77, concedendo àqueles órgãos o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento das diligências.

PROCESSO Nº. 2281/77 - Comprovação de adiantamento concedido ao servidor Marcírio Vieira Flores, no valor de Cr$ 7.000,00. - O Tribunal julgou comprovada a aplicação dada ao adiantamento e ordenou a baixa na responsabilidade do servidor - determinando se proceda à anotação da falha verificada.
PROCESSO Nº. 2541/77, contendo consulta do Senhor Diretor do Banco Regional de Brasília S/A sobre a aplicação do art. 22, parágrafo único, alínea "f", do Ato Regimental nº. 7/74. - O Tribunal decidiu solicitar a audiência da Procuradoria- Geral sobre a matéria.
PROCESSO Nº. 2584/77 - Aposentadoria da servidora Leonilda Litran de Moraes. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria- Geral, considerou legal o ato de aposentadoria, determinando à Inspetoria- Geral o competente registro.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº. 2035/77 - Aposentadoria da servidora Neusa Maria da Costa Pereira. - O Tribunal determinou diligência, de acordo com o Parecer da Procuradoria- Geral.
PROCESSO Nº. 2424/77 - Contrato de prestação de serviços celebrado entre o Distrito Federal, através do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, e a firma EMPAL - Empreiteira Auxiliar de Obras Ltda., para fornecimento de mão- de- obra especializada de 3 condutores de viaturas;
PROCESSO Nº. 2551/77 - Contrato de empreitada por preço global celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração Regional de Taguatinga, e a firma TERCON - Terraplenagem e Construção S/A, visando à execução dos serviços de pavimentação na feira permanente de Taguatinga;
PROCESSO Nº. 2731/77 - Termo de contrato de trabalho por prazo determinado firmado entre o Distrito Federal, através do Corpo de Bombeiros e a telefonista Maria Selma Martins;
PROCESSO Nº. 2780/77 - Termos de transação firmados entre o Distrito Federal e o Senhor João Amarino de Souza e outros, objetivando o ressarcimento de danos causados a postes de iluminação pública.
- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria - Geral, para os devidos fins.
PROCESSO Nº. 2730/77 - Contrato de prestação de serviços celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Administração, e a firma Lalu Cantinas Ltda., objetivando o fornecimento diário de alimentação preparada. - O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.
PROCESSO Nº. 2748/77 - Decreto nº. 3889, de 11.10.77, que abre crédito suplementar a favor da Secrearia de Educação e Cultura, no valor de Cr$ 1.500.000,00. - O Tribunal tomou conhecimento do crédito.
PROCESSO Nº. 2793/77 - Nota de empenho nº. 123/77 - SSS e outras, emitidas pela Secretaria de Serviços Sociais. - O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO AUDITOR JESUS DA PAIXÃO REIS,

PROCESSO Nº. 1426/77 -Prestação de contas das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A referente ao exercício de 1976. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria - Geral, julgou regulares as contas dos administradores, autorizando a expedição das respectivas provisões de quitação.
PROCESSO Nº. 1491/77- Prestação de contas da Companhia de Água e Esgotos de Brasília (CAESB), relativa ao exercício de 1976. - O Tribunal determinou diligência, de acordo com o parecer da Procuradoria- Geral.
PROCESSO Nº. 1558/77 - Tomada de contas do ordenador de despesa da Região Administrativa II - Gama, referente ao exercício de 1976. - O Tribunal, de acordo com o parecer da Procuradoria- Geral, decidiu: a) julgar o responsável quite com a Fazenda do Distrito Federal, autorizando a expedição da respectiva provisão de quitação; b) determinar a baixa na responsabilidade dos seguintes detentores de adiantamentos: Claudionor Alves da Silva, Heitor Gonçalves Leite e Raimundo Félix da Silva.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO VIEIRA

PROCESSO Nº. 1448/77 - Prestação de contas da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento, exercício de 1976. - O Tribunal determinou diligência, de acordo com a informação da Inspetoria- Geral.

PROCESSO Nº. 2527/77 - Tomada de contas do agente de material da Secretaria de Agricultura e Produção, exercício de 1976;
PROCESSO Nº. 3254/76- Tomada de contas especial do ex- gerente do Supermercado de Emergência nº. 05 da SAB.

- O Tribunal decidiu enviar os processos à Procuradoria- Geral, solicitando os competentes pareceres.

A seguir, a Sessão passou a reservada a fim de que fossem apreciados processos de natureza sigilosa, originários do Memo. nº. 15/77 - 1ª. ISCE.

O Conselheiro Geraldo Ferraz relatou o processo nº. 2227/77, contendo documento comprobatório do cumprimento de determinação da Corte. - O Tribunal decidiu acolher a sugestão da Inspetoria- Geral de fls. 19.

O Conselheiro Raul Soares da Silveira relatou os seguintes processos:
Processo nº. 2219/77, em que se contém documento comprobatório do cumprimento de determinação da Corte. - O Tribunal decidiu acolher as sugestões da Inspetoria- Geral, à fls. 17.
Processo nº. 2232/77, a que se juntou o resultado de diligência ordenada pela Corte. - O Tribunal decidiu acolher as sugestões contidas na informação de fls. 18/19.
Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador- Geral em exercício.

HERACLIO SALLES: JOSÉ WAMBERTO; JOSÉ PARSIFAL BARROSO; RAUL SOARES DA SILVEIRA; JESUS DA PAIXÃO REIS; LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ.

ATA DA 1613ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 24 dias do mês de novembro de 1977, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros José Wamberto, Parsifal Barroso e Raul Soares da Silveira, o Conselheiro - Substituto Jesus da Paixão Reis, o Auditor Raimundo Vieira e o Procurador - Geral em exercício Dr. Lincoln Teixeira Mendes Pinto da Luz, o Presidente, Conselheiro Heraclio Salles, declarou aberta a Sessão.

EXPEDIENTE

Foi aprovada a ata da 1612ª Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente comunicou ao Plenário haver convocado, a 23 deste, na forma do art. 17, parágrafo 1º, do Regimento Interno, o Auditor Jesus da Paixão Reis para substituir o Conselheiro Geraldo Ferraz, que, naquela data, entrou em gozo de férias.
A seguir o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário de dois ofícios:
- Comunicação do Conselheiro José Wamberto de que entrará em gozo das férias relativas ao corrente exercício a partir do dia 15 de janeiro próximo.
- Convite do Exmo. Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Lúcio Batista Arantes, para que os membros desta Casa compareçam à solenidade de posse do Doutor Antônio Honório Pires de Oliveira Júnior no cargo de Desembargador daquela Egrégia Corte, a realizar - se no dia 25 do corrente mês, às 14 horas, na Sala de Sessões do Tribunal Pleno.
Finalmente, o Senhor Presidente submeteu ao Plenário o processo nº 2999/77, relativo a pagamento à Telecomunicações de Brasília S/A (TELEBRASILIA) da quantia de Cr$ 22.996,26, por serviços telefônicos prestados à Corte durante o mês de outubro do corrente ano. - O Tribunal autorizou o pagamento.

JULGAMENTOS
RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ WAMBERTO

PROCESSO Nº 883/76 - Termo de prorrogação de convênio firmado a 05/04/76 entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração das obras de construção de unidades para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;
PROCESSO Nº 2699/77 - Termo de ocupação de áreas situadas no Centro Desportivo Presidente Médici, celebrado entre o Distrito Federal e a firma "Le Chateau" - Comércio e Representações Ltda;
PROCESSO Nº 2729/77 - Termo de autorização para ocupação de área situada na SQN 403/04, firmado entre o Distrito Federal e o Senhor Antonio Gabriel Pereira.
- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria - Geral, para os devidos fins.
PROCESSO Nº785/77 - Re - ratificação de termo de ocupação da Piscina Coberta do Centro Desportivo Presidente Médici, celebrado entre o Distrito Federal e os Diários Associados. - O Tribunal, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.
PROCESSO Nº 1855/77 - Aposentadoria do servidor Manoel José de Vasconcelos. - O Tribunal decidiu sobrestar o julgamento da matéria.
PROCESSO Nº2345/77 - Termo de ocupação de área celebrado entre o Distrito Federal e a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda., objetivando a ocupação de lojas, de propriedade da SHIS, para instalação provisória da Administração da Ceilândia;
PROCESSO Nº 2610/77 - Contrato de prestação de serviços médicos nas especialidades de Otorrinolaringologia e Oftalmologia, firmado entre o Distrito Federal, através da Polícia Militar, e a Clínica Nossa Senhora de Fátima;
PROCESSO Nº2665/77 - Contrato de empreitada por preço global celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento, e a firma Moviterra Engenharia e Comércio Ltda., para construção do Centro de Formação de Técnicos em Artes Gráficas, no Setor de Indústria e Abastecimento;
PROCESSO Nº2698/77 - Contrato de trabalho em forma de empenho descritivo, firmado entre a Secretaria de Educação e Cultura e o Desenhista Augusto César Puccinelli.
- O Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação das despesas.
PROCESSO Nº2506/77 - Termo de ocupação celebrado entre o Distrito Federal e o Banco Regional de Brasília S/A, objetivando a utilização dos 7º, 8º, 9º e 10º andares do Edifício Brasília, situado no Setor Bancário Sul. - Cumprida satisfatoriamente a diligência ordenada, o Tribunal tomou conhecimento e decidiu considerar correta a classificação da despesa.
PROCESSO Nº 2787/77 - Decreto nº 3890, de 11/10/77, que abre crédito suplementar a favor do Departamento de Turismo, no valor de Cr$ 1.000.000,00;
PROCESSO Nº 2799/77 - Decreto Nº 3899, de 19/10/77, que abre crédito suplementar a favor da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, no valor de Cr$ 85.314,00.
- O Tribunal tomou conhecimento dos créditos.
PROCESSO 2972/77, contendo representação da Inspetoria - Geral sobre atraso na remessa à Corte do balancete da TERRACAP relativo ao mês de setembro de 1977. - O Tribunal decidiu alertar aquele órgão para o fato de que, esgotado o prazo fixado no art. 22 do Ato Regimental nº 7/74 para remessa do balancete à Corte, está vigorando a multa automática de 10% do valor de referência estabelecido pelo Decreto nº 79.611/77, por dia de atraso, conforme dispõe o artigo 54 do referido Ato.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO PARSIFAL BARROSO
PROCESSO Nº 559/77 - Convênio celebrado entre o Distrito Federal e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, regulando a administração, pela segunda para o primeiro, da execução de obras de urbanização na Cidade - Satélite do Gama-, a que se jun-

tou expediente do Senhor Administrador Regional do Gama informando à Corte de serviços já executados. - O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria - Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 8147/74 - Termo de transação firmado entre o Distrito Federal e militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, objetivando ressarcir débito apurado em processo administrativo. - O Tribunal, acolhendo o parecer da Procuradoria - Geral, decidiu baixar o processo à Inspetoria - Geral, para que se providencie a "aplicação de multa por infração das normas relativas à administração financeira, orçamentária ou patrimonial, prevista no art. 55 do mesmo Ato Regimental nº 7, à qual deve, a nosso juízo, preceder a audiência dos servidores envolvidos para alegarem o que tiverem em sua defesa".

PROCESSO Nº 2401/77, contendo sugestão da Inspetoria - Geral no sentido de que se solicitem da TERRACAP os comprovantes do recolhimento de multas aplicadas aos responsáveis por atraso na remessa à Corte dos balancetes de junho e julho do corrente. - O Tribunal decidiu acolher a sugestão.

PROCESSO Nº 2931/77 - Requerimento do Dr. Flávio de Pilla, candidato classificado no concurso público para o cargo de Auditor desta Corte, solicitando prorrogação da vigência do concurso por um (01) ano, a partir de 11 de dezembro de 1977, - O Tribunal decidiu acolher o requerimento - tendo em conta precedente ocorrido em relação ao concurso para o cargo de Procurador - Adjunto da Corte, razões de economia e conveniência e o parágrafo 3º acrescentado pela Emenda Constitucional nº 8 ao art. 97 da Constituição vigente. O Conselheiro - Substituto Jesus da Paixão Reis julgou - se impedido de votar por ser matéria de interesse do Corpo de Auditores, a que pertence.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RAUL SOARES DA SILVEIRA

PROCESSO Nº 429/72 - STC - Contrato celebrado entre o Distrito Federal e o Instituto de Resseguros do Brasil -, contendo resultado de inspeção realizada pela Inspetoria - Geral na Secretaria de Finanças. - O Tribunal, considerando satisfatórios os esclarecimentos obtidos, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 447/76 - Contrato por prazo indeterminado celebrado entre o Distrito Federal e a IBM do Brasil - Indústria Máquinas e Serviços Ltda., objetivando a locação de máquinas IBM instaladas na Procuradoria - Geral do Distrito Federal -, a que se juntaram esclarecimentos do Exmo. Senhor Procurador - Geral do Distrito Federal em atenção a recomendação da Corte;

PROCESSO Nº 2175/77 - Contrato firmado entre o Fundo de Saúde da Polícia Militar do Distrito Federal e a Villas Boas Clínica de Radiologia, para execução de exames radiológicos nos dependentes dos policiais militares da Corporação.

- O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à Inspetoria - Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 634/75 - STC - Termo de rescisão do instrumento celebrado a 14/05/75 entre o Distrito Federal e o Senhor Manoel Modesto Ribeiro, tendo por objeto a ocupação de área situada na SQN 113. - O Tribunal, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2800/77 - Nota de empenho nº 390/77 - SLU e outras, emitidas pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana. - O Tribunal decidiu considerar correta a classificação das despesas.

RELATADOS PELO AUDITOR RAIMUNDO VIEIRA

PROCESSO Nº 1346/77 - Prestação de contas da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), relativa ao exercício de 1976;

PROCESSO Nº 2426/77 - Tomada de contas dos responsáveis pela Seção de Material e Patrimônio da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Serviços Públicos, exercício de 1976.

- O Tribunal decidiu enviar os processos à Procuradoria - Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 2034/76 - Prestação de contas da Fundação Cultural do Distrito Federal, exercício de 1976 -, a que se juntou expediente do Exmo. Senhor Presidente da entidade informando a Corte do atendimento de recomendações feitas mediante o Ofício GP nº 468/77. - O Tribunal tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à Inspetoria - Geral, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2704/77 - Prestação de contas de subvenção concedida ao Centro Educacional Maria Auxiliadora, no valor de Cr$ 31.000,00;

PROCESSO Nº 2781/77 - Prestação de contas de subvenção concedida à Casa do Pequeno Polegar, no valor de Cr$ 27.000,00.

- O Tribunal julgou boas e bem prestadas as contas.

Na ocasião em que relatava processos o Conselheiro Raul Soares da Silveira, o Senhor Presidente - tendo de comparecer, em companhia do Conselheiro - Substituto Jesus da Paixão Reis, a uma audiência com o Exmo. Senhor Governador - passou a Presidência ao Vice - Presidente, Conselheiro José Wamberto.

Nada mais havendo a tratar, às 17:30 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a Sessão. E para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata, que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador - Geral em exercício.

HERACLIO SALLES; JOSÉ WAMBERTO; PARSIFAL BARROSO; RAUL SOARES DA SILVEIRA; JESUS DA PAIXÃO REIS; LINCOLN TEIXEIRA MENDES PINTO DA LUZ

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM PROFLORA S/A. E A FIRMA AGRIPEC - AGRICULTURA, PAISAGISMO, URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de hum mil, novecentos e setenta e sete, nesta Cidade de Brasília - D.F., a PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, devidamente representada pelo seu Diretor Presidente, Dr. CARLOS NEVES GALLUF juntamente com o Diretor Administrativo, Dr. RENATO ARAUJO SAMPAIO, doravante designada PROFLORA S/A, e a firma AGRIPEC - AGRICULTURA, PAISAGISMO, URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA., estabelecida à Rua SDN - Conjunto Nacional Brasília s/5028, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 15252.059/0003 - 06, aqui designada CONTRATADA, representada neste ato pelo sr. CELSO MARTINEZ PAEZ, acordam na celebração deste contrato, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I

O presente contrato tem por objetivo a implantação do Projeto de Reflorestamento com Pinus, Eucalyptus e Essências Nativas, compreendendo produção e manejo de mudas, preparo do terreno, plantio, adubação, replantio, tratos culturais de manutenção, implantação de aceiros nas estradas e cercas em áreas, com aproximadamente 1.500 (hum mil e quinhentos) héctares de terras do Governo do Distrito Federal, localizadas na estrada PARQUE CONTORNO e DF - 06.

CLÁUSULA II - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

1. Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição e cujos teores são do conhecimento e aceitação da CONTRATADA, os seguintes documentos:

Tomada de Preço;

Proposta da CONTRATADA e demais documentos da licitação;

Legislação, Normas e Instruções vigentes no País e no Distrito Federal que lhes sejam aplicáveis.

CLÁUSULA III - PREÇO E PAGAMENTO

1. Preço - A PROFLORA S/A, pagará à CONTRATADA as quantidades de serviços executados e aprovados pela Fiscalização da PROFLORA, S/A, com base nos preços unitários constantes da sua proposta.

2. Fica expressamente estabelecido que, os preços incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para execução dos serviços de acordo com as condições estipuladas, especificações e demais documentos da licitação, constituindo - se na única remuneração pelos trabalhos contratados.

3. Forma de pagamento - Até o dia 10 (dez) de cada mês, a Fiscalização da PROFLORA S/A, providenciará a medição de todos os serviços executados e por ela aprovados, cujos resultados serão lançados nos boletins de medição, que serão assinados pela Fiscalização da PROFLORA S/A., e pelo Representante da CONTRATADA.

A Fiscalização da PROFLORA S/A., poderá em qualquer medição, dar cumprimento a quaisquer modificações ou correções que entenda adequadas com referência às medições anteriormente feitas.

4. Os quantitativos medidos, multiplicados pelos preços unitários contratuais, servirão de base à preparação da fatura mensal, que incluirá somente os itens concluidos do cronograma físico de execução. A fatura, apresentada em 2 (duas) vias, será aprovada pela Fiscalização da PROFLORA S/A, e pelo Representante credenciado da CONTRATADA.

5. Como garantia acessória do pagamento de eventuais multas e outros débitos da CONTRATADA, para com a PROFLORA S/A, resultantes dos serviços, serão retidos 5% (cinco por cento), do valor das faturas, os quais não renderão juros e serão devolvidos à CONTRATADA, 30 (trinta) dias após o recebimento dos serviços.

5.1. A retenção prevista no ítem anterior, poderá ser substituida por Carta de Fiança Bancária, com validade igual ou superior à do contrato ou O.R.T.N.

CLÁUSULA IV - VALOR DO CONTRATO E DOTAÇÃO

1. O valor estimado do presente contrato é de Cr$ 8.057.284,95 (oito milhões, cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e quatro cruzeiros e noventa e cinco centavos), resultantes da multiplicação das quantidades de serviços constantes do Quadro de Quantidades e a área de 1.500 (hum mil e quinhentos) héctares, constantes da Relação de Preços Unitários, propostos pela CONTRATADA.

2. A PROFLORA S/A, atenderá às despesas decorrentes deste contrato com recursos próprios.

CLÁUSULA V - MULTAS

A CONTRATADA recairá em multa de 0,1% (zero vírgula um por cento), a 0,9% (zero vírgula nove por cento), do valor do contrato quando for constatada pela PROFLORA S/A, as ocorrências abaixo discriminadas.

1. Não cumprir determinações da Fiscalização da PROFLORA S/A, ou dificultar sua atuação;

2. Por dia que exceder os prazos parciais ou totais, previstos nos cronogramas das diversas etapas, constantes da proposta de execução;

3. Omitir qualquer fato que acarrete prejuízo ao desenvolvimento dos serviços;

4. A CONTRATADA recairá em multa de 1% a 5% (hum a cinco por cento) do valor estimado do contrato, a critério da PROFLORA S/A, constatada a ocorrência de qualquer fato que permita a resolução do contrato e não sendo esta efetivada.

5. As eventuais multas ocorridas durante a vigência deste contrato serão automaticamente deduzidas das faturas referentes aos serviços executados.

CLÁUSULA VI - ANDAMENTO DOS SERVIÇOS

1. Os serviços deverão ser iniciados nos 05 (cinco) dias consecutivos contados a partir da data da assinatura do contrato e deverão ter o andamento previsto nos cronogramas parciais e totais apresentados na proposta da CONTRATADA.

2. O prazo de conclusão dos serviços ou de cada uma das suas etapas, somente será prorrogado quando se verificar interrupção do trabalho determinado por:

Fatos da Administração da PROFLORA S/A;

Força Maior ou caso fortuito;

Outras razões, a critério da PROFLORA S/A.

2.1. Entende - se como "caso fortuito ou força maior", acontecimentos imprevistos, que fiquem além do controle de qualquer das partes e não obstante terem tomado todas as precauções não puderam evitar ou superar.

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES DA PROFLORA S/A

A PROFLORA S/A., obriga - se incontinente à assinatura do contrato, entregar a área de execução da obra contratada inteiramente desocupada, bem como, em todo o tempo de duração do contrato, resguarda - lá de ocupação de terceiros e qualquer título, bem como, resolver pendências quanto ao uso da área por parte do Governo do Distrito Federal, Governo Federal e outros.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das previstas no Edital e seus anexos, que integram o presente contrato;

1. assegurar, durante a execução dos serviços, a proteção e conservação dos mesmos;

2. executar imediatamente, as tarefas que se fizerem necessárias nos serviços de sua responsabilidade, independente das penalidades cabíveis;

3. permitir e facilitar à Fiscalização da PROFLORA S/A, a inspeção ao local dos serviços, em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;

4. empregar a melhor técnica, equipamentos e pessoal adequado, com vistas à boa qualidade dos serviços;

5. a CONTRATADA obriga - se a respeitar e fazer cumprir as seguintes recomendações especiais, tendo em vista as peculiaridades do projeto e a época do ano em que as operações de campo estão sendo iniciadas:

5.1. todas as operações de campo deverão ser executadas com a observância das melhores técnicas de observação de solo:

5.1.1. A destoca e o enleiramento deverão ser executados de modo a não revolver a camada superficial do solo, conservando a vegetação herbácea, que será incorporada pela aração e gradagem;

5.1.2. A aração e a gradagem deverão ser executadas em sentido perpendicular à linha de declive, do terreno, de modo a evitar a erosão. Os aceiros, tanto externos como internos, não serão arados nem gradeados, mas roçados. O patrolamento dos aceiros será feito no final, ao término da estação chuvosa.

5.1.3. O enleiramento do material proveniente do desmatamento deverá ser feito segundo curvas de nível, dispostos em faixas que não serão aradas nem gradeadas.

5.1.3.1. As faixas mencionadas neste item, deverão ter uma largura oscilando entre 10 e 15 metros, em nível, afastadas, uma da outra, de 300 a 400 metros, de modo a não coincidir com os arruamentos, no sentido longitudinal.

5.1.4. Logo que a operação de enleiramento o permita, será feita a demarcação dos cantos das quadras, sinalizada de modo a garantir aos operadores de máquinas sua perfeita visualização, que venha a orientá - los quanto aos alinhamentos.

5.1.4.1. A demarcação dos bordos das quadras será feita após a aração, com estacas cravadas a um intervalo máximo de 50 metros, para garantir o alinhamento.

6. Quaisquer alterações quantitativas para menos, verificadas nas diversas etapas das operações de campo, em decorrência das recomendações especiais mencionadas nos itens anteriores, terão seus valores deduzidos das respectivas faturas.

CLÁUSULA IX - PESSOAL DA CONTRATADA

A CONTRATADA manterá à frente dos serviços:

1. Um engenheiro Agrônomo ou Florestal, com autorização para atuar em nome da CONTRATADA, representá - la junto à Fiscalização da PROFLORA S/A e resolver qualquer problema referente aos serviços contratados.

2. A Fiscalização da PROFLORA S/A., poderá solicitar por escrito, o afastamento de qualquer empregado da CONTRATADA, cujo permanência seja julgada inconveniente.

CLÁUSULA X - RESILIÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser resilido unilateralmente pela PROFLORA S/A.,ou bilateralmente atendida sempre a conveniência administrativa da Empresa.

2. Sendo a resilição de iniciativa da PROFLORA S/A, deverá a CONTRATADA ser notificada, por escrito, com antecedência de dez (10) dias, renunciando expressamente como ora faz, a reclamar os prejuizos ou indenizações decorrentes de tal medida.

3. Declarada a resilição, a CONTRATADA terá direito, apenas, ao recebimento dos serviços executados, depois de medidos e aprovados pela Fiscalização da PROFLORA S/A.

4. Depois de lavrado o termo de recebimento dos serviços executados até a data da resilição, a CONTRATADA terá direito ao recebimento das retenções previstas na Cláusula III, item 5, deduzidas das mesmas, quaisquer débitos que tenham para com a PROFLORA, S.A.

CLÁUSULA XI - RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser declarado resolvido, em qualquer época independentemente da interpelação judicial ou extrajudicial, se a CONTRATADA:

a) ceder ou transferir, no todo ou em parte, ou subcontratar os serviços objeto deste contrato, sem prévia autorização da PROFLORA S/A;

b) deixar de colocar no canteiro de serviços ou retirar sem prévia autorização da Fiscalização da PROFLORA S/A. a equipe de funcionários constantes de sua proposta;

c) deixar de iniciar os serviços na data aprazada ou retardar o andamento dos mesmos, conforme Cláusula V, em percentual superior a 10% (dez por cento) do prazo apresentado nos cronogramas parciais e totais da proposta, a critério da PROFLORA S/A;

d) paralisar os trabalhos, sem motivo justificado, a critério da Fiscalização, por prazo superior a 5 (cinco) dias consecutivos;

e) deixar de cumprir, reiteradamente, ordem escrita da Fiscalização da PROFLORA S/A, relativa à execução dos serviços;

f) entrar em regime de concordata, ainda que preventiva, ou pedido de falência.

2. Declarada a resolução do Contrato, que vigorará a partir da data de sua externação, a CONTRATADA se obriga expressamente, como ora faz, a entregar os serviços inteiramente desembaraçados e não criar dificuldades de qualquer natureza, para que sejam imediatamente promovidas pela PROFLORA S/A, todas as medidas necessárias a qualquer nova contratação.

3. No caso da resolução deste contrato, a CONTRATADA receberá da PROFLORA S/A. apenas o pagamento dos serviços executados, depois de medidos e aprovados pela Fiscalização da PROFLORA S/A.

4.Declarada a resolução deste contrato , a CONTRATADAperderá em favor da PROFLORA S/A, as retenções deduzidas das faturas podendo ainda a PROFLORA S/A., promover o ressarcimento de perdas e danos por via administrativa ou judicial.

CLÁUSULA XII - RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade por danos causados à PROFLORA S/A, ou à terceiros, decorrentes da execução dos serviços ora contratados inclusive, acidentes, mortes, perdas ou destruição parciais ou totais, isentando a PROFLORA S/A., de todas as reclamações que possam surgir, consequentes a este contrato, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas ou ajustadas, na execução dos serviços.

CLÁUSULA XIII - TRIBUTOS

Todos os tributos que incidirem ou vierem a incidir sobre este contrato ou sobre os serviços contratados, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA e deverão ser pagos nas épocas devidas.

CLÁUSULA XIV - LEGISLAÇÃO E FORO

1. Fica expressamente acordado que, ao presente contrato e às relações que dele decorrerem, se emprestarão soluções preconizadas na Legislação Brasileira e que os regem.

2. Fica eleito o Foro do Distrito Federal, para dirimir as questões deste contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA XV - VIGÊNCIA

Este contrato terá vigência de 210 (duzentos e dez) dias, a partir da sua assinatura ficando o seu término final condicionado ao cumprimento das obrigações nele pactuadas.

CLÁUSULA XVI -

As partes contratantes obrigam - se por si e por seus sucessores, a qualquer título, a cumprir o presente contrato em todos os pontos que o integram ou vierem a integrar.

E por terem justo e contratado, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, os representantes da PROFLORA S/A, e da CONTRATADA, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo e a tudo presentes, para que produza os seus efeitos legais.

Brasília, (DF), 25 de setembro de 1977. PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORES - TAMENTO - CARLOS NEVES GALLUF; RENATO ARAUJO SAMPAIO; CELSO MARTINEZ PAEZ - AGRIPEC - AGRICULTURA, PAISAGISMO, URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.; TESTEMUNHAS: 1. NORTON BEZERRA DE FIGUEIREDO; 2. OROMAR DARLAN DE PINHO TAVARES.

CONTRATO DE ARRENDAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA - TERRACAP E A FIRMA PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, COM A INTERVENIENCIA DA COMPANHIA DE AGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB, OBJETIVANDO A CRIAÇAO DO "PARQUE FLORESTAL DO TORTO", NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASILIA - TERRACAP, empresa pública, com sede no Setor de Autarquias Sul, Edifício ASCB, Quadra 06, Bloco "L", nesta Capital, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 00.359.877/0001, na qualidade de sucessora e mandatária da COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, na forma do artigo 2º da Lei nº 5.861, de 12.12.72, doravante designada simplesmente "ARRENDANTE", neste ato representada por seu Diretor Superintendente, Engenheiro - Civil ARMANDO COLAVOLPE e por seu Diretor Técnico, Arquiteto JOÃO ALCIDES HOMAR, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, e, a firma PROFLORA S/A - FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO, com sede no Setor Comercial Sul, Quadra 13, nº 67 a 97, Edifício CAESB, 5º andar, nesta Capital, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CGC nº 00338079/001, doravante designada simplesmente "ARRENDATÁRIA", neste ato representada por seu Diretor Presidente, Dr. CARLOS NEVES GALLUF e por seu Diretor Administrativo, Economista RENATO ARAUJO SAMPAIO, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados nesta Capital, tendo como interveniente a COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB, representada neste ato por seu Superintendente, Dr. FRANCISCO SALLES BAPTISTA FERREIRA, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, à vista das Decisões nº e, da Diretoria e Conselho de Administração, respectivamente, considerando as disposições do Decreto nº 2.739, de 16.10.1974 e o que consta do processo nº 08.674/76 - TERRACAP, resolvem firmar o presente contrato sob as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Por este instrumento e na melhor forma de direito, a "ARRENDANTE" dá em arrendamento à "ARRENDATÁRIA", uma gleba de terras de sua propriedade, com área de 20.687,491 m², localizada nos imóveis Torto ou Brejo e Barra Alta, desmembrados do Município de Planaltina e incorporados ao Distrito Federal, situada entre a DF - 6, Estrada Parque Paranoá (EPP), Corrego Jeriva, Área do Serviço Cartográfico do Exército e Estrada Parque Contorno (EPCT), observadas as divisas e confrontações constantes do Memorial descritivo, cuja cópia devidamente, rubricada pelas partes, fica fazendo parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Por força da Escritura Pública de Transferencia de Imóveis, feita pelo Estado de Goiás à União Federal e, desta, no mesmo ato, à COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, lavrada no Cartório do 16º Oficio de Notas da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1957, Ás fls. 32 vº, do livro 1.006, e, legalmente transcrita no Cartório de Registro de Imóveis de Planaltina, Estado de Goiás, em 17 de maio de 1957, às fls. 178 a 181, sob os nºs de ordem 12.173 a 12.185, tudo referente às antigas fazendas denominadas Torto ou Brejo e Barra Alta, a "ARRENDANTE" - é senhora e legítima proprietária da área ora arrendada, na forma da Lei nº 5.861, de 12.12.72 e do mandato inserido na Ata de sua Constituição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

Fazem parte integrante deste instrumento, independentemente, de transcrição, os seguintes documentos, cujos teores são de conhecimento da "ARRENDATÁRIA":

- Processo nº 08.674/76 - TERRACAP;
- Memorial Descritivo (fls. 26/27 do processo nº 08.674/76 - Terracap);
- Ofício nº 341/77 - GS - CAESB.

PARÁGRAFO ÚNICO - Serão incorporados ao presente Contrato, mediante aditamento contratual, toda e qualquer modificação que venha a ser necessária, decorrente de alterações de qualquer espécie.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Concertam as partes que o prazo de vigência do presente Contrato é de vinte e cinco (25) anos, contados da data de sua publicação e a terminar em igual data do ano 2.002 (dois mil e dois), de acordo com autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, exarada às fls. 48 do processo nº 08.674/76 - TERRACAP.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O presente instrumento deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da "ARRENDATÁRIA";

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando do termo final do presente instrumento, a "ARRENDATÁRIA" compromete - se a entregar o imóvel ora arrendado integralmente reflorestado, livre e desembaraçado e a não criar problemas de qualquer natureza, para a "ARRENDANTE".

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

A "ARRENDATÁRIA" obriga - se e se compromete a pagar a "ARRENDANTE" pela utilização da área objeto do presente, a importância de Cr$ 91.810,68 (noventa e um mil, oitocentos e dez cruzeiros e sessenta e oito centavos), anualmente correspondentes a cinco por cento (5%) do "valor de referência", por hectare, de acordo com o disposto no "caput" do artigo 17, do Decreto nº 2.739, de 16 de outubro de 1974, combinado com o Decreto nº 79.611, de 28.04.77.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Concertam as partes que o valor acima referenciado, será reajustado monetariamente a cada doze meses, observando - se para cálculos do reajuste, as variações das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), tomando - se por base os valores da UPCs., ao final de cada ano.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento deverá ser efetuado no mês de janeiro de cada ano, em uma das Agências do Banco Regional de Brasília S/A, ou na sede da Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP, ora "ARRENDANTE".

PARÁGRAFO TERCEIRO - A "ARRENDATÁRIA" obriga - se a pagar à "ARRENDANTE", ate o dia 31 (trinta e um) de dezembro do ano fluente, a importância de Cr$ 22.952,67 (vinte e dois mil, novecentos e cinquenta e dois cruzeiros e sessenta e sete centavos), pelo arrendamento durante este último trimestre (1977).

CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA

Fica expressamente estabelecido que o atraso no pagamento do arrendamento será acrescido de multa de 10% (dez por cento) do mês, sobre o valor anual do arrendamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS TRIBUTOS

Acordam as partes que durante a vigência deste Contrato, correrão por conta da "ARRENDATÁRIA" o pagamento de todos e quaisquer impostos, taxas e demais tributos que vierem a incidir sobre o imóvel ora arrendado e deverão ser pagos nas épocas devidas.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo consenso, e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, não cabendo a "ARRENDATÁRIA" indenização de qualquer espécie, quando:

a - deixar de cumprir qualquer das obrigações estipuladas;

b - ceder, transferir o presente instrumento a terceiros, sem prévia autorização da "ARRENDANTE";

c - falir ou dissolver a sociedade e,

d - deixar de efetuar o pagamento do arrendamento, no máximo até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano, ou deixar de pagar as demais despesas incidentes sobre a área arrendada.

CLÁUSULA NONA - DA INTERVENIÊNCIA

Comparece neste ato, como interveniente, a companhia de ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB, representada por seu Superintendente, Dr. Francisco Salles Baptista Ferreira, que declara conhecer todas as cláusulas e condições que regem o presente instrumento, manifestando sua expressa anuência e consentimento com o Florestamento feito pela "ARRENDATARIA", responsabilizando- se pela continuidade deste arrendamento quando da transferência de domínio da área arrendada para a INTERVENIENTE, de maneira que a "ARRENDATÁRIA " possa satisfazer as exigências do INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL - IBDF.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESPONSABILIDADE DA "ARRENDATÁRIA".

A partir da assinatura do presente instrumento, a "ARRENDATÁRIA" responsabiliza - se por todo e qualquer procedimento visando a desocupação da área ora arrendada, usando dos meios necessários à destituição de posseiros, se houver, outorgando - lhe a "ARRENDANTE" neste ato, plenos e gerais poderes para representá - la em juízo e fora dele, para esse fim, especificamente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA LEGISLAÇÃO E FORO

Fica expressamente acordado que, às relações decorrentes do presente instrumento, aplicar - se - ão soluções preconizadas na Legislação Brasileira que o rege.

As partes elegem o Foro de Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste Contrato.

.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Tendo em vista o que dispõe o artigo 2º, ítens I, II e III, do Decreto - Lei nº 524, de 08.04.69 e o artigo 3º, Parágrafo Único, do Decreto nº 68.612, de 12.05.71 e ainda o contido no Ofício nº 341/77 - GS, da COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASILIA - CAESB, constantes de fls. 19/20 do Processo nº 08.674/76 - Terracap, compromete - se a "ARRENDATÁRIA" a acatar todas as instruções da CAESB no que tange a aplicação de adubos químicos, orgânicos, defensivos e pesticidas não degradáveis, bem como a utilização de espécies vegetais adequadas à região arrendada, vez que se trata de manancial de água potável, tudo de modo a garantir a conservação do solo e do regime das águas.

E, por estarem assim justas e contratadas, na presença de 2 (duas) testemunhas, assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Brasília, 23 de novembro de 1977. - Pela ARRENDANTE: ARMANDO COLAVOLPE - Diretor Superintendente; JOÃO ALCIDES HOMAR - Diretor Técnico; Pela ARRENDATÁRIA: CARLOS NEVES GALLUF - Diretor Presidente; RENATO ARAUJO SAMPAIO - Diretor Administrativo; Pela INTERVENIENTE: FRANCISCO SALLES BAPTISTA FERREIRA - Superintendente da CAESB - CART. DO 1º OF. DE REG. DE TITULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURIDICAS SCS - Ed. Maristela - loja 10 - Protocolo nº 9125, Livro A nº 1, Registrado sob o nº 7242, no Livro B - 03; Dou fé. Brasília - DF, 23 de novembro de 1977 - MARCELO C. RIBAS - Esc. Autorizado

TERMO DE ADITAMENTO E ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO CELEBRADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1976, ENTRE O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR - FENAME, TENDO COMO INTERVENIENTE A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DO PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO - ENSINO FUNDAMENTAL 76/77, BEM COMO PROVER O ALUNADO, DO ENSINO DE 1º GRAU DA REDE OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, DOS LIVROS NECESSÁRIOS A UM MELHOR RENDIMENTO ESCOLAR, NA FORMA ABAIXO.

Aos 15 dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Embaixador WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO, brasileiro, casado, na qualidade de Secretário de Educação e Cultura, residente e domiciliado nesta Capital, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador no Processo nº 038878/76, e, do outro, a FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR, doravante denominada simplesmente FENAME, neste ato representada pelo Senhor AUGUSTO LUIZ DUARTE LOPES SAMPAIO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), tendo como interveniente a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no ato representada pelo Senhor EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS, brasileiro, casado, na qualidade de Diretor Executivo, residente e domiciliado nesta Capital, devidamente autorizado pela Resolução nº 80/77, de 31 de março de 1977, resolvem firmar o presente termo de aditamento e alteração, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento fica aditado e alterado o Convênio Principal celebrado em 18 de outubro de 1976, entre o DISTRITO FEDERAL e a FENAME, lavrado às fls. 483/487, do Livro nº 25, de Registro de Contratos e Convenios da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, objetivando a execução do Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental 76/77, BEM COMO PROVER O ALUNADO, DO ENSINO DE 1º GRAU DA REDE OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, DOS LIVROS NECESSÁRIOS À UM MELHOR RENDIMENTO ESCOLAR.

CLÁUSULA SEGUNDA - A Cláusula Segunda do Convênio supracitado passa a ter a seguinte redação: "CLÁUSULA SEGUNDA - A FENAME obriga - se a entregar até 1º (primeiro) de março de 1977, (mil novecentos e setenta e sete) 370.000 (trezentos e setenta mil) livros correspondentes à parte estipulada no Documento Básico - PLIDEF 76/77, para o Distrito Federal, quantidade essa que será acrescida de Manuais para Professores, sendo que os referidos Manuais serão distribuídos de 1/20 (um para vinte) livros aproximadamente".

CLÁUSULA TERCEIRA - O total de livros a ser entregue ao Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura, é o discriminado no Cadastro que foi enviado em 31 de dezembro de 1976, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, como se nele transcrito fosse.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Cadastro referido nesta Cláusula discrimina os títulos e quantidades definitivas a serem entregues ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, respeitadas as indicações e com as modificações exigidas para o bom cumprimento do Programa, de acordo com a Cláusula Décima Primeira do Convênio ora aditado e alterado.

CLÁUSULA QUARTA - Conforme estipulado na Cláusula Sexta do instrumento principal, o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, obriga-se a contribuir com a importância de Cr$ 729.000,00 (setecentos e vinte e nove mil cruzeiros), para o Programa Nacional do Livro Didático, em contraprestação aos livros que receberá, de modo a assegurar, nos anos subsequentes, continuidade e estímulo ao Programa.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos para complementar a importância referida nesta cláusula são procedentes do Orçamento do Distrito Federal, para o corrente exercício - Lei nº 6.396, de 09 de dezembro de 1976, conforme Crédito Suplementar aberto pelo Decreto nº 3782, de 18 de julho de 1977, vinculado ao Projeto SEC - 1081 - Programa do Livro Didático e correrão à conta do ELEMENTO 3.2.7.0 - DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES - Entidades Federais, conforme Notas de Empenho nº 249/77 e 248/77 - SEC, nos valores respectivos, de Cr$ 656.100,00 (seiscentos e cinquenta e seis mil e cem cruzeiros) e de Cr$ 72.900,00 (setenta e dois mil e novecentos cruzeiros), emitidas pela Secretaria de Educação e Cultura.

CLÁUSULA QUINTA - O Parágrafo Primeiro da Cláusula Sexta do Convênio principal passa a ter a seguinte redação: "Do montante total da contrapartida confirmada no presente termo aditivo, conforme determina a cláusula oitava do referido convênio, o Distrito Federal, através da Secretaria de Educação e Cultura depositará 90% (noventa por cento) em favor da FENAME, sob o titulo 31.201.66 - DEPÓSITO DE PODERES PÚBLICOS A VISTA - GOVERNO FEDERAL - OUTRAS CONTAS - MEC - FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR - c/150.712 - 5 - AGÊNCIA CENTRO - BANCO DO BRASIL S/A - RIO DE JANEIRO - RJ, e os 10% (dez por cento) retidos na Unidade Federada, deverão ser colocados em conta especial, em estabelecimento de crédito oficial".

CLÁUSULA SEXTA - Após haver creditado os 90% (noventa por cento) da contrapartida confirmada, o DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, deverá enviar à FENAME - Departamento do Livro Didático, Edifício Venâncio V, 2º andar, o comprovante do referido depósito.

CLÁUSULA SÉTIMA - Ficam suprimidos os Parágrafo Quarto, Quinto, Sexto e Sétimo da Cláusula Sexta do Convênio principal, cabendo ao DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, a responsabilidade da prestação de contas da efetiva aplicação dos recursos dos 10% (dez por cento), transferidos à FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL.

CLÁUSULA OITAVA - O DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Educação e Cultura, designará um Executor para o presente ajuste, ao qual incumbirá as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes no Distrito Federal.

CLÁUSULA NONA - Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas do instrumento principal.

CLÁUSULA DÉCIMA - Este Termo entrará em vigor na data de sua publicação no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL, às expensas do DISTRITO FEDERAL.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento.

E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em folhas que integrarão Livro própria da 1ª Subprocuradoria Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal, que, lido e achado conforme vai assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL: (as.) WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO; PELA FENAME: (as.) AUGUSTO LUIZ DUARTE LOPES SAMPAIO; PELA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL: (as.) EMERSON JOSÉ DE ALMEIDA SANTOS - TESTEMUNHAS: (as.) GABRIEL ATHOS PEREIRA e IVAN GOMES RIBEIRO - Visto em, 24.11.77 - JÚLIO CÉSAR SANTOS - 1º Subprocurador Geral do DF

TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO CELEBRADO EM 06 DE DEZEMBRO DE 1976, ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DA COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL.

Aos desessete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e sete, o Ministério da Agricultura, doravante denominado MINISTÉRIO, representado pelo seu Ministro - Interino, Doutor PAULO AFONSO ROMANO e o Governo do Distrito Federal, doravante denominado DF, representado pelo seu Governador Doutor ELMO SEREJO FARIAS, e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, doravante denominada FUNDAÇÃO, representada neste ato pelo seu Diretor - Presidente, Doutor PEDRO DO CARMO DANTAS resolveram aditar ao Convênio celebrado em 06 de dezembro de 1976, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Termo Aditivo tem como objetivo, dar continuidade ao Projeto que visa à manutenção da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola do Distrito Federal - CEPA/DF.

CLÁUSULA SEGUNDA - Constituem obrigações das partes:

I - DO MINISTÉRIO

..a) Concorrer no presente exercício com a importância de Cr$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), à conta dos recursos alocados na Atividade 1302.04090402.510 - Organização e Controle da Programação Setorial - assim distribuídos: Elemento de Despesa - 3.2.7.9 - Transferências Correntes - Diversas - Cr$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil cruzeiros) e 4.1.2.0 - Serviços em Regime de Programação Especial - item 80 - Auxílios para Equipamentos e Instalações - Cr$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) - e item 81 - Auxílios para Material Permanente - Cr$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) - Empenho nº

II - DA FUNDAÇÃO

a) Cumprir rigorosamente as Instruções Gerais aprovadas pela Portaria Ministerial nº 234 de 05 de maio de 1977, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 1977, as quais passam a constituir parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos do MINISTÉRIO, serão repassados à FUNDAÇÃO, em uma única parcela, através da SUPLAN, após a publicação deste instrumento no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA TERCEIRA - Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1979, o prazo da vigência do Convênio assinado em 06 de dezembro de 1976.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firmou - se este instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

PAULO AFONSO ROMANO - Ministro - Interino de Estado da Agricultura; ELMO SEREJO FARIAS - Governador do Distrito Federal; PEDRO DO CARMO DANTAS - Diretor - Presidente da FZDF

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAÇÃO DE AREA SITUADA NA SCS - PROXIMO AO JK, DESTINADA A INSTALAÇÃO, A TITULO PRECARIO, DE BANCA DE JORNAIS E REVISTAS, - NA FORMA ABAIXO.

Aos 21 dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e sete (1977), no Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos, presentes, de um lado, o DISTRITO FEDERAL, no ato representado pelo Senhor JOSÉ GERALDO MACIEL, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado nesta Capital, na qualidade de Secretário de Serviços Públicos, conforme delegação de competência expressamente exarada pelo Governador, no Processo nº. 16535/74, e do outro o Senhor PEDRO MARTINS ALVES DE SOUZA, brasileiro, solteiro, jornaleiro, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominado simplesmente AUTORIZADO, resolvem firmar o presente instrumento com fulcro no art. 24 da Lei nº. 4545, de 10.12.64, mediante as seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA - Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, autoriza a ocupação, pelo AUTORIZADO, a título precário, na conformidade do art. 24 da Lei nº. 4545, de 10.12.64, da área situada no SCS - próximo ao Ed. JK, destinada à instalação de banca de jornais, revistas e similares.

CLAUSULA SEGUNDA - O AUTORIZADO obriga - se a manter a banca a que se refere a Cláusula Anterior com as características constantes do projeto e em perfeito estado de conservação, correndo por sua conta os reparos de danos ou estragos que venham a ocorrer nas instalações e/ou na estrutura metálica, bem como conservar limpa a área ocupada.

CLAUSULA TERCEIRA - O AUTORIZADO obriga - se, outrossim, a respeitar e a fazer respeitar, pelos seus prepostos e empregados, as instruções que lhe forem aplicáveis, baixadas pelo DISTRITO FEDERAL, através da Secretaria de Serviços Públicos, as quais passarão a integrar este ajuste, independentemente de transcrição.

PARAGRAFO ÚNICO - As infrações aos preceitos do Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Areas Cobertas Anexas, previstas no Capítulo IV do Decreto nº. 2982, de 19.08.75 serão punidas na forma do Capítulo V do citado diploma legal.

CLAUSULA QUARTA - O AUTORIZADO pagará no DISTRITO FEDERAL, a partir da data da publicação do presente instrumento, Taxa de Ocupação mensal no valor de Cr$ 373,00 (trezentos e setenta e três cruzeiros) até o décimo (10º.) dia do mês subsequente ao vencido no órgão próprio do DISTRITO FEDERAL, ou no estabelecimento bancário por ele designado.

CLAUSULA QUINTA - O AUTORIZADO recolherá, a título de caução, a importância de Cr$ 321,00 (trezentos e vinte e um cruzeiros).

CLAUSULA SEXTA - O valor da Taxa de Ocupação, bem como a caução correspondente, serão reajustáveis na conformidade do critério estabelecido no art. 5º. da Lei nº. 4380, de 21 de agosto de 1964, e acompanharão as alterações que por ventura venham a ocorrer na legislação citada.

CLAUSULA SÉTIMA - A área mencionada na Cláusula Primeira não poderá ser cedida, salvo se houver prévia e expressa anuência do DISTRITO FEDERAL.

CLAUSULA OITAVA - Esta autorização é outorgada em caráter precário, obrigando - se, assim, o AUTORIZADO a desocupar a área dela retirando a banca que colocou, nos termos da Cláusula Primeira, tão logo seja interpelado para o fazer.

CLAUSULA NONA - O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante mútuo acordo de vontades.

CLAUSULA DÉCIMA - O Regulamento para Ocupação e Exploração de Bancas de Jornais e Revistas e Areas Cobertas Anexas, aprovado pelo Decreto nº. 2982, de 19.08.75, passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O prazo de duração do presente instrumento é de 24 (vinte e quatro) meses, contado a partir da data de sua publicação.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Termo entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal, à expensas do AUTORIZADO.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Fica eleito o Foro de Brasília Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente instrumento. E, por estarem assim justos e de acordo, para firmeza e validade do que ficou estipulado em todas as suas cláusulas, lavrou - se o presente em folhas avulsas que integrarão o Livro de Registro de Contratos e Convênios da 1ª. Subprocuradoria - Geral do Distrito Federal, do qual foram extraídas 7 (sete) vias datilografadas de igual teor e forma, para um único efeito legal que lido e achado conforme é assinado pelas partes já mencionadas e testemunhas abaixo.

PELO DISTRITO FEDERAL(as.)a JOSÉ GERALDO MACIEL, PELO AUTORIZADO (as.) PEDRO MARTINS ALVES DE SOUZA, TESTEMUNHAS (as.) NANCY CARVALHO LIMA, SEBASTIÃO DE PAIVA DIAS, Visto em, 24.11.77, JÚLIO CÉSAR SANTOS, 1º. Subprocurador Geral do DF. (DAR, 16.11.77 Cr$ 398,40).

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 168/77 - IDR

CONVOCAÇÃO

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR, convoca os concursados, abaixo relacionados, para comparecerem à sede do Instituto no Setor de Garagens Oficiais, Área Especial nº. 01, até o dia 07 de dezembro de 1977 das 8h 30 min às 11h 30 min, para tratarem de assunto de seus interesses.

AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO

Nº. DE ORDEM	N O M E
01	Maria José Inácio Montel
02	Elizoete Rezende
03	Sebastião Mota Teixeira
04	Jair Aires de Matos
05	Jasone Claudino Braga
06	José Eduardo Leite Santos
07	Joselina Pereira
08	Edite Pereira de Moura
09	Gaspar José Caixeta
10	Antonio Luiz de Almeida Braga
11	Antonio Jair Lopes Evaristo
12	Nilton Alves da Silva
13	Luiz Gonzaga Milhomem
14	Georgina Lobato Filha
15	Sonia Maria Alves Reis
16	Ivanilde Alves Mendonça
17	Francisca Maria Silva de Araújo
18	Maria Vicente Pinto
19	Dalva Maria da Silva França
20	Eneuza Ferreira da Silva
21	Damião Lopes Neto
22	Sonia Regina Caldas
23	Ivalnir Alves Pereira
24	William Braga de Brito
25	Maria Arleto Gonçalves de Aragão
26	Jusmar Pinto de Almeida
27	Jandira Tavares dos Santos
28	Elizabete Ribeiro de Sousa
29	Maria Auxiliadora Toledo da Silva
30	Eva Maria Teixeira de Castro
31	José Valder Oliveira Biterra
32	Wilson Mendes
33	Luiz Augusto Freitas Vieira
34	José Roberto de Oliveira Silva
35	Maria da Graça Soares de Araujo
36	Angela Sebastiana do Vale Jara

GUIA AUXILIAR DE TURISMO

FRANCÊS

Nº. DE ORDEM	N O M E
01	Ana Maria Bastiti

INGLÊS

Nº. DE ORDEM	N O M E
01	Enoch Byron de Quevedo

ESPANHOL

Nº. DE ORDEM	N O M E
01	Maria Helena Schmitt Petera de Sá

ASSISTENTE SOCIAL

Nº. DE ORDEM	N O M E
01	Luci de Andrade Reis de Araújo
02	Maria Alves de Melo
03	Guiomar Queiróz de Almeida
04	Solange Marcelo de Faria

AUXILIAR TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO

Nº. DE ORDEM	N O M E
01	João Cláudio Corrêa de Oliveira

A falta de atendimento à presente convocação, no prazo acima determinado, será considerada como desistência às vagas a que fizerem jus através do concurso específico, eximindo o IDR de qualquer obrigação junto ao candidato.

Brasília, 29 de novembro de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TESTE DE DESEMPENHO A CATEGORIA FUNCIONAL DE MOTORISTA OFICIAL
AVISO Nº. 104/77 - IDR

Ficam convocados os candidatos inscritos no processo seletivo para transformação de cargos à Categoria Funcional de Motorista Oficial do grupo Transportes Oficial e Portaria Código TP- 600, para o teste prático - oral, Código Nacional de Trânsito:

Data - 05 de dezembro de 1977
Horário - 14 h
Local - Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IDR, Setor de Garagens Oficiais - SGO, Área Especial nº. 01.

Brasília, 29 de novembro de 1977

JOSÉ ANTONIO AROCHA DA CUNHA
Superintendente

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 45/77 - CL- RA- III

Tornamos público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 (nove) horas do dia 16 (dezesseis) de dezembro de 1.977, na sala de reuniões da Administração Regional de Taguatinga sito à Praça Central, serão recebidas e abertas pela Comissão de Licitação, propostas referentes à execução sob o regime de empreitada por preço global, dos serviços de reforma e modificações a serem realizadas no Centro de Ensino de 1º. grau nº. 03, situado entre a QSA 25 e QSD 11, em Taguatinga - DF.

No endereço acima, acha- se a disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços bem como outros esclarecimentos relativos.

Taguatinga- DF, 28 de novembro de 1977

Engº. GILSON RODRIGUES
Presidente da Comisão

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO
FUNDAÇÃO ZOOBOTANICA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

AVISO

EDITAL NUMERO 013/77 - FZDF

TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO.

O Presidente da Comissão Especial de Licitação da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, na forma da legislação vigente, leva ao conhecimento dos interessados que no dia 20 (vinte) de dezembro do ano em curso, às quinze (15:00) horas, na sala de reuniões da Divisão de Material e Patrimônio situada no Edifício Rogério Pithon Farias, no Setor de Áreas Isoladas Norte, no Parque Rural, reunir- se- á a mencionada Comissão com a finalidade de receber as propostas e examinar a documentação referentes a Tomada de Preços a que se refere o Edital epigrafado.

O Edital encontra- se à disposição dos interessados na Divisão de Material e Patrimônio da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, situada no Edifício Rogério Pithon Farias, no Setor de Áreas Isoladas Norte, no Parque Rural, no horário de 8:00 (oito) às 12:00 (doze) e de 14:00 (quatorze) às 18:00 (dezoito) horas, nos dias úteis e afixados em quadro apropriado.

Brasília- DF, 29 de novembro de 1.977

JOÃO DE DEUS ARAUJO LIMA
Presidente - CEL

IPTU E ISS

Regulamentos baixados pelos Decretos Nºs. 3.521 e 3.522,

de 28 de dezembro de 1976.

Publicados no suplemento do
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL

de 30.12.76.

Formato pequeno de fácil manuseio.

À VENDA
No andar térreo do Anexo do Buriti

Seção de Distribuição do DODF

Preço - Cr$ 20,00.